

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

**CETICISMO E ANTICETICISMO: UM ESTUDO A
PARTIR DO PRINCÍPIO DE FECHAMENTO
EPISTÊMICO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Fernando Henrique Faustini Zarth

Santa Maria, RS, Brasil

2012

**CETICISMO E ANTICETICISMO: UM ESTUDO A PARTIR
DO PRINCÍPIO DE FECHAMENTO EPISTÊMICO**

Fernando Henrique Faustini Zarth

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Área de Concentração em Filosofia Continental e Analítica da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Filosofia.**

Orientador: Carlos Augusto Sartori

Santa Maria, RS, Brasil

2012

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em Filosofia**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**CETICISMO E ANTICETICISMO:
UM ESTUDO A PARTIR DO PRINCÍPIO DE FECHAMENTO
EPISTÊMICO**

elaborada por
Fernando Henrique Faustini Zarth

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Filosofia

COMISSÃO EXAMINADORA:

Carlos Augusto Sartori, Dr.
(Presidente/Orientador)

Albertinho Luiz Gallina, Dr. (UFSM)

Alexandre Meyer Luz, Dr. (UFSC)

Santa Maria, 30 de agosto de 2012.

AGRADECIMENTOS

À CAPES, pela bolsa a mim concedida, essencial para a realização desta pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFSM, por ter me recebido.

Ao professor Carlos Augusto Sartori, por ter me apresentado, ainda na graduação, o universo da pesquisa em epistemologia, pela orientação e disponibilidade durante esse percurso, pelas conversas produtivas e as sempre pertinentes sugestões.

Aos membros da banca, professores Albertinho Luiz Gallina e Alexandre Meyer Luz, pela disponibilidade de se fazerem presentes, bem como pelos comentários e sugestões que me permitiram pensar melhor sobre meu trabalho.

Aos professores Albertinho Luiz Gallina, Flavio Williges, José Lourenço Pereira da Silva e Rogério Passos Severo pelas discussões, provocações e incentivo, que me instigaram a desenvolver um trabalho melhor nesse período.

Aos professores de Ijuí, Arnildo Pommer, Claudio Boeira Garcia, Maciel Antoninho Vieira, Paulo Rudi Schneider e Remi Schorn, por tudo que me ensinaram e pelo incentivo a prosseguir com os estudos após a graduação.

Aos colegas de curso, Aline Ibaldo Gonçalves, Gabriel Garmendia da Trindade, Gilson Olegário da Silva e Patricia Kemerich de Andrade, pelos bons momentos compartilhados ao longo do mestrado.

Ao amigo Ricardo Lavalhos Dal Forno, pelas longas conversas nas madrugadas que me foram de grande importância nos momentos de dificuldade.

Ao amigo Rodrigo Soares Samersla e sua querida família, pelas carinhosas recepções em minhas visitas a Ijuí.

Aos amigos Julio Rieger Lucchese e Vivian Shinobu Kishimoto, por terem me recebido tão bem em sua casa, pelos jantares e momentos de descontração, enfim, por serem tão bons amigos.

Aos meus pais, tanto pelo apoio material quanto afetivo, por todos seus esforços para que eu pudesse seguir com meus estudos.

Aos meus irmãos, Aline e Miguel, que tendo trilhado antes de mim caminhos que também percorri, sempre me apontaram a melhor direção.

À Mila, pela compreensão, amor, apoio e companheirismo. Sua inestimável presença em minha vida foi fundamental para a conclusão deste trabalho.

Certa vez Chuang Tzu sonhou que era uma borboleta, uma borboleta a esvoaçar e vultear por aí, feliz consigo mesma e fazendo o que lhe agradava. Ela não sabia que era Chuang Tzu. Subitamente ele acordou e lá estava ele, o inconfundível Chuang Tzu. Ele não sabia, porém, se ele era o Chuang Tzu que sonhara ser uma borboleta, ou se era uma borboleta sonhando que era Chuang Tzu. Entre Chuang Tzu e uma borboleta deve haver alguma distinção! Isso se chama a transformação das coisas.

Chuang Tzu

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Filosofia
Universidade Federal de Santa Maria

CETICISMO E ANTICETICISMO: UM ESTUDO A PARTIR DO PRINCÍPIO DE FECHAMENTO EPISTÊMICO

AUTOR: FERNANDO HENRIQUE FAUSTINI ZARTH

ORIENTADOR: CARLOS AUGUSTO SARTORI

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 30 de agosto de 2012.

A identificação e a análise de princípios epistêmicos têm possibilitado ganhos significativos no estudo do ceticismo nas últimas décadas; contudo isso não significa que estejamos próximos de um consenso sobre quais princípios devam ser aceitos. Entendendo p como qualquer proposição que geralmente admitiríamos saber, como “aqui há uma mão”, e h como algum cenário cético incompatível com a verdade de p , tal como “ p não é verdade mas apenas uma ilusão projetada em minha mente”, o argumento cético é comumente assim formalizado: (1) Se S sabe que p , então S sabe que $\sim h$; (2) S não sabe $\sim h$, logo, (3) S não sabe que p . O primeiro capítulo desta dissertação é destinado à análise detalhada das premissas desse argumento, onde é apontado que sua cogência pode ser mantida a partir da defesa de uma versão válida do princípio de fechamento epistêmico. O segundo capítulo trata da estratégia anticética defendida por Fred Dretske, que busca refutar o ceticismo atacando sua primeira premissa, rejeitando o princípio de fechamento. Ao término deste capítulo, é defendido que os argumentos de Dretske falham no cumprimento de seu objetivo, sucumbindo frente a importantes objeções. Finalmente, no terceiro capítulo, discorre-se sobre a resposta para o cético apresentada por Peter Klein. Partindo de uma compreensão mais sofisticada do princípio de fechamento epistêmico, Klein sinaliza que o cético não consegue construir um argumento plausível para (2). Defende-se que essa análise do problema é adequada e resiste às críticas de seus objetores.

Palavras-chave: Ceticismo. Fechamento epistêmico. Justificação epistêmica. Conhecimento. Epistemologia.

ABSTRACT

Master Thesis
Graduate Program in Philosophy
Universidade Federal de Santa Maria

SKEPTICISM AND ANTI-SKEPTICISM: A STUDY BASED ON THE PRINCIPLE OF EPISTEMIC CLOSURE

AUTHOR: FERNANDO HENRIQUE FAUSTINI ZARTH

ADVISOR: CARLOS AUGUSTO SARTORI

Defense Place and Date: Santa Maria, August 30th, 2012.

The identification and analysis of epistemic principles have enabled significant gains in the study of skepticism in recent decades; this does not mean that we are near a consensus about which principles should be accepted. Taking p for any proposition that we normally accept to be known, like “here is a hand”, and h for a skeptical scenario such “ p is not true, but just a illusion projected in my mind”, the skeptical argument can be formalized as follows: (1) If S knows that p , then S knows that $\sim h$; (2) S doesn't know that $\sim h$, then (3) S doesn't know that p . The first chapter of this text presents a comprehensive analysis of this argument, where is pointed out that its cogency can be defended from a valid version of the epistemic closure principle. The second chapter deals with the antiskeptical strategy advocated by Fred Dretske, which attempts to refute the skeptic arguing against its first premise, by rejecting the closure principle. At the end of this chapter, it is argued that the Dretske's arguments fail to fulfill their goal, collapsing in the face of relevant objections. Finally, the third chapter examines the answer to the skeptic presented by Peter Klein. Based on a more sophisticated understanding of the epistemic closure principle, Klein suggests that the skeptic cannot build a plausible argument for (2). It is argued that this analysis of the problem is adequate and resists criticism of his objectors.

Keywords: Skepticism. Principle of Epistemic Closure. Epistemic Justification. Knowledge. Epistemology.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 A ESTRUTURA DO ARGUMENTO CÉTICO	11
1.1 Princípio de fechamento para o conhecimento	20
1.2 A Ineficácia de PFC	29
1.3 Princípio de fechamento para a justificação	35
2 REJEITANDO PFE.....	42
2.1 Por que fechamento epistêmico?	46
2.2 A resposta de Dretske	52
2.3 Objeções.....	60
3 RESTAURANDO PFE	64
3.1 Contraexemplos ao PFE?.....	66
3.2 Caminhos evidenciais e ceticismo	71
3.3 Objeções e defesa.....	80
CONCLUSÃO.....	86
REFERÊNCIAS.....	88

INTRODUÇÃO

A ideia segundo a qual não é o caso que saibamos existir um mundo externo costumeiramente gera desdém, sobretudo aos não familiarizados com os argumentos céticos. A despeito disso, o ceticismo tem se figurado como uma das mais revisitadas e persistentes teses na história da filosofia. Isso porque pensamentos céticos estão presentes desde a antiguidade, e apesar de inúmeras tentativas de refutação terem sido apresentadas, as dúvidas céticas subsistem e permanecem despertando interesse dos filósofos ainda nos dias atuais.

Apesar de o ceticismo ser uma opção filosoficamente válida a ser defendida, a ideia de que não possuímos conhecimento ou justificação para nossas crenças sobre o mundo exterior é, ao menos para a maioria de nós, uma tese demasiado desconfortável para ser aceita. Embora o ceticismo seja genuinamente um problema filosófico e, como destaca Burnyeat, a filosofia esteja ao menos hoje insulada da vida comum¹, a conclusão cética fere profundamente nossas intuições ordinárias para que possamos aceitá-la como última resposta para a epistemologia; somos naturalmente compelidos a pensar que há algo de errado no raciocínio do cético, ainda que não sejamos capazes, a princípio, de identificar algum erro.

Muitos pensadores, no entanto, após analisar cuidadosamente a questão se tornaram pessimistas quanto a uma resposta satisfatória para o problema, apontando que nossa pretensão de reivindicar conhecimento sobre o que julgamos saber não poderia ser corroborada pela reflexão filosófica. O que pode ser exemplificado pela famosa explicação apresentada por David Hume para tal dissonância: em nossa vida ordinária, detemos uma disposição natural em assumir como certas algumas proposições, estando nós ainda, incapazes de colocá-las sinceramente em dúvida. Por outro lado, ao submetermos nossas crenças a um exame crítico cuidadoso, uma transformação ocorre: a certeza característica da vida ordinária é substituída pelo reconhecimento do cético como um adversário que não pode ser combatido.

¹ Myles Burnyeat, em seu “The Sceptic in His Place and Time”, comenta como os filósofos da antiguidade achariam intrigante como o senso comum e a filosofia estão atualmente insuladas uma da outra. Ocorre que um filósofo, ainda que defenda que não temos nenhuma razão para crer na existência do tempo, não hesitaria em apostar, cotidianamente, na existência do futuro, mantendo restrita essa posição apenas ao ambiente filosófico. Para Burnyeat, essa separação entre filosofia e vida comum não é natural, mas um produto da história da filosofia.

Desse modo, oferecer uma resposta para o cético permanece sendo um dos grandes desafios da epistemologia, pois se acreditamos existir conhecimento, e que proposições como “aqui há uma mão” podem ser assentidas justificadamente, enfrentar os desafios céticos se torna imperativo. Contudo, cabe destacar que o valor da investigação sobre esse tópico não se encontra circunscrito apenas na refutação do cético, pois para responder os enigmas trazidos por este, somos forçados a revisar nossas concepções anteriores, tornando a epistemologia mais rica e sofisticada². Desse modo, uma resposta indireta ao cético, isto é, que apenas demonstre que a conclusão cética é impossível, se torna pouco interessante por deixar inexplicado como é possível que de premissas aceitáveis se possa derivar uma conclusão inaceitável. Se há algo de errado com as premissas céticas, e se as premissas céticas são tais que muitos de nós as aceitamos e as defendemos, então claramente não há algo de errado apenas com o argumento cético, mas também com nossas próprias apreensões em epistemologia. Mas então, o que está de errado no argumento cético?

A identificação e análise de princípios epistêmicos têm contribuído, nas últimas décadas, para uma resolução do problema. O estudo desses princípios, além de possibilitar uma compreensão mais aprofundada do que está envolvido na argumentação cética, também oferece ganhos quanto à viabilidade de uma resposta plausível para o problema. Mais especificamente, tem-se apontado que o cético advoga a validade do princípio de fechamento epistêmico, princípio segundo o qual, grosso modo, um agente epistêmico não poderia ter uma relação epistêmica com p sem possuir essa mesma relação com q , quando q é uma verdade implicada por p – afinal, p não seria o caso se q também não fosse o caso. Esse princípio serviria para motivar a conclusão do cético, pois, como este defende, não teríamos justificção para afirmar que as hipóteses céticas sejam falsas, ainda que sua falsidade seja uma consequência necessária da verdade de p . Na ausência de qualquer evidência que possa ser apontada contra essas hipóteses, não se poderia reivindicar que p seja uma crença justificada.

Seguindo o debate contemporâneo em torno do problema, a presente dissertação constitui-se por uma análise da relação existente entre ceticismo e fechamento epistêmico, retomando duas importantes posições antagônicas, com vistas a encontrar a melhor resposta

² Nesse sentido, o ceticismo é frequentemente visto como um opositor necessário. Bonjour (1985, p. 15), por exemplo, menciona que “se o cético não existisse (...) o epistemólogo sério teria que inventá-lo”. Complementando Bonjour, poderíamos afirmar sem erro que o cético é, em grande medida, uma invenção dos filósofos. Uma parte significativa dos argumentos céticos não são criados para serem realmente defendidos. Descartes mesmo não foi um cético, embora tenha construído um argumento que, como é consensualmente aceito, não foi capaz de derrotar.

que pode ser oferecida contra o argumento cético. O primeiro capítulo é dedicado exclusivamente à exposição detalhada do argumento cético e de como suas premissas podem ser defendidas. Após uma exposição do argumento e do significado de “estar em um cenário cético”, segue-se uma avaliação de diferentes versões para o princípio de fechamento epistêmico, com o objetivo de encontrar qual candidato consegue ao mesmo tempo resistir às objeções contra ele levantadas, bem como preservar a cogência do argumento cético.

O segundo capítulo volta-se à análise da questão oferecida por Fred Dretske. Para Dretske, independentemente da plausibilidade inicial ou, de quão intuitivo seja o princípio de fechamento epistêmico, nossa única chance contra o cético é negar a sua validade. Contra o fechamento epistêmico, Dretske apresenta uma série de contraexemplos que tencionam demonstrar que para toda proposição que julgamos saber, existem outras proposições acarretadas por ela cujo conhecimento não pode ser adquirido. Um exemplo clássico é o caso das zebras nos zoológicos, onde o autor em questão defende que diante de um cercado com zebras, um agente epistêmico poderia ter razões para crer que os animais são zebras, sem no entanto ter razão alguma para crer que os animais não são, na verdade, mulas disfarçadas de zebras; o motivo pelo qual a ausência de razões para a segunda não anula a justificção para a primeira se deve ao fato de que nem conhecimento, nem justificção seriam transmitidos por implicação lógica. Os custos dessa estratégia anticética, bem como as objeções contra ela levantadas são analisados nesse capítulo.

O terceiro capítulo discorre sobre o tratamento do problema apresentado por Peter Klein. Contra Dretske, Klein defende a validade do fechamento epistêmico apontando que os contraexemplos falham ao ignorar que a própria proposição “p” constitui em muitos casos a razão para o que é implicado por p. Desse modo, não é verdade que a crença de que os animais não são mulas disfarçadas não seja justificada para o agente epistêmico, no exemplo anteriormente mencionado. Ainda segundo Klein, a compreensão adequada sobre o que seja o princípio de fechamento epistêmico permite reconhecer que, ao contrário do que se costuma temer, este não é capaz de motivar um argumento cético persuasivo, não havendo razão, portanto, para tratá-lo como um princípio hostil aos propósitos da epistemologia. Na última sessão deste capítulo discutimos, por fim, algumas objeções importantes apresentadas contra Klein, nosso ponto é o de que essas objeções fracassam, e que a abordagem de Klein é a mais adequada para o correto diagnóstico e tratamento do problema dedicado nessa dissertação.

1 A ESTRUTURA DO ARGUMENTO CÉTICO

No debate contemporâneo em epistemologia, quando se fala em ceticismo, normalmente se está considerando uma versão deste, chamado de ceticismo acadêmico. A origem do nome remonta à antiguidade e é mencionada por Sexto Empírico para distingui-lo de outra forma de atitude cética por ele adotada, o ceticismo pirrônico. Brevemente, enquanto os céticos acadêmicos se posicionam a favor da proposição de que não possuímos conhecimento, os pirrônicos se limitam a suspender o juízo sobre essa e qualquer outra questão, não afirmando que possuímos conhecimento, nem afirmando que não possuímos³. Postulada essa distinção, nosso objetivo é investigar aquele que é o mais debatido argumento para o ceticismo acadêmico contemporaneamente, que faz uso do princípio de fechamento epistêmico para chegar à conclusão geral de que nós nunca podemos saber nada sobre o mundo exterior. A representação clássica desse argumento é assim feita:

Argumento Cético Geral (ACG)⁴

- (1) Se S sabe que p, então S sabe que não se encontra em um cenário cético
- (2) S não sabe que não se encontra em um cenário cético
- (3) Logo, S não sabe que p.

Cenários céticos envolvem geralmente hipóteses de erro massivo, onde o agente epistêmico está envolvido em uma situação de engano, ainda que dotado de suas melhores

³ A suspensão de juízo se refere a um sentido forte de crença e se distingue do mero deixar-se guiar pelas aparências. De fato, como uma forma de viabilizar a vida, diante de perigos, por exemplo, os pirrônicos aceitam e manifestam o que percebem, o que caracteriza uma admissão de um sentido fraco da palavra crença. O sentido forte, como sugere Peter Klein (2002 e 2004c) é expresso pela atitude de asserir que p, ou assentir à proposição p. Um estudo completo sobre o pirronismo clássico pode ser encontrado em Brochard (2009); para uma defesa consistente do pirronismo na filosofia contemporânea, ver Fogelin (1994).

⁴ Toma-se emprestado o termo “geral” como sugerido por Alexandre M. Luz em (2009). Seu uso é pertinente porque esse argumento pretende capturar o que subjaz a várias versões recorrentes de argumentos céticos, ainda que esses não tenham sido construídos explicitamente dessa forma. O referido texto de Luz explicita o ganho metodológico ao se proceder através de um argumento geral contra o ceticismo.

capacidades cognitivas e nos melhores contextos de conhecimento possíveis. Uma representação clássica de como a dúvida é instaurada através de hipóteses céticas é encontrada na *Meditações Metafísicas* de Descartes em sua hipótese do sonho⁵:

Todavia, tenho de considerar aqui que sou homem e, por conseguinte, que costumo dormir e representar-me em meus sonhos as mesmas coisas, ou algumas vezes menos verossímeis, que aqueles insensatos quando estão em vigília. Quantas vezes aconteceu-me sonhar, à noite, que estava nesse lugar, que estava vestido, que estava junto ao fogo, embora estivesse todo nu em minha cama? Parece-me presentemente que não é com olhos adormecidos que olho este papel, que esta cabeça que remexo não está dormente, que é com desígnio e propósito deliberado que estendo esta mão e que a sinto: o que acontece no sono não parece tão claro nem tão distinto quanto tudo isto. Mas pensando nisso cuidadosamente, lembro-me de ter sido frequentemente enganado, quando dormia, por semelhantes ilusões. E, detendo-me nesse pensamento, vejo tão manifestamente que não há indícios concludentes nem marcas bastante certas por onde se possa distinguir nitidamente a vigília do sono, que fico muito espantado, e meu espanto é tal que é quase capaz de persuadir-me de que eu durmo (DESCARTES, 2005, p. 32-33).

E também o gênio maligno:

Suporei, pois, que há não um verdadeiro Deus, que é a soberana fonte de verdade, mas certo gênio maligno, não menos astuto e enganador que poderoso, que empregou toda sua indústria em enganar-me. Pensarei que o céu, o ar, a terra, as cores, as figuras, os sons e todas as coisas exteriores que vemos não passam de ilusões e enganos de que se serve para surpreender minha credulidade. Considerarei a mim mesmo como não tendo mãos, nem olhos, nem carne, nem sangue, como não tendo nenhum sentido, mas crendo falsamente ter todas essas coisas. Permanecerei obstinadamente apegado a esse pensamento; e se, por esse meio, não está em meu poder alcançar o conhecimento de alguma verdade, pelo menos está em meu poder suspender meu juízo (DESCARTES, 2005, p. 38).

Cenários céticos como os apresentados podem ser concebidos das mais variadas formas. Da hipótese do sonho, em Descartes, se seguiu o gênio maligno, empenhado a nos enganar; contemporaneamente, cenários complexos de ficção científica com cérebros em cubas⁶ e cientistas produzindo falsas sensações são também levantados, porém, sempre com a mesma função: representar condições de engano indetectável. No entanto, tal como apresentados, esses cenários podem levar facilmente o leitor a equívocos quanto a sua

⁵ Não é nosso objetivo verificar se o ceticismo presente na *Meditações* de Descartes corresponde precisamente ao argumento cético aqui discutido. O que é importante destacar é apenas que esse ceticismo pode ser defendido da forma apresentada nessa dissertação, como parece fazer Stroud (1984a).

⁶ Putnam (1982)

natureza, e envolvê-lo em refutações rápidas e grosseiras do argumento cético, que objetivam atacar não uma de suas premissas diretamente, mas a própria eficácia ou sentido da hipótese cética levantada. Alguns apontamentos, portanto, precisam ser feitos sobre o que é e o que não é um cenário cético interessante para nosso argumento e quais as consequências de sua evocação para nossas crenças. Lista-se, enfim, quatro aspectos sobre os cenários céticos que devem ser levados em conta para a compreensão adequada de ACG⁷.

O primeiro apontamento se refere ao tipo de crença contra a qual o cenário cético se dirige. Já foi especificado na introdução que nossa intenção não é analisar um ceticismo global, isto é, a tese de que nós não possuímos nenhum tipo de conhecimento em absoluto, e sim aquele que ficou conhecido como ceticismo sobre o mundo exterior. Mas ainda restaria a pergunta: quais crenças exatamente podem ser consideradas crenças sobre o mundo exterior? O que se tem em mente, quando enunciada uma proposição p em um argumento cético, é uma proposição empírica que nós geralmente admitimos saber, como a famosa frase de Moore (1962) “aqui há uma mão”, ou semelhantes como “existem cinco livros nessa mesa” ou ainda que se refiram a nossa memória como “choveu durante a tarde”. Desse modo, o cético está engajado em atacar nossas crenças perceptuais eliminando a confiabilidade de nossas evidências empíricas. Essa restrição é importante, porque, como aponta o filósofo cético Peter Unger, mesmo algumas proposições analíticas ou introspectivas poderiam contar como proposições sobre o mundo exterior e o agente doxástico teria seu status de conhecimento sobre elas preservado ainda que presente em um cenário cético:

Primeiro, alguém sabendo que qualquer solteiro que possa haver é alguém não casado, considerando, é claro, que empreguemos “solteiro” no seu significado mais comum. Enquanto realmente existem alguns solteiros, independente dessa pessoa saber que eles existem ou não, saber disso irá, eu receio, contar como conhecimento de algo sobre o mundo exterior. Nesse caso o que a pessoa sabe é algo necessário, de fato, até mesmo uma verdade lógica ou analítica, embora essa verdade se referirá a uma entidade externa, e portanto ao mundo exterior. (...) Um segundo caso envolve alguém sabendo algo contingente, e certamente não analítico. Esse é o caso de alguém sabendo que ele próprio existe no mundo, e ainda sabendo que qualquer mundo exterior que possa haver constitui parte do mundo em que ele próprio existe. Agora, se existe um mundo externo, talvez porque existem algumas rochas, então, independente dele saber disso ou não, ele parece saber algo sobre o mundo exterior, isto é, que ele próprio existe em um mundo da qual qualquer mundo exterior é

⁷ É importante destacar que quando supomos um cenário cético para representar o ACG, nem sempre nele se pode observar explicitamente as quatro características que serão referidas. Contudo, isto não caracteriza um problema pois, uma vez que se está subentendido o que está em questão, a evocação do cenário em um argumento não precisa ser detalhada e pode ser, inclusive, genérica; o abandono do rigor na exposição pode ser feita em nome da brevidade e simplicidade do próprio argumento projetado, evitando também prolixidades.

apenas uma parte. Isso é, no sentido comum, um caso de alguém sabendo algo sobre o mundo exterior (UNGER, 1975, p. 11).

Desse modo, o argumento cético quando chega à conclusão de que S não sabe que p, está considerando p como qualquer proposição empírica que constitua nossas crenças perceptuais, sendo a possibilidade de conhecimento destas que é rejeitada pelo argumento geral cético.

A segunda observação a ser feita refere-se ao alcance das hipóteses céticas. Embora cenários clássicos como os apresentados por Descartes nos pareçam conduzir a uma circunstância onde todo o mundo a nossa volta é ilusório, sendo este apenas um engano produzido por nossa própria mente (sonhos) ou projetada malignamente por outrem, o cenário cético não precisa obrigatoriamente ter tal alcance global. Quando o cético no uso de sua retórica questiona seu interlocutor sobre como ele sabe que p, ele pode fazê-lo supondo a existência apenas de um cenário local, que atinja apenas um grupo menor de proposições, ou apenas circunscrito a invalidar o conhecimento de uma única proposição p. Imagine que um sujeito S afirme que está em um aeroporto, e alegue, por conseguinte, saber que esse é o caso. Um cético, ao apresentar um argumento da forma ACG, não precisaria construir um cenário cético nos moldes do argumento do sonho, levantando a possibilidade de que S pode estar na verdade em casa dormindo e apenas sonhando estar em um aeroporto. Nessa hipótese, não apenas a crença de S sobre o aeroporto é falsa, mas também, qualquer outra relacionada ao mundo empírico no tempo presente, como a roupa que ele está vestindo, as pessoas a sua volta, o café que ele pode estar tomando, ou seja, uma vez que ele está apenas sonhando, todas as suas percepções são enganosas. O cético pode, ao invés disso, apenas questionar se não existe uma conspiração secreta de militares construindo falsas estruturas que se parecem com aeroportos com a intenção de atrair cobaias para experimentos científicos, fazendo-o crer enganadamente que ali está um aeroporto – e apenas o aeroporto – ou seja, neste cenário ele não está sendo enganado sobre a xícara de café em suas mãos, por exemplo, que permaneceria real dentro dessa hipótese. Certamente saber que seu café ainda é de verdade pode ser bastante reconfortante, mas não ajuda S na validação de sua crença de que ele se encontra em um aeroporto.

O importante a ser destacado é que o cenário cético não precisa invalidar todas as crenças de S de uma só vez para que ele afirme que S não possui nenhum conhecimento perceptual sobre o mundo exterior. Basta que ele demonstre que para cada outra proposição

semelhante a p , um novo cenário cético pode ser criado surtindo o mesmo efeito que se obteve sobre a crença anterior. É fácil notar como isso pode ser construído progressivamente, por exemplo, S sabe que está tomando seu café? E se o café que ele está tomando for uma bebida sintética com um aromatizante e corante idêntico ao original, produzido por uma conspiração de químicos engenhosos e perversos? A hipótese do café constitui um cenário cético tal como a hipótese do sonho de Descartes.

Essa observação pode nos auxiliar a verificar como uma estratégia desesperada contra o cético não surte efeito: afirmar que não é logicamente possível que todas as minhas crenças sejam falsas ao mesmo tempo, devido a certas condições que se apresentam quando elas são tomadas em conjunto. Por exemplo, S pode ter duas crenças bastante comuns para a maioria de nós: “eu não estou em Porto Alegre” e “eu não estou em Santa Maria”. O gênio maligno não pode me enganar ao mesmo tempo sobre essas duas crenças⁸, logo, em nenhum cenário cético todas as minhas crenças são falsas ao mesmo tempo. Claramente esse não é um argumento adequado contra o cético, visto que uma hipótese cética pode ser levantada para cada uma dessas crenças consideradas individualmente, e considerando ACG, S nunca saberia nenhuma das proposições consideradas.

Com isso, chegamos à terceira característica dos cenários céticos: Se S se encontra em um cenário cético, e S crê que p , p é falso e S não sabe que p . Os exemplos anteriormente apresentados através das hipóteses dos militares e químicos malignos é uma perfeita ilustração disso: embora S tivesse a sua disposição as melhores evidências possíveis para confirmar que ele estava tomando um café em um aeroporto, o cético foi capaz de mostrar que haveria circunstâncias possíveis onde tudo aquilo seria um grande engano. Entretanto, alguém poderia apontar que alguns cenários céticos não parecem implicar a falsidade de p . Por exemplo, como menciona Moore, uma pessoa ter um sonho x , e ao se despertar, perceber que x está mesmo ocorrendo:

Por conseguinte, é logicamente possível que eu esteja tanto em pé bem como ao mesmo tempo sonhando ser esse o caso; tal como na história, sobre um bem conhecido Duque de Devonshire, que uma vez sonhou que estava falando na Câmara dos Lordes e, quando acordou, descobriu que ele estava falando na Câmara dos Lordes, o que certamente é logicamente possível. E se, como é comumente assumido, quando eu estou sonhando que estou em pé pode ser correto dizer que eu

⁸ Para S estar enganado sobre sua crença de que não está em Santa Maria, ele precisa estar em Santa Maria. Mas se S está em Santa Maria, então S está correto em sua crença de que não se encontra em Porto Alegre. Ambas as crenças não podem ser falsas ao mesmo tempo, embora possam ser concomitantemente verdadeiras.

estou pensando estar em pé, então se segue que a hipótese de que eu estou agora sonhando é perfeitamente consistente com a hipótese de que eu estou ambos pensando estar em pé e de fato estando em pé (MOORE, 2000, p. 29).

A resposta natural contra essa possibilidade é afirmar que Moore não saberia que estava de pé quando estava dormindo, pois no sonho as evidências que ele tinha para pensar que estava de pé eram meras representações mentais ilusórias. Ainda que sua crença nessa circunstância fosse verdadeira, ela era apenas acidentalmente verdadeira. Desse modo, como aponta Luz (2009, p. 77), uma hipótese cética não precisa ser contrária ou contraditória de p , podendo ela apenas sustentar “um eliminador E daquilo que fornece justificção para p ”. Entretanto, a afirmação de que o cenário cético implica a falsidade de p também pode ser defendida desde que o cenário cético contenha em seu próprio enunciado a sua contrariedade. Por exemplo, ao invés de apontar a possibilidade de que você pode estar sonhando que p , ele pode assinalar a possibilidade de que seja falso que p e sua evidência para p seja apenas resultado de um sonho. Ou semelhantemente: “Existe um gênio maligno que te faz crer que p quando na verdade p é falso”, ou ainda, “Você é um cérebro sem mãos em uma cuba enganado por cientistas que o sugestionam a acreditar que possui mãos”. Toda hipótese cética pode ser construída de modo a implicar diretamente a falsidade de p , ainda que talvez, não precise fazê-lo.

A quarta e última característica de um cenário cético é que ele deve ser indetectável, indistinguível, ao menos para S , no momento t , de um cenário real. Em outras palavras, no argumento cético geral, a hipótese cética competidora de p não oferece meios que tornem possível para S perceber sua presença ou eliminá-la. Uma vez que tudo se assemelha a exatamente como seriam as coisas se o cenário de engano fosse verdadeiro, não há nenhuma evidência empírica que S possa contar que não se apresentaria em ambas as condições. Essa característica é que viabiliza a possibilidade do cético sustentar a segunda premissa de ACG, isto é, que S não sabe que não está em um cenário cético⁹.

⁹ Alguns epistemólogos defendem que a segunda premissa de ACG depende, mais especificamente, do princípio epistêmico de subdeterminação, definido por Brueckner (2005a e 2005b) da seguinte forma: se uma evidência para p não favorece p em relação a uma hipótese competidora de p , então S não está justificado ao crer que p . Por outro lado, Briesen (2010), contra Brueckner, demonstrou que o cético não necessita do princípio de subdeterminação para defender a segunda premissa de ACG. Nosso objetivo, no entanto, não é se estender nessa discussão, e sim priorizar o debate em torno da relação entre ceticismo e princípio de fechamento epistêmico, em consonância com nossa proposta inicial. Para um estudo sobre a relação entre fechamento e subdeterminação, ver Cohen (1998).

O fato de ser impossível para o agente epistêmico determinar a falsidade do cenário cético em questão não torna, no entanto, o argumento cético vulnerável a um ataque verificacionista sobre a significatividade de ACG. Segundo o princípio de verificação, um enunciado só possui sentido se é possível determinar a sua verdade ou falsidade, devendo ele passar pelo crivo do critério de verificabilidade, tal como definido por Ayer:

O critério que usamos para testar a autenticidade de aparentes afirmações de fato é o critério de verificabilidade. Dizemos que uma frase é factualmente significativa para uma determinada pessoa se, e apenas se, essa pessoa souber como verificar a proposição que a frase tenta expressar (AYER, 1946, p. 35).

Se aceitarmos a validade desse princípio, parece que nos encontraríamos em uma encruzilhada: ou S possui algum critério para verificar se ele se encontra em um cenário cético – o que o desfaz enquanto hipótese cética – ou S não possui algum critério para verificar esse fato, e então a hipótese cética não possui sentido. Deste modo, nenhuma resposta precisaria ser oferecida para ACG, e a adoção do critério de verificabilidade construiria um caminho fácil para refutar o ceticismo. É claro que podemos simplesmente não aceitar o princípio de verificação¹⁰, mas podemos evitar esse embate demonstrando que as hipóteses céticas podem ser construídas de modo a atender a demanda verificacionista, o que será agora demonstrado.

Primeiro devemos nos ater ao que seria uma proposição sem sentido segundo o critério verificacionista. Consideremos a tese de Empédocles de Agrigento, segundo a qual o universo é movido por duas forças fundamentais: o amor e o ódio. O primeiro, responsável por unir os elementos, o segundo por separá-los. Talvez nossa tendência diante da cosmologia pré-socrática de Empédocles seja rejeitá-la como falsa, porém, ela não é falsa, nem tampouco verdadeira: ela é apenas sem sentido, pois não há um único procedimento, método ou experimento possível para a confirmação dessa teoria. Agora consideremos outra tese: existem mais de 4500000³² de estrelas no universo. Nenhuma pessoa ou máquina humana é capaz de, hoje, calcular quantas são as estrelas existentes no universo ou realizar uma estimativa adequada para responder essa questão, não sendo possível, portanto, verificar a verdade ou falsidade dessa tese. Apesar disso, a tese em questão não é sem sentido, pois embora ela não seja atualmente verificável – e talvez nunca seja verificável – ela ainda é por

¹⁰ Como faz Stroud (1984b).

princípio verificável¹¹. Nós não conseguimos responder essa questão dada nossa incapacidade de ver todas as estrelas do universo, nossa limitação tecnológica, ainda assim, existe um procedimento possível para confirmar essa hipótese – nós apenas não conseguimos fazê-lo.

Entretanto, talvez hipóteses céticas como o gênio maligno ou até mesmo o cérebro em uma cuba não resistam ao critério de verificabilidade, porém, estes cenários podem ser substituídos por outros, igualmente úteis para ACG, capazes de vencer a exigência verificacionista. A hipótese do café e os químicos malignos é um exemplo disso, pois o agente epistêmico que bebia o café era completamente incapaz, naquele momento, de eliminar a hipótese de que o café era uma bebida artificial. Entretanto, ele poderia fazê-lo se dispusesse de equipamentos avançados e conhecimento para operá-los que permitissem realizar uma análise molecular da bebida. Nesse cenário, por mais que S pudesse fazer isso, ACG conseguiria sustentar seu argumento para S naquele momento t sem ferir as regras do critério verificacionista. Do mesmo modo, o cético pode conceber cenários que sejam verificáveis por princípio, mas cujo procedimento de verificação exija uma tecnologia gigantesca indisponível no momento para qualquer ser humano. O importante a ser destacado, portanto, é que embora se afirme que o cenário cético precisa ser indetectável, ele só precisa sê-lo em relação ao sujeito S e a proposição p que S crê, não havendo necessidade desse ser indetectável por princípio, conforme a terminologia verificacionista¹².

Concluimos, por fim, que uma vez entendida adequadamente a natureza dos cenários céticos, é plausível afirmar que para todo S e para todo p que S julga saber, existe uma hipótese cética possível e não eliminável tal que S não saberia que p . Estar em um cenário cético implica, portanto, estar inadvertidamente enganado, e insistir contra essa asserção é um empreendimento improdutivo, desde o início condenado ao fracasso¹³.

¹¹ Hempel aponta que dada a maneira como as hipóteses científicas são apresentadas, onde muitas vezes elas apenas apresentam formas limitadas e frágeis de verificação, não é possível traçar uma linha que indique quais teorias ou hipóteses científicas são verificáveis e quais são só verificáveis por princípio. No entanto, embora vaga, “a distinção mencionada é importante para avaliar a significação do potencial explanatório das hipóteses e teorias propostas” (Hempel, 1974, p. 47).

¹² Espera-se que essa breve exposição seja suficiente para demonstrar como cenários céticos não são hipóteses metafísicas. O erro dos verificacionistas foi acreditar que o ceticismo era um problema metafísico – e não uma questão genuinamente epistemológica.

¹³ Além das estratégias discutidas, existem muitos outros filósofos que seguem essa linha pouco promissora de argumentar contra o cético. Chalmers (2005), por exemplo, defende que não existe nenhum cenário cético genuíno dada a impossibilidade deste ser construído consistentemente com alcance global. Outros exemplos são Bouwsma (1949), Putnam (1981) e Hill (2004), que apresentam refutações limitadas a cenários céticos específicos (gênio maligno, cérebro em uma cuba e possibilidade do sonho, respectivamente).

Aceitando a possibilidade do erro, alguém poderia tentar solucionar o desafio cético apontando que as hipóteses céticas demonstram apenas que não existem crenças perceptuais infalíveis, e não propriamente que nunca podemos saber que p . Poder-se-ia defender, como faz Austin (1961), que nessa circunstância, afirmar que nós nunca sabemos que p é o mesmo que dizer que não existem médicos em Nova York porque médico é alguém capaz de curar qualquer doença, ou seja, o cético seria alguém que quer que aceitemos arbitrariamente um conceito infalibilista de conhecimento para então nos mostrar que nada sabemos porque nenhuma crença é infalível. Acredito que essa seja uma objeção justa contra alguém que apenas aponte a possibilidade de equívoco, porém, este adversário fácil é apenas um espantalho cético, não o cético real que confrontamos aqui nessa dissertação.

Mais do que sustentar a possibilidade das hipóteses céticas, a primeira premissa do ACG advoga que S deve saber que não está em um cenário cético caso ele saiba que p . Ao contrário do que pode parecer, essa não é uma simples exigência infalibilista, e sim o resultado de uma intuição importante sobre o conhecimento: se x , y , e z são contrários de p , e S sabe que p (ainda que considerado um conceito falibilista de conhecimento), então S sabe que x , y e z não são o caso, pois a falsidade destes é uma consequência necessária da verdade de p . Como vimos, dado que S não é capaz de encontrar uma evidência válida para apontar que x , y e z são falsos, então como S pode saber que p ? Como será demonstrado, a primeira premissa de ACG não é um mero *non-sequitur*.

O argumento cético geral, portanto, apoia-se em algum princípio epistêmico, mais especificamente, no princípio de Princípio de Fechamento Epistêmico (PFE), ou seja, o cético advoga que a relação epistêmica tida com uma proposição deve ser preservada (fechada) nas proposições decorrentes dessa. Exemplos podem ser trivialmente apresentados: se eu sei que estou segurando um copo de café, então eu sei que é um copo que estou segurando; se eu sei que isso é uma mesa, então eu sei que isso não é uma geladeira. Entretanto, a validade desses princípios tem sido analisada e questionada por vários autores que se dedicaram ao tema, mostrando que alguns princípios embora pareçam intuitivamente fortes e válidos em casos óbvios como os supracitados, não conseguem ser válidos em todas as circunstâncias desejáveis para que os mesmos possam ser considerados como princípios. Como defende David e Warfield (2008, p. 139), todo princípio epistêmico “deve ser considerado falso se ele não puder ser sustentado como necessário”. Dado que o argumento cético depende da validade de algum princípio de fechamento epistêmico, tentaremos encontrar na próxima sessão qual princípio (se algum) lhe é capaz de dar sustentação adequada.

1.1 Princípio de fechamento para o conhecimento

Visto que o problema do ceticismo é comumente discutido como um problema para o conhecimento, iniciaremos nossa investigação através da busca de algum princípio válido para esse operador epistêmico. Em uma primeira acepção o princípio pode ser assim exposto:

PFC 1: $[Kp \ \& \ (p \rightarrow q)] \rightarrow Kq$ ¹⁴

Pela simplicidade esse princípio é bastante atrativo¹⁵, e talvez ele tenha alguma força intuitiva inicial em casos óbvios, mas não é preciso muito para perceber que ele é falso. Basicamente, ele diz que eu devo saber tudo que deve ser verdadeiro caso p o seja. Porém, o número de consequências lógicas de uma proposição p é virtualmente infinito, e nós certamente não conhecemos tudo que é acarretado pela verdade de cada proposição. A falsidade de PFC 1 é facilmente notada nesse caso: um agente epistêmico S sabe que hoje é domingo. Se hoje é domingo, então o Sr. Mohamed plantou uma árvore na Indonésia (pois é uma tradição em sua família plantar árvores no domingo, e ele tem cumprido essa tarefa religiosamente). De acordo com PFC 1, portanto, se S sabe que hoje é domingo, então S sabe que Mohamed plantou uma árvore na Indonésia (ainda que S não conheça Mohamed e nem tampouco saiba que ele planta árvores todos os domingos). Não faz sentido, portanto, esperar que S saiba todas as implicações materiais de p, e não é razoável impor tal exigência para todas as pessoas que saibam quando é domingo. O reconhecimento dessa implicação por parte do agente epistêmico poderia resolver essa deficiência, como se segue:

PFC 2: $[Kp \ \& \ B(p \rightarrow q)] \rightarrow Kq$ ¹⁶

PFC 3: $[Kp \ \& \ J(p \rightarrow q)] \rightarrow Kq$ ¹⁷

¹⁴ Para todo S, para todo p e para todo q, se S sabe que p, e p implica q, então S sabe que q.

¹⁵ Esse princípio foi apresentado e defendido por Hintikka (1962).

¹⁶ Para todo S, para todo p e para todo q, se S sabe que p e crê que p implica q, então S sabe que q.

PFC2 e PFC3 são falsos porque a crença de que $(p \rightarrow q)$ (ainda que justificada) não garante a verdade de que q , o que poderia levar à conclusão absurda de que S possa ter conhecimento de algo que é falso. Imagine que Pedro possua a crença justificada¹⁸ de que se o sol está brilhando então os pássaros estão cantando. Mesmo em um caso onde Pedro saiba que o sol está brilhando naquele momento, ainda pode ser o caso de que nenhum pássaro esteja cantando¹⁹. Uma tentativa de incluir a crença e a verdade de $(p \rightarrow q)$ é tentada a seguir:

PFC 4: $[Kp \ \& \ (p \rightarrow q) \ \& \ B(p \rightarrow q)] \rightarrow Kq$

Esse princípio enfrenta ainda dois problemas simples:

- a) S pode crer que $(p \rightarrow q)$ motivado por péssimas razões, sem nenhuma evidência consistente para aceitar a relação entre essas proposições, de modo que a sua crença em $(p \rightarrow q)$ é apenas acidentalmente verdadeira, incapaz de transmitir justificção para q . Mas se S crê que $(p \rightarrow q)$ com base em razões adequadas, e não enfrenta nenhum anulador que ele não seja capaz de lidar, então S *sabe* que $(p \rightarrow q)$, e nesse caso, sua posição epistêmica se expressa melhor como tal.
- b) David e Warfield (2008) apontam um problema relacionado ao significado de “ $B(p \rightarrow q)$ ” (S crê que p implica q). Uma falha de compreensão do significado de implicação pode levar S a possuir essa crença sem deter concomitantemente a crença de que “se p é verdadeiro então q é verdadeiro”, ainda que ambas as expressões sejam sinônimas. Nessas condições, também não é aceitável afirmar que S sabe que q (ao menos não através da dedução de p). Mas embora S possa crer que $(p \rightarrow q)$ sem uma compreensão adequada do que significa uma proposição implicar outra, o mesmo não vale para o conhecimento, isto é, compreender os conceitos envolvidos parece ser necessário para uma crença como essa. E se ele satisfaz essa condição, então, novamente S sabe que $(p \rightarrow q)$.

¹⁷ Para todo S , para todo p e para todo q , se S sabe que p e crê justificadamente que p implica q , então S sabe que q .

¹⁸ Conforme PFC 3.

¹⁹ Esse exemplo é apresentado por Hales (1995, p. 186).

Portanto, se queremos corrigir a deficiência apresentada em PFC 1 sem incorrer em erros banais como os apresentados entre PFC 2 – PFC 4, o seguinte princípio deve ser considerado:

PFC 5: $[Kp \ \& \ K(p \rightarrow q)] \rightarrow Kq$

Esse princípio parece satisfazer as necessidades do argumento cético, resolvendo o problema apontado para PFC 1, pois em PFC 5, S não precisa saber todas as consequências da verdade de p para saber que p , mas apenas as que ele sabe serem acarretadas por p . Um defensor da validade desse princípio é Barry Stroud, que em sua defesa do ceticismo cartesiano escreve:

(...) é mais plausível sustentar que o “simples e óbvio fato” que todos nós reconhecemos sobre o conhecimento é o requerimento mais fraco de que nós devemos saber a falsidade de todas as coisas que nós *sabemos* serem incompatíveis com aquilo que sabemos. Eu sei que um pássaro ser um canário é incompatível com este ser um pintassilgo; isto não é algo distante, uma consequência desconhecida deste ser um pintassilgo, mas algo que qualquer um que saiba alguma coisa sobre pintassilgos saberia. E a ideia é a de que é por isso que eu preciso saber que não se trata de um canário se eu estou em condições de saber que se trata de um pintassilgo. Talvez, a fim de saber algo, p , eu não preciso saber a falsidade de tudo que é incompatível com p , mas parece ser o caso que eu precise ao menos saber a falsidade de tudo que eu *sei* ser incompatível com p (STROUD, 1984a, p. 28).

Embora Stroud se refira apenas à “falsidade do que é incompatível com p ”, ele o faz por estar considerando especificamente a exigência expressa na primeira premissa do argumento cético, isto é, de que se eu sei que tenho mãos eu sei que não estou dormindo ou em outro cenário cético que concorra com a verdade de p . O argumento, porém, não é outro senão que eu devo saber o incompatível com p por este ser uma consequência conhecida de p ²⁰. Mas será que esse princípio é um “fato óbvio” como sugere Stroud?

²⁰ Em *Certainty: a refutation of scepticism*, Peter Klein demonstra que Princípio de Eliminação de Consequências Contrárias [Contrary Consequence Elimination Principle], defendido explicitamente na citação de Stroud, nada mais é que um corolário do princípio de fechamento epistêmico, visto que a verdade do primeiro depende e é implicada pela verdade do segundo.

O grande problema que esse princípio apresenta, e que o torna implausível é que o agente epistêmico pode não saber que q mesmo em casos onde ele saiba que p e que $(p \rightarrow q)$ simplesmente por não crer que q . Pessoas podem ter crenças inconsistentes (saber que $[p$ e $p \rightarrow q]$ e ainda assim crer que $\sim q$), assim como também pode falhar em reconhecer e deduzir q de p (não formando crença alguma), ou seja, ainda que PFC 5 seja um princípio mais modesto que PFC 1, ele também parece não se aplicar a nós, que não somos seres perfeitamente racionais o tempo todo. Embora possa parecer estranho alguém estar nessa posição, o fato de isso ser possível e ainda assim o agente epistêmico saber que $[p$ e $p \rightarrow q]$ revela a falsidade do princípio. Não é difícil imaginar exemplos sobre como pessoas podem se encontrar nessa posição. Imagine que uma senhora que tenha um gato e esteja procurando um novo apartamento leia em um livro de um grande especialista que gatos sobrevivem mais facilmente e se machucam menos em quedas do segundo andar do que do primeiro andar, pois, devido à maior distância, o animal consegue se preparar melhor para amortecê-las. Dada a notável credibilidade do testemunho do especialista, a senhora adquire o conhecimento de que gatos correm menos riscos ao cair de uma janela do segundo andar (do que do primeiro), e ainda, ela também reconhece e adquire o conhecimento de que essa informação implica que é mais seguro morar no segundo andar, (se comparado com o primeiro). Ainda assim, devido à intuição geral de que quanto mais baixo menor os danos de uma queda, a senhora não desenvolve essa crença, isto é, de que é mais seguro mudar-se para o segundo do que para o primeiro. É possível, portanto, saber que p e saber que p implica q e ainda assim não crer que q .

Devemos tomar o cuidado para compreender corretamente nosso argumento contra PFC 5 e distingui-lo de outro, defendido por Brueckner (1985) e (1994), que faz uso da premissa de que “conhecimento é fechado sob implicação conhecida apenas se cada condição necessária para o conhecimento for fechada” (BRUECKNER, 1985, p. 91), e em conjunção com o fato de que a crença – propriedade necessária para o conhecimento – não é “fechada”, conclui pela falsidade do princípio de fechamento para o conhecimento por implicação conhecida. Warfield (2004, p. 37), formaliza o argumento de Brueckner deste modo:

Premissa 1: Crença não é fechada por implicação conhecida.

Premissa 2: Crença é uma condição necessária para o conhecimento.

Conclusão: Portanto, conhecimento não é fechado por implicação conhecida.

Esse argumento, embora atrativo à primeira vista, incorre na falácia de composição²¹. Essa falácia ocorre “quando se afirma que aquilo que é verdade para membros individuais de uma classe é também verdade para a classe tomada como unidade” (PIRIE, 2008, p. 34), ignorando que no conjunto nem sempre são preservadas todas as propriedades existentes em suas partes individuais, como um treinador de futebol que alegue que seu time é o mais forte apenas porque contratou os melhores jogadores. A invalidade desse argumento se torna explícito em exemplos como esse:

P. 1: As células não tem consciência,

P. 2: O cérebro é composto por células,

C: Logo, o cérebro não tem consciência.

A razão pela qual isso não procede decorre do fato de que o conjunto pode conter uma propriedade que exclua, modifique ou sobreponha uma propriedade presente em uma de suas partes quando tomada individualmente. Como aponta Hales (1995), o argumento de Brueckner é inválido na medida em que exclui falaciosamente a possibilidade de que, embora a crença não seja “fechada”, possa-se adicionar condições adicionais para o conhecimento que, conjugado às demais, eliminem os casos onde o fechamento não tenha sido constatado. Em sua defesa, Brueckner (2004) aponta que a análise de casos onde as condições necessárias para o conhecimento não sejam “fechadas” possibilita criar contraexemplos que aplicados ao conjunto revelem que o conhecimento também não é fechado, o que justificaria a utilidade de seu empreendimento. Porém, é preciso insistir que não estamos autorizados a construir um argumento da forma supracitada, isto é, PFC 5 não é um princípio falso *porque* uma de suas propriedades – no caso a crença – não é “fechada”. O procedimento utilizado em nosso argumento contra esse princípio epistêmico foi o de supor a validade do princípio e extrair dele consequências falsas, isto é, mostramos que se PFC 5 for verdadeiro, então S deve saber que q mesmo em casos onde ele não acredita em q ou quando S acredita em q com base em

²¹ Conforme Warfield (2004), também Nozick (1981) e Sosa (1999) empregam argumentos contra o fechamento epistêmico que recaem na falácia de composição.

razões inapropriadas; dado que essa conclusão é inaceitável²², concluímos pela falsidade de PFC 4. Nosso objetivo agora é verificar se os problemas encontrados concernentes à crença, relativos a essa versão de princípio epistêmico, podem ser evitados através de uma modificação do princípio.

PFC 6: $[Kp \ \& \ K(p \rightarrow q) \ \& \ Bq] \rightarrow Kq$

Esse princípio certamente resolve o problema referente à crença apontado no princípio anterior. Se PFC 5 se precipitava ao afirmar que S sabe que q ignorando a possibilidade de que S poderia não crer que q, com a introdução de Bq no antecedente, PFC 6 se revela mais plausível. Retomando o exemplo da senhora e seu gato, acrescentaremos uma nova situação para a história: além de ela saber que esses animais sobrevivem mais facilmente às quedas do segundo andar do que do primeiro, e saber que isso implica que é mais seguro mudar-se para o segundo, ela enfim de fato o fez: mudou-se para o apartamento mais indicado para a segurança de seu gato por acreditar nisso. Será que a senhora de nosso exemplo ascendeu necessariamente ao conhecimento do consequente? Surpreendentemente não. Ao visitar aleatoriamente um apartamento que ficava no segundo andar, nossa personagem reconheceu na parede uma mancha de tinta que lembrava vagamente um gato, e com base nisso, ela passou a acreditar que se tratava de um sinal místico de que apartamentos no segundo andar são os mais seguros para gatos. Observe que embora a senhora dispusesse de todas as razões que ela precisava para saber que q (ela sabia que p, e sabia que $(p \rightarrow q)$), ela somente formulou sua crença em q com base em evidências inadequadas (manchas na parede), incapazes de conferir justificção para q. Novamente é pertinente apontar que por mais extravagante que seja esse exemplo, ele é suficiente para demonstrar a falsidade de PFC 6²³.

Foi demonstrado, portanto, que mesmo quando o antecedente $[Kp \ \& \ K(p \rightarrow q) \ \& \ Bq]$ for o caso, S pode não saber que q se sua crença for motivada por razões inadequadas, com

²² A maior parte dos epistemólogos aceita como verdadeira o princípio de implicação, isto é, saber que p implica crer que p ($Kp \rightarrow Bp$). Há, no entanto, tentativas de refutar esse princípio. Sobre esse problema, ver Armstrong (1969), Lehrer (1968) e Mizumoto (2008).

²³ David e Warfield (2008, p. 147) apresentam um exemplo ainda mais simples: “eu sei que existem ao menos 9 pessoas na sala (eu comecei contando e parei no nove), e eu sei que isso implica que existem ao menos 7 pessoas na sala, e eu creio que existe ao menos 7 pessoas na sala não por causa da inferência ou através da contagem, mas sim porque eu sempre creio que existem 7 pessoas na sala quando eu estou na sala”.

base em evidências ruins ou na presença de anuladores. Uma forma de evitar esse problema é realizar uma pequena modificação no princípio:

PFC 7: $[Kp \ \& \ K(p \rightarrow q) \ \& \ Bq \text{ com base na dedução de } p \ \& \ (p \rightarrow q)] \rightarrow Kq$

Este princípio parece ser bastante aceitável. S crê que q com base em sua crença em p e $(p \rightarrow q)$, evitando os problemas apontados para maus agentes epistêmicos, que falham em reconhecer a consequência lógica de suas crenças, tal como no problema da crença apontado para PFC 5 e o problema da justificação apontado para PFC 6. Além disso, a crença em q por S é atingida via dedução, um método seguro, legítimo e eficiente para expandir o campo de proposições conhecidas. E como p e $(p \rightarrow q)$ já estão indicadas como sabidas por S, o consequente do princípio (Kq) parece já estar contido no próprio antecedente, o que torna PFC 7 não apenas um princípio atraente e viável para ser aceito, mas também trivialmente verdadeiro. Essa é a conclusão que chega Hales (1995, p. 194), que aceita a validade desse princípio, mas o caracteriza como logicamente trivial e filosoficamente desinteressante.

Nós sustentaremos, contra Hales, que PFC 7 não é logicamente trivial e nem filosoficamente desinteressante. Na verdade é justamente o fato de PFC 7 não ser trivialmente verdadeiro que o torna interessante. É possível que S creia que q com base na dedução de p e $(p \rightarrow q)$, mas também com base em y, sendo y uma evidência inadequada. David e Warfield apresentam dois exemplos que ilustram essa circunstância:

Eu sei que isto é uma cadeira, e eu sei que se isto é uma cadeira ela não pode sair voando, e eu creio com base nisso que a cadeira não sairá voando. Entretanto, eu creio também que a cadeira não sairá voando porque eu creio que suas asas estão quebradas (e também porque eu creio que minha bola de cristal me revelou que ela não sairá voando). Evidentemente, esse é novamente um exemplo frívolo. Talvez o seguinte seja mais realístico. Imagine que eu sou um lógico meticuloso e, sempre que está ao meu alcance, eu gosto de oferecer duas provas independentes para todo teorema que eu prove. Em certa ocasião eu deduzo conscientemente um teorema, T, a partir de premissas previamente conhecidas, mas também, de forma independente, ‘deduzo-o’ falaciosamente a partir de premissas equivocadas. Eu sei T? E se eu utilizar adicionalmente mais provas ruins? (DAVID e WARFIELD, 2008, p. 149).

A questão que David e Warfield levantam se refere ao problema de crenças epistemicamente sobredeterminadas. Se eu acredito que há um computador sobre minha mesa

com base na evidência visual, e com base no testemunho do rinoceronte azul falante que só eu enxergo, eu sei que há um computador sobre minha mesa? É possível que eu seja muito desconfiado em relação a minha visão, de tal modo que o testemunho do meu amigo rinoceronte azul seja fundamental para minha crença, não como uma prova adicional, mas como uma evidência subjetivamente necessária, sem a qual eu não formaria crença alguma. Ainda assim, eu sei que há um computador sobre minha mesa? David e Warfield não apresentam uma resposta para essa questão, mas a nossa intenção com esse exemplo é indicar que PFC 7 não é uma trivialidade, e que não é possível defendê-lo sem se envolver em outras questões complexas. Outras críticas podem ser feitas a esse princípio, mas antes de prosseguir vamos supor que um defensor da validade desse princípio entenda “Bq com base na dedução de...” como “Bq com base *somente* na dedução de..”, evitando o problema mencionado:

PFC 8: $[Kp \ \& \ K(p \rightarrow q) \ \& \ Bq \text{ com base somente na dedução de } p \ \& \ (p \rightarrow q)] \rightarrow Kq$

É importante estabelecer alguns pressupostos referentes ao processo dedutivo que devem estar presentes em PFC 8, para que o mesmo não constitua uma falsidade óbvia. Consideraremos implícito aqui que não só S crê que q após a dedução, mas também, que S permanece sabendo que p. A importância dessa cláusula é demonstrada por Hawthorne (2005), segundo o qual, ao passo que S desenvolve sua crença em q, S poderia adquirir uma contraevidência para p. Isso pode ocorrer porque a crença em q se remete a um conhecimento prévio das proposições que servem de base para ela. É pressuposto, portanto, uma diferença de tempo entre saber que [p e (p → q)], e a crença em q, tempo esse correspondente ao período necessário para se realizar essa dedução. Se durante esse período S encontrar uma contraevidência para p, ainda que S continue crendo que p, este deixará de ser sabido por S, de modo que o mesmo valerá para q, proposição implicada e deduzida. Kvanvig (2006) e (2008) aponta a necessidade de outra emenda para esse princípio: S também não pode adquirir nenhum anulador não derrotado para sua crença em (p → q) durante o período em que ocorre a dedução, pois o mesmo também comprometeria o conhecimento de q, na medida em que a implicação que legitima deduzir q de p foi colocada em cheque. Note que o agente epistêmico, mesmo diante de novos anuladores pode simplesmente ignorá-los e crer que q normalmente, como se não os tivesse adquirido. O dito nesse parágrafo é esclarecido por Kvanvig:

Raramente aprendemos, no processo de deduzir uma asserção, nada além da própria asserção. Nós poderíamos estar assistindo televisão, olhando para as nuvens no céu, ou inúmeras outras coisas. Ao fazermos essas outras coisas, nós podemos, por exemplo, ouvir um anulador enganoso para o que estamos inferindo, mas simplesmente ignoramos sua implicação sobre se nós devemos crer em q . Então passamos a crer que q deduzindo-o competentemente a partir de p . Nós não sabemos q , no entanto, porque nós possuímos um anulador para nossa crença q . Na realidade, trata-se de um anulador enganoso, mas nós não sabemos dessa parte da história (KVANVIG, 2008, p. 467).

Desse modo, toda vez que nos referirmos a “ Bq com base na dedução de p ...”, fica-se pressuposto que S continua sabendo que p e que $(p \rightarrow q)$ após realizar essa dedução.

Há ainda duas dificuldades que podem ser apresentados contra PFC 7 que são mantidos em PFC 8. O primeiro se refere a uma circunstância onde o agente epistêmico se encontra diante de anuladores que ele não consegue lidar e que impeçam que o resultado da dedução de p e $(p \rightarrow q)$ afira status de conhecimento. Por exemplo, S pode ter sido convencido por um professor de sua confiança que a dedução não é uma forma confiável de raciocinar, de modo que, ainda que S creia que q (por dedução), ao manter ao mesmo tempo a crença de que a dedução não é uma forma adequada de expandir o conhecimento, torna-se possível questionar se S de fato sabe que q .

Acredita-se comumente que alguém não pode saber que p se detém outras crenças claramente incompatíveis com p . Por exemplo, um agente epistêmico, após contar cuidadosamente o número de canetas que há sobre sua mesa, adquira as crenças de que possui exatamente 5 canetas, exatamente 6 canetas e exatamente 8 canetas. Ou então adquira as seguintes crenças: “tenho 5 canetas” e “não tenho 5 canetas”. Nos exemplos mencionados, ainda que o sujeito tenha utilizado um método válido para se adquirir conhecimento, e ainda que uma dessas crenças seja verdadeira (ele possui 5 canetas), não é aceitável afirmar que o agente epistêmico sabia disso. Conjuntos irracionais de crenças, por se invalidarem mutuamente, impedem que quaisquer elementos desse conjunto sejam proposições conhecidas. Aceitando essa premissa, pode-se notar como é possível construir um contraexemplo para o princípio de fechamento em questão. S pode saber que p , pode saber que p implica q , e pode crer que q com base na dedução disso tudo, e, adicionalmente, crer que $\sim q$. Um sujeito epistêmico com crenças inconsistentes, absurdas, não sabe que q mesmo quando o antecedente de PFC 8 foi satisfeito.

Os dois contraexemplos apresentados mostram como PFC 8 falha em situações extraordinárias, o que não o torna completamente implausível, visto que em circunstâncias “normais” ele se mostra válido. A fim de evitar a vaguidade sobre o que sejam circunstâncias normais, podemos prosseguir fortalecendo ainda mais o antecedente, incluindo mais condições que precisam ser satisfeitas para que o conseqüente – Kq – constitua uma verdade necessária, incrementando a plausibilidade do princípio. Mas a necessidade de irmos cada vez mais fundo nesse empreendimento demonstra por si só a dificuldade de estabelecer um princípio válido para o fechamento epistêmico para o conhecimento, sendo esse possível só quando restringimos cada vez mais as condições onde o conhecimento se fecha, até o ponto em que ele, se verdadeiro, torne-se trivial; ao encerrar esse processo, acabaremos por dar razão à Hales (1995) que, como vimos, concluiu sua análise dos princípios de fechamento epistêmico para o conhecimento com a intuição de que trivialidades lógicas podem ser filosoficamente desinteressantes. Alguém poderia objetar afirmando que se alguma versão do princípio de fechamento pode motivar a conclusão cética de que nós nunca sabemos nada sobre o mundo exterior, isto já é suficiente para justificar a sua relevância filosófica. Isto é verdade, mas ainda que muitos filósofos tenham pensado o argumento cético como empregando algum princípio semelhante à PFC 8²⁴, um diagnóstico mais preciso revela que este é inofensivo, incapaz de servir de premissa adequada para o cético em seu empreendimento radical, e esse é o maior problema que o PFC 8 enfrenta.

1.2 A Ineficácia de PFC

A ineficiência, para o cético, de princípios de fechamento epistêmico que fortalecem o antecedente, é demonstrada por David e Warfield em “Knowledge-Closure and Skepticism”²⁵. Tomando “c” como qualquer proposição empírica que usualmente julgamos sabíveis como “eu tenho mãos”, e “h” como qualquer hipótese cética, o esboço do argumento cético empregando o princípio PFC 8 é assim representado²⁶:

²⁴ Entre outros, Hawthorne (2004 e 2005) e Kvanvig (2006 e 2008).

²⁵ Leite (2004) também sustenta uma posição semelhante sobre a utilidade (para o cético) de princípios como os discutidos até aqui.

²⁶ Embora a análise apresentada abaixo esteja contida no texto supracitado de David e Warfield, algumas adaptações foram realizadas, referentes à estrutura formal do argumento e dos termos utilizados.

Premissa 1: $[Kp \ \& \ K(p \rightarrow q) \ \& \ Bq \text{ com base somente na dedução de } p \ \& \ (p \rightarrow q)] \rightarrow Kq$

Premissa 2: $\sim K\sim h$

Premissa 3: $\sim Kc$ ou $\sim K(p \rightarrow q)$ ou $\sim [B\sim h \text{ com base somente na dedução de } c \ \text{ e } (c \rightarrow \sim h)]$
(1,2)

Premissa 4: $K(c \rightarrow \sim h)$

Premissa 5: $B\sim h$ com base somente na dedução de c e $(c \rightarrow \sim h)$

Logo, $\sim Kc$.

Pode-se notar que a primeira premissa nada mais é que o princípio de fechamento epistêmico considerado, que fundamenta a primeira premissa do ACG; a segunda premissa é apenas a negação de que sabemos que não estamos em algum cenário, nada além do já contido explicitamente no ACG; a terceira premissa é a consequência lógica da combinação das duas anteriores: se S não sabe que $\sim h$, então ou (a) S não sabe que tem mãos, ou (b) S não sabe que ter mãos implica não estar em um cenário cético onde mãos apenas aparentam existir mas não existem ($c \rightarrow \sim h$), ou (c) S não crê que não está nesse cenário cético tomando como base somente ($c \rightarrow \sim h$). Visto que o resultado que chegamos é uma disjunção e o cético deseja nesse argumento concluir (a), isto é, que S não sabe que tem mãos, as premissas quatro e cinco são necessárias para excluir as hipóteses concorrentes.

O argumento apresentado, embora tenha conseguido chegar validamente na conclusão de que S não sabe que possui mãos, não é promissor para o projeto geral cético. Como já apontado, o cético não quer apenas sustentar que nós não sabemos que temos mãos ou apenas algumas proposições específicas, mas sim manter essa mesma conclusão para qualquer crença sobre o mundo exterior que dependa da percepção para ser constituída. Em sua leitura do argumento do sonho presente na *Meditações Metafísicas*, Barry Stroud ilustra bem o projeto de generalização pretendida com sua dúvida cética: se Descartes não podia saber que estava vestido, sentado diante do fogo, então nada mais ele poderia saber com base em seus sentidos:

Se é impossível para ele, nessa circunstância, saber que está sentado diante do fogo com um pedaço de papel na mão, então é também impossível para ele, em outras circunstâncias, saber qualquer coisa sobre o mundo a sua volta com base em seus sentidos. Um veredito negativo no caso escolhido daria suporte para um veredito

negativo em qualquer caso. O exemplo de Descartes, nesse sentido, considera o melhor caso possível de conhecimento perceptual sobre o mundo ao nosso redor (STROUD, 1984a, p. 10).

Devemos considerar, portanto, esse duplo aspecto do ceticismo: seu projeto e seu argumento. Como aponta Greco (2000), embora a conclusão que o cético quer nos conduzir é a de que nós não temos conhecimento algum sobre o mundo exterior, o seu argumento não invoca todo o conhecimento de uma só vez²⁷. Toma-se uma crença proposicional (p) de uma determinada classe e somente após inferir que não é possível para S saber que p, infere-se que a mesma conclusão se torna válida para outras crenças proposicionais dessa mesma classe. Plausivelmente se aceita, portanto, que se eu não posso saber que aqui há uma mesa por não saber que estou sonhando, então eu também não posso saber, pelas mesmas razões, que aqui está uma cadeira, um armário etc.. Desse modo, não basta apenas um princípio ou um argumento verdadeiro para o cético, estes precisam servir ao seu propósito de generalização. A pergunta natural a se fazer aqui é: se o argumento conseguiu validamente chegar à conclusão de que $\sim Kc$, por que a mesma conclusão não pode ser extraída para cada outra crença perceptual?

Uma análise atenta do esboço do argumento cético nos viabiliza a resposta. A conclusão de nosso argumento após aplicar PFC 8 (P. 1) e negar que S sabe que está em um cenário cético (P. 2) nos levou como resultado a apenas uma disjunção, de modo que a conclusão $\sim Kc$ só foi obtida com as condições estabelecidas pela premissa quatro e cinco, segundo as quais, S sabe que c implica $\sim h$, e ainda, acredita que $\sim h$ com base (exclusivamente) na dedução de c e (c implica $\sim h$). Deste modo, para realizar a generalização e afirmar que S nunca pode saber proposições do tipo c, o cético precisará se comprometer com a tese de que para todo S e para todo c, S sempre sabe que c implica $\sim h$, e ainda, que S tenha a crença de que $\sim h$ (via dedução). Isso é afirmar muito sobre as crenças de agentes doxásticos, e é de várias maneiras falsa. Como apontam David e Warfield, pessoas

²⁷ Greco (2000) observa que proceder desse modo, o cético consegue evadir críticas que apontem a ausência de inteligibilidade ao desafiar ao mesmo tempo todo nosso conhecimento. Um filósofo que aponta essa dificuldade é Austin (1962, p. 124): “Pois, mesmo que aceitemos a suposição arriscada e gratuita de que o que uma pessoa em particular sabe em tempo e lugar determinados pudesse, sistematicamente, ser decomposto e ordenado em termos de fundações e superestruturas, seria um erro por princípio supor que a mesma coisa se aplicasse ao conhecimento em geral. E isto é assim porque não poderia haver uma resposta genérica para as questões: o que é uma evidência para que, o que é certo, o que é duvidoso, o que necessita ou não necessita de evidências, o que pode ou não ser verificado? Se a teoria do conhecimento consiste em encontrar razões para uma resposta dessas, não existe tal teoria”. Críticas semelhantes, conforme aponta Greco, são encontradas em Wittgenstein (1969), Cavell (1979) e Williams (1996).

normalmente não pensam sobre cenários céticos e, portanto, não crêem não estar sonhando ou sendo enganados por um gênio maligno é uma implicação natural de suas crenças perceptuais. Quando passamos para a premissa 5, percebe-se uma dificuldade ainda maior, pois é bastante implausível supor que sujeitos quando formam uma crença como “há uma pedra em minha mão” possuam também a crença de que é falso que essa pedra (e também sua mão) é uma ilusão projetada por algum mecanismo acintoso, e ainda, que detenham essa crença por deduzi-la de que ali há uma pedra e que se são pedras então não são meras ilusões. Pessoas normalmente não crêem na negação de todas as hipóteses implicadas por suas crenças, e muito menos, realizam de regra um procedimento tão preciso quanto o sugerido em PFC 8. Este princípio, ainda, por exigir que S creia em $\sim q$ com base somente na dedução de p e $(p \rightarrow q)$ faz com que isso seja sequer logicamente possível para qualquer um que possua mais do que uma crença perceptual²⁸.

Portanto, ainda que o argumento mencionado seja verdadeiro, ele se configura como um argumento condicional, válido apenas para os sujeitos que se encontrem nas posições descritas em P. 4 e P. 5, mas não cumpre o objetivo do projeto cético que é generalizar sua conclusão para todos os sujeitos e não apenas para aqueles que acreditam na negação das hipóteses céticas (dedutivamente) que concorrem com suas crenças. Entretanto, ainda é precipitado propor aqui uma vitória contra o cético, pois a despeito do fato de que PFC 8 não consegue motivar sozinho a conclusão cética radical, disso não se deriva que nós podemos saber de fato algo sobre o mundo exterior. De fato, ainda existe ao menos uma estratégia que o cético pode tentar explorar para dirimir a confiabilidade de nosso aparato epistêmico, ainda que a partir da conclusão mais restrita que PFC 8 ou PFC 7 pode produzir. Antes de proceder para a análise desta, vamos reafirmar explicitamente qual é o argumento condicional que o cético conseguiu nos apresentar até aqui:

Argumento Cético Condicional: (ACC): Se S sabe que c implica $\sim h$, e acredita que $\sim h$ com base na dedução de c e $(c$ implica $\sim h)$, então S não sabe que c .

²⁸ O emprego de PFC 7 (ao invés de PFC 8) resolveria esse problema específico, mas ainda não resolveria as demais dificuldades apontadas que impedem o argumento de satisfazer a generalização.

O cético pode desistir da tese de que o simples emprego de PFC 8 em conjunção à negação de que sabemos ~h permite generalizar a conclusão, mas ainda assim ele pode proceder afirmando que, se mesmo um sujeito que satisfaz as condições de ACC não sabe nenhuma proposição perceptual, então nenhum agente epistêmico sabe proposição alguma, procedendo dessa forma por um caminho diferente de generalização. Nesse ponto é importante destacar que sem uma premissa adicional, essa generalização é arbitrária, pois não há razão alguma para a aceitarmos tal como colocada. Como apontam David e Warfield (2008), um raciocínio que extraia uma determinada conclusão em dependência de certas condições não legitima aferir que a conclusão é válida também para situações onde essas condições não estão colocadas, ao menos não sem uma razão adicional para aceitarmos esse fato. Imaginemos, por exemplo, um biólogo que após procurar se em determinado rio existe uma espécie de peixe X afirme: “Investigamos a nascente do rio durante todo o verão e não encontramos nenhum exemplar da espécie procurada, logo, podemos afirmar que a espécie X não se encontra presente em toda a extensão desse rio”. Naturalmente, esse argumento da forma que é apresentada é insuficiente, e qualquer um que o leia deverá se perguntar qual a relação de uma coisa com a outra, isto é, por que a não existência da espécie X em certas condições implica que ela não existe em qualquer outra condição (no inverno, ou em outras partes do rio)? Em nosso exemplo, o biólogo talvez tenha se esquecido de informar que as condições do estudo permitem a generalização porque o peixe X só se reproduz nas nascentes dos rios e apenas durante o verão, de modo que, se não se pôde verificar esse fenômeno naquelas circunstâncias, a ausência da espécie naquele ecossistema é a melhor explicação. O cético, portanto, caso queira proceder dessa forma com o argumento condicional, deverá explicar porque agentes epistêmicos não contemplados por ACC não possuem conhecimento de proposições perceptuais do mesmo modo que àqueles contemplados.

A situação reproduzida por ACC representa a melhor condição possível de conhecimento que um sujeito pode se encontrar em relação a c: essa deve ser a tese que o cético deverá defender junto à ACC para resolver o problema mencionado no parágrafo anterior, pois se essa premissa for verdadeira, então ACC, ainda que de natureza modesta, conseguiria se tornar potente o suficiente para tornar-se global.

Se o cético puder construir um argumento para a ideia de que agentes (reais ou possíveis) que satisfaçam o antecedente de CA estão de alguma maneira idealmente situados, epistemicamente falando, com respeito às proposições perceptualmente relevantes, i.e., com respeito às proposições das quais foram deduzidas a negação

das hipóteses céticas, então ele poderia concluir que, se esses agentes não sabem essas proposições, então ninguém sabe nenhuma proposição perceptual (DAVID e WARFIELD, 2008, p. 162).

Um cético que tente argumentar por essa linha de raciocínio deverá encontrar dificuldades em demonstrar como isso pode ser dito sobre ACC. Quando Descartes questionou se ele podia saber que estava sentado diante do fogo, vestido e com um pedaço de papel na mão, justificadamente podemos afirmar que ele se encontrava em uma posição ideal, dispondo das melhores evidências possíveis para saber se era esse o caso, e uma conclusão negativa para aquela situação acarretaria uma conclusão negativa para todo sujeito possível. Afinal, ele estava percebendo a si próprio e os objetos ao seu redor com todos os sentidos que um ser humano pode dispor. Ele podia ver onde estava e o que estava ao seu redor, podia sentir o cheiro dos objetos e ouvir as chamas consumindo o seu combustível, e ainda, a evidência física de que o papel estava em sua mão e que vestia um roupão era reconhecida pelo simples toque. Descartes também se encontrava com em perfeita saúde mental, não havendo nada que pudesse lhe colocar em desvantagem em relação a qualquer outro homem, e ainda assim, Descartes sentiu naquele momento que nenhuma dessas evidências lhe permitia distinguir o sonho da realidade. O que está em pauta, portanto, quando tomamos como exemplo uma proposição mooreana tal como “aqui está uma mão”, é que esse é o melhor caso possível de conhecimento, tal que, se um cético conseguir provar que quando Moore, em suas apresentações, estava errado ao afirmar que sabia que possuía mãos, todo nosso universo de crenças é devastado. Entretanto, o mesmo não pode ser dito para alguém que creia que c implica $\sim H$, que creia que $\sim H$ com base na dedução de c e (c implica $\sim h$). Nada está contido no antecedente de ACC que demonstre como esse sujeito está em uma condição epistêmica ideal.

Visto que nossa busca não é apenas por princípios epistêmicos válidos, mas primordialmente por princípios válidos que possam motivar o ceticismo, concluimos que o maior de todos os problemas que princípios como PFC 2 - PFC 8 enfrentam é o fato destes serem pouco capazes de sustentar o empreendimento cético. Se por um lado princípios como PFC 1 exigem demais para ser verdadeiros, a tentativa de reconstruí-lo fortalecendo o antecedente o torna demasiadamente restrito para ser operante no argumento cético. Propomos aqui, portanto, que o argumento cético, em sua melhor acepção, não pode ser construído tomando como base algum princípio de fechamento epistêmico para o conhecimento sem incorrer em sérias dificuldades, forçando-nos então, em nosso

empreendimento de encontrar o mais consistente argumento cético possível, buscar outra estratégia. Na próxima sessão analisaremos outra forma de abordar o problema do ceticismo e fechamento epistêmico que se dirige exclusivamente para as razões que um agente epistêmico pode possuir para justificar suas crenças, independente do que esse sujeito realmente crê. Essa estratégia deverá se mostrar mais promissora.

1.3 Princípio de fechamento para a justificação

Embora tradicionalmente o ceticismo seja tratado como um problema para o conhecimento, isto é, como a tese segundo a qual o conhecimento é impossível, alguns autores tem preferido tratar do argumento cético e dos princípios envolvidos em termos de justificação. Uma razão inicial para isso é a observação de que a justificação epistêmica é um tópico mais importante para a epistemologia que o próprio conceito de conhecimento, e essa afirmação se torna ainda mais evidente quando é o problema do ceticismo que está em causa. Como aponta Williams (1999), há dois caminhos que uma teoria cética pode tomar para tentar desafiar nosso conhecimento. Um deles consiste em, considerando a análise tradicional do conhecimento²⁹, negar a possibilidade de termos crenças justificadas. O segundo é afirmar que mera crença verdadeira e justificada não é suficiente para possuímos conhecimento, impondo a necessidade de algum novo requerimento que não pode ser alcançado, como a exigência da certeza. Ainda que ambas as estratégias terminem por defender um ceticismo para o conhecimento, o segundo, menos interessante, não atinge a justificação para nossas crenças. Peter Unger, um defensor dessa segunda tese explicita isso:

O ceticismo que eu defenderei é uma tese negativa a cerca do que sabemos. Eu aceito de bom grado o fato de que muitos de nós possuímos crenças corretas e razoáveis sobre muitas coisas, mas muito mais que isso é necessário para que nós tenhamos algum conhecimento. (UNGER, 1971, p. 198).

²⁹ De acordo com a análise tradicional do conhecimento, os três requerimentos para um sujeito S saber que p são: (1) p é verdadeiro; (2) S crê que p; (3) S está justificado ao crer que p. Para uma exposição introdutória sobre a análise tradicional de conhecimento ver Steup, Matthias, "The Analysis of Knowledge", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Summer 2012 Edition), Edward N. Zalta (ed.), forthcoming URL = <<http://plato.stanford.edu/archives/sum2012/entries/knowledge-analysis/>>

O argumento cético que estamos tratando nessa dissertação difere, quanto ao alcance, do ceticismo defendido por Unger. A tese que temos trabalhado é mais radical – essa não apenas afirma que não podemos saber nada sobre o mundo exterior, mas também nossa capacidade de justificar nossas crenças é colocada em cheque, e é justamente porque nossa pretensão de justificação foi neutralizada pelo cético que nós não podemos saber nada sobre o mundo exterior. Desse modo, o argumento cético em questão pode ser reconstruído a partir de algum princípio de fechamento epistêmico para a justificação sem prejuízo para o objetivo proposto, com a vantagem ainda de enfatizar o que realmente está em disputa.

Quando procuramos por princípios de fechamento para justificação, há dois caminhos que podemos tomar: o primeiro é investigar se crenças justificadas são fechadas por implicação (justificação doxástica), o segundo é manter o foco apenas na justificação, independente das crenças que o agente epistêmico possui (justificação proposicional)³⁰. A diferença entre ambos os conceitos de justificação é bem ilustrada por Luper:

A proposição p está proposicionalmente justificada para S se e apenas se, dado as razões que S possui, p contaria como racional. Para que p esteja proposicionalmente justificada para S , não é exigido que S realmente sustente p com base nessas razões, ou mesmo que S creia em p . Por outro lado, para S possuir justificação doxástica, isso dependerá das razões que S realmente detém para p : se, com base nelas, p contaria como racional, então p está doxasticamente justificada (LUPER, 2011).

Consideremos o seguinte princípio:

PFJ 1: $[Jp \ \& \ (p \rightarrow q)] \rightarrow Jq$

Entendendo esse princípio como um princípio de justificação doxástica, então temos que, em uma situação hipotética, se você crê justificadamente que está chovendo, e o fato de estar chovendo implica que a quadra de esportes está fechada, então você possui uma crença justificada de que a quadra está fechada. Esse princípio evidentemente é bastante implausível, pois assim como ocorre com PFC 1, as implicações possíveis de p são muitas, e nós não temos crenças sobre tudo que é implicado por uma proposição: trata-se de outro princípio

³⁰ Essa distinção foi formulada pela primeira vez por Roderick Firth (1978).

cabível somente a seres oniscientes. Alguém poderia insistir e realizar adaptações para tornar o princípio mais plausível; algumas possibilidades seriam:

PFJ 2: $[Jp \ \& \ B(p \rightarrow q)] \rightarrow Jq$

PFJ 3: $[Jp \ \& \ J(p \rightarrow q)] \rightarrow Jq$

PFJ 4: $[Jp \ \& \ (p \rightarrow q) \ \& \ Bq] \rightarrow Jq$

PFJ 5: $[Jp \ \& \ J(p \rightarrow q) \ \& \ Bq \text{ com base na dedução de } p \ \& \ (p \rightarrow q)] \rightarrow Jq$

Seria exaustivo e desnecessário avaliar cada um desses princípios individualmente, pois PFJ 2, PFJ 3 e PFJ 4 são vulneráveis à críticas semelhantes as que fizemos em nossa análise dos princípios de fechamento para o conhecimento. Como vimos em nosso estudo de PFC 5 - 6, é permissível que S satisfaça o antecedente de cada um dos princípios e ainda assim simplesmente não formar crença alguma sobre q, ou crer que q com base em evidências ruins. Insistir em princípios como PFJ 5 ou até versões mais sofisticadas e com o antecedente mais fortalecido também se mostrará um empreendimento pouco útil, pois todos os princípios para justificação supracitados (com exceção de PFJ 1, mas que é claramente falso) são incapazes de motivar o projeto geral de generalização do argumento cético, tal qual foi demonstrado na sessão anterior. A razão para isso é que PFC's e PFJ's compartilham uma propriedade comum que dá origem à maior parte dos problemas apontados: o comprometimento com a crença do agente epistêmico, que nem sempre se comporta como gostariam aqueles que trabalham com lógica doxástica. O melhor caminho parece ser, portanto, eliminar a menção à crença de nosso princípio:

PFj: $[jp \ \& \ (p \rightarrow q)] \rightarrow jq$

PFj aponta que se p está justificada (proposicionalmente) para S, e p implica q, então q está (proposicionalmente) justificada para S. Embora esse princípio se assemelhe, dada sua forma e simplicidade, aos inapropriados PFC 1 e PFJ 1, ele não incorre nos mesmos

problemas de seus predecessores, pois não acarreta a pressuposição de que S é um ser onisciente sobre tudo que é implicado por p; ele não precisa sequer crer que q. Esse princípio de fechamento demonstra ser *prima facie* bastante plausível, e tem recebido boa aceitação entre os epistemólogos como um princípio válido³¹, porém, não há unanimidade. Hales (1995) se posiciona contra a plausibilidade deste princípio³²:

Suponha que S esteja fracamente justificado [weakly justified] ao crer que x. Isto é, se S cresse em x, então a crença de S seria (fortemente) justificada. Considere x como sendo “está chovendo lá fora”. Se S cresse em x, ela adquiriria essa crença olhando para fora e vendo a tempestade, passando então a possuir uma crença (fortemente) justificada. Além disso, suponha que x implique y: S não precisará regar os tomates amanhã. Isso implica jy; i.e., que se S cresse que ela não precisa regar os tomates amanhã, então essa crença estaria (fortemente) justificada? Observe que nada em [PFj] exige que a crença contrafactual em y dependa de uma crença contrafactual em x. Também não há nada que conecte a crença contrafactual em y ao reconhecimento de que $x \rightarrow y$. Portanto, nada nos impede de supor que se S cresse que não precisará regar os tomates amanhã, ela formaria essa crença ao perguntar para seu vizinho notoriamente não confiável se os tomates precisam ser regados. Nesse caso, S está fracamente justificado ao crer que x, $x \rightarrow y$, e ainda assim y não está fracamente justificado para S; portanto [PFj] é falso (HALES, 1995, p. 195).

A posição de Hales se baseia em uma leitura equivocada do princípio, atribuindo à PFj relações de implicação que não são necessárias. Corretamente, Hales demonstrou que mesmo satisfeito o antecedente, S pode crer que q com base em razões ruins, ignorando as evidências adequadas que ele poderia utilizar para sustentar sua crença³³. Entretanto, seu exemplo não atinge PFj, e uma análise detalhada do caso demonstrará isso:

- (1) S possui justificação proposicional para crer que x: está chovendo lá fora (jx).
- (2) S crê que x (Bx): olhou pela janela e viu a chuva, adquirindo a crença justificada de que x (Jx).
- (3) x implica y: se está chovendo, então não será necessário regar os tomates ($x \rightarrow y$).
- (4) S agora crê que não precisará regar os tomates (By).
- (5) Mas S não está doxásticamente justificado em crer que y porque S crê em y com base em uma evidência ruim, o testemunho do vizinho mentiroso. Logo, $\sim Jy$.

³¹ Entre eles Klein (1981, 1995, 2004a), Luz (2009), Luper (2011), entre outros.

³² O que nós estamos chamando aqui de justificação proposicional, Hales denomina de *weak justification*.

³³ O exemplo apresentado por Hales é semelhante ao apresentado anteriormente contra PFC 6.

Hales entende que existe uma correspondência entre o “sentido fraco” (proposicional) de justificação e o “sentido forte” (justificação doxástica), isto é, ele acredita que “p está justificado para S” é equivalente a “se S crer que p, então S terá uma crença justificada” ($jp \leftrightarrow [Bp \rightarrow Jp]$)³⁴. Desse modo, em seu exemplo, Hales alega que a justificação proposicional não se transmitiu do antecedente para o consequente (jy) porque foi possível para S crer que y sem estar doxasticamente justificado para S. Note que como elucidamos em (5), a conclusão a que o exemplo dos tomates nos leva é apenas de que S não estava doxasticamente justificado ($\sim Jy$) ainda que crendo que y (By). Portanto, a presença de By e $\sim Jy$ no caso dos tomates só pode contar contra jy se é verdade que $jp \leftrightarrow [Bp \rightarrow Jp]$. Hales erra, no entanto, ao assumir essa equivalência³⁵.

Como já admitimos, Hales está certo ao afirmar que S resulta por ter uma crença não justificada de que y em seu exemplo, o que reforça como princípios de justificação doxástica tendem ao fracasso. Contra Hales, no entanto, iremos manter a posição de que S pode ter justificação proposicional para p ainda que possua uma crença não justificada de que p, ou seja, retomando o caso da chuva e os tomates, mesmo após confiar no testemunho de seu vizinho de má fama, seria correto afirmar que p está proposicionalmente justificado para S. Afirmer isso pode parecer estranho à primeira vista, porém quando percebemos o que PFj realmente captura vemos que não há inconsistência alguma nessa afirmação. Dizer que uma proposição está justificada (proposicionalmente) para S, é dizer que S está diante de razões adequadas para crer que p, e por conseguinte, se a justificação é fechada nas proposições acarretadas, S também tem a sua disposição razões adequadas para q (quando $p \rightarrow q$). Essa afirmação, no entanto, não se compromete com a tese de que se S crer que p ele estará justificado, afinal, se há alguma lição que nós já aprendemos exaustivamente aqui é que agentes epistêmicos podem negar as evidências que estão “na sua cara” e formar crenças com base em razões deficientes. O exemplo da senhora preocupada com seu gato, que analisamos anteriormente, é um caso clássico disso, ela havia formado a crença de que era mais seguro para seu animal morar no segundo andar porque viu um sinal místico em uma mancha na

³⁴ Hales diz explicitamente isso no início da referida citação: “Suponha que S esteja fracamente justificado] ao crer que x. Isto é, se S cresse em x, então a crença de S seria (fortemente) justificada.”.

³⁵ Para fazer justiça, Hales (1995) não se compromete com a tese de que essa é a única forma possível de interpretar o que ele chamou de “sentido fraco” de justificação. Ele considera ainda que jx possa ser entendido, a partir da obra de Koons (1992), na forma de “probabilidade subjetiva”. Nenhuma de suas abordagens, no entanto, captura o que realmente está sendo dito em PFj (Cf. Hales, 1995, p. 195-196).

parede, e certamente ela não tinha uma crença justificada! Entretanto, podemos inferir disso que a senhora não possuía à sua disposição boas razões para sustentar a sua crença?

Se cuidarmos para não confundir “ter boas razões” com “utilizar-se dessas razões”, veremos que no exemplo mencionado, a senhora ainda tem a disposição as evidências que adquiriu quando leu o livro do confiabilíssimo especialista em gatos, e pode, portanto, utilizar essas informações para justificar a sua atualmente mal justificada crença de que gatos vivem com mais segurança no segundo andar de prédios, se comparado ao primeiro. Quando retomamos o suposto contraexemplo de Hales, o mesmo raciocínio se aplica: embora S possa não regar os tomates porque seu vizinho falou para não fazê-lo, S ainda pode contar com seu conhecimento de que “choveu essa noite” para defender sua crença; as razões ainda estão disponíveis. Klein apresenta uma explicação semelhante para seu uso de justificação proposicional:

Suponha que S creia em uma proposição, por exemplo, w , que é uma evidência adequada para confirmar outra proposição x , isto é, wCx . S poderia falhar em subscrever x , mas, no entanto, eu gostaria de sugerir que x está disponível para S. Isto é, x está disponível para S para ser usado como uma razão para crenças posteriores. Assim como o dinheiro, uma vez depositado, rende juros, e esses juros rendem mais juros, etc., proposições, pode-se dizer, compõem e se tornam disponíveis para S não porque elas estão realmente subscritas, mas sim porque elas são confirmadas por proposições que estão subscritas.

(KLEIN, 1981, p. 46).

Concluindo, podemos verificar que PFj consegue evadir todos os problemas apontados para os princípios de fechamento anteriormente listados, seja os de conhecimento, seja os de justificação³⁶. PFj também se mostra perfeitamente adequada para o emprego no argumento cético, pois ele não só é capaz de instituir a ausência de justificação para nossas crenças ordinárias, como também – para quem considera o conceito de conhecimento importante – acaba por levar a conclusão de que nós também nunca possuímos conhecimento dessas proposições, uma vez que S não pode saber que p se S não tem disponível razões/evidências

³⁶ Esse princípio, no entanto, deve ser restrito às proposições contingentes. Peter Klein (1981 e 1995) sugere ainda que esse princípio possa encontrar dificuldades frente a proposições e implicações que S não possui capacidade de compreender, sugerindo que este fique circunscrito a proposições (e implicações) que sejam claras para S. Não estou certo da necessidade dessa restrição, mas visto que o domínio da dúvida cética se refere à proposições ordinárias, cuja implicação entre p (isso é uma mesa) e q (eu não estou em um cenário cético onde essa mesa não existe e sim é apenas uma ilusão) é óbvia para S, ela pode ser aceita sem prejuízo para o princípio, no que se refere ao nosso contexto investigativo: o argumento cético. Note que nesta restrição, no entanto, não se está exigindo que S *saiba* que p implica q , mas apenas, que esta implicação esteja acessível para S – ainda que este falhe em saber ou mesmo crer na implicação.

suficientes para justificar sua crença de que p. Ainda, o princípio permite que o cético ataque diretamente a própria possibilidade de existência de uma crença racional, isto é, no final das contas, não temos razões *ultima facie* adequadas para sustentar nossas crenças. Nesse caso, abandonar o internismo epistêmico para assumir o externismo não seria suficiente, pois o conceito de “justificação” aqui é mais amplo que o utilizado na análise tripartida internista do conhecimento. Mesmo teorias do conhecimento externistas preservam alguma exigência de garantia epistêmica, como, por exemplo, que nossas crenças tenham sido formadas a partir de um processo confiável – ainda que S não tenha consciência de qual processo se origina. Pode-se notar que PFj gera um paradoxo que atinge também a própria confiabilidade da percepção.

Uma vez estabelecido o princípio de fechamento epistêmico adequado para o argumento cético, é recomendável reescrever ACG à luz de PFj, explicitando adequadamente, por fim, de onde ele parte e do que ele se trata. O argumento cético a ser vencido, portanto, é este:

ACG*: (1) Se S está justificado ao crer que p, então S está justificado ao crer que não se encontra em um cenário cético. (2) S não está justificado ao crer que não se encontra um cenário cético. (3) Portanto, S não está justificado ao crer que p.

Novamente cabe apontar que ACG* permanece fiel à conclusão de ACG, pois se S não está justificado ao crer que p, então S não sabe que p. Uma vez estabelecido o argumento cético, alguém que queira refutá-lo diretamente deverá apontar a falsidade da primeira ou da segunda premissa de seu argumento. Cabe notar que nossa análise do princípio de fechamento epistêmico até agora se deteve apenas em verificar se este é *prima facie* válido, isto é, compatível com nossas intuições iniciais sobre o conhecimento. Apesar de chegarmos à conclusão positiva sobre a plausibilidade de PFj, muitos filósofos têm visto na negação da primeira premissa de ACG* um caminho viável para refutar o ceticismo, evadindo assim todas as complicações que as hipóteses céticas nos trazem. Uma discussão sobre essa estratégia anticética será realizada no próximo capítulo.

2 REJEITANDO PFE

Conforme foi mostrado no capítulo anterior, o argumento cético geral sustenta que somos ignorantes sobre fatos possíveis como nossa realidade presente ser apenas um sonho ou existência de mecanismos enganadores. Nossa incapacidade de apresentar razões contra essas hipóteses, alega o cético, nos conduz à conclusão de que nosso campo de proposições conhecidas é muito menor do que nós pretensamente assumimos. O cético procede, portanto, via *modus tollens*, legitimado pela tese de que saber uma proposição contingente p sobre o mundo exterior implica, ao menos, estar em posição de saber³⁷ que as consequências da verdade de p são o caso³⁸. Esse capítulo se destina a discutir a estratégia anticética que busca rejeitar precisamente esse requerimento para o conhecimento de uma proposição p , que defende ser aceitável que S possa não ter razões adequadas para crer que q , estar plenamente consciente que q é implicado pela verdade de p , e ainda assim saber que p . Trata-se de argumentar contra o ceticismo através da tese de que nenhuma versão do princípio de fechamento é válida.

Fred Dretske, através de seu já clássico artigo “Epistemic Operators”, foi o primeiro a defender explicitamente a rejeição do princípio de fechamento epistêmico³⁹ como a resposta adequada para o argumento cético, promovendo assim uma das mais intensas e acaloradas⁴⁰ discussões nessas últimas quatro décadas em epistemologia. Seus argumentos promoveram uma cisão radical entre os que o apoiaram vigorosamente, e os que o rejeitaram como inclusive, “uma das ideias menos plausíveis que surgiram no debate filosófico recentemente” (FELDMAN, 1995, p. 487).

A tese central defendida em “Epistemic Operators” é a de que operadores epistêmicos são apenas semi-penetrantes, isto é, operadores sentenciais que expressam relações epistêmicas, como as presentes nas frases “ S sabe que p ”, “ S tem razões para crer que p ”, “ S

³⁷ Dizemos “estar em posição de saber” porque, como foi apresentado, o princípio defendido como mais apropriado para sustentar o argumento cético exige apenas que, quando p implica q , apenas a justificção proposicional esteja fechada entre as proposições.

³⁸ Conforme a premissa (1) de ACG, corolário do princípio de fechamento epistêmico.

³⁹ No entanto, como aponta Kvanvig (2006 e 2008), no contexto da discussão sobre paradoxos epistêmicos, Henry Kyburg (1961) já havia defendido a negação do fechamento epistêmico como resposta ao paradoxo da loteria. Dretske, no entanto, inaugura essa tradição no âmbito da epistemologia modal.

⁴⁰ Situação essa expressa especialmente por Mark Heller: “Uma guerra tem sido travada na epistemologia nas últimas décadas, e os caras bons estão perdendo.” (1999, p. 196). Os caras bons são entendidos por Heller como aqueles que lutam ao lado de Dretske contra o fechamento epistêmico.

dispõe de evidências adequadas para sustentar p”, não “penetram” (não são preservados) em todas as proposições implicadas por p. O seu potencial de “penetrabilidade” é mais bem entendido quando comparado com outros operadores sentenciais, a saber, os que Dretske denominou operadores (completamente) penetrantes e operadores não penetrantes.

No primeiro grupo se encontram operadores como “é verdade que” “é necessário que” “é possível que”, entre outros, cuja característica distintiva é que quando afixados em uma proposição p que implica outra q, a mesma propriedade (verdade, necessidade, possibilidade) permanece em q. Em outras palavras, quando $p \rightarrow q$, e p for verdadeira, então trivialmente, q é verdadeira. Operadores não penetrantes, por outro lado, são tais como os contidos em “S espera que p”, “p é estranho para S” etc., em que o operador sentencial concebivelmente pode falhar em penetrar nas proposições implicadas por p. Isso é facilmente demonstrado com um exemplo banal: a sentença “há rinocerontes na minha casa” acarreta a verdade de outra sentença: “há rinocerontes no planeta Terra”. Embora seja muito estranho que existam tais animais em minha casa, não é nada estranho que eles existam no planeta Terra.

Esse último grupo de operadores – operadores não penetrantes – pode, em alguns casos, conseguir atingir as proposições implicadas por p, porém é nítido que sua força é desprezível. Por outro lado, embora Dretske defenda que operadores epistêmicos também fracassem ao penetrar em todas as proposições implicadas por p, seu potencial é maior, ficando este no meio dos dois extremos. Dretske evidencia, portanto, através do contraste entre um operador não penetrante e um operador penetrante, o que ele quer dizer por um operador semi-penetrante. O mais discutido exemplo de Dretske, sobre circunstâncias onde o fechamento epistêmico supostamente falha é apresentado abaixo:

Você leva seu filho ao zoológico, vê várias zebras e, quando questionado pelo seu filho, diz a ele que elas são zebras. Você sabe que elas são zebras? Bem, a maioria de nós teria pouca hesitação em dizer que sabemos disso. Nós sabemos como as zebras se parecem e, além disso, este é o zoológico da cidade e os animais estão em um cercado onde está claramente escrito “Zebras”. Ainda, algo ser uma zebra implica que este algo não é uma mula e, em particular, não é uma mula habilmente disfarçada pelas autoridades do zoológico para parecer uma zebra. Você sabe que estes animais não são mulas habilmente disfarçadas pelas autoridades do zoológico para parecerem zebras? Se você está tentado a dizer “Sim” a esta questão, pense um momento sobre quais razões você possui, quais evidências você pode apresentar em favor desta afirmação. A evidência que você tinha para pensar que elas são zebras está sendo efetivamente neutralizada, uma vez que isto não conta em favor de elas não serem mulas habilmente disfarçadas para parecerem zebras (DRETSKE, 1970, p. 1015-1016).

No caso mencionado, Dretske considera plausível e defende que:

- (1) Se os animais são zebras, então necessariamente eles não são mulas habilmente disfarçadas pelas autoridades do zoológico para parecerem zebras.
- (2) Você não sabe e não possui evidências adequadas para “os animais não são mulas habilmente disfarçadas”.

Ainda assim:

- (3) Você possui evidências adequadas e sabe que os animais são zebras⁴¹.

Uma vez que para Dretske, ter evidências para a afirmação de que os animais são zebra não implica possuir evidências para a afirmação de que os animais não são mulas habilmente disfarçadas, o cético não consegue utilizar (2) contra (3), como normalmente procede após construir suas hipóteses céticas. Essa conclusão é o resultado natural da rejeição do princípio de fechamento epistêmico. Com base nisso, diante dos cenários céticos, Dretske não contraria o cético em sua afirmação de que não sabemos que esses cenários possíveis são falsos, ao contrário, ele concorda com ele, defende-o firmemente nesse ponto. Mas ele complementa: “eu me separo da companhia do cético (...) quando ele conclui, a partir disso que, portanto, você não sabe que os animais no cercado são zebras” (DRETSKE, 1970, p. 1016). A solução para Dretske, portanto é rejeitar a primeira premissa de ACG ou ACG*, isto é, nenhuma exigência epistêmica sobre hipóteses céticas podem ser postuladas para S para que este saiba que p.

Não é preciso dizer muito para mostrar como a resposta de Dretske é tentadora e constitui um remédio eficaz para nossas preocupações céticas, pois não importa quão criativo seja o cético ao construir suas hipóteses, elas serão simplesmente impotentes. Gênios malignos? Cérebros em uma cuba? Feiticeiros perversos, talvez? Tudo isso junto falha em apontar algo contra nossas crenças ordinárias, que não precisam acompanhar nenhum tipo de garantia epistêmica contra tais hipóteses. Aceitando essa explicação, usufruiríamos através de um movimento simples, de uma cura rápida para o ceticismo. Entretanto, não tão facilmente, e não sem desconforto pode essa tese ser defendida.

Casos como o da zebra são costumeiramente chamados de “contraexemplos” contra o princípio de fechamento epistêmico. No entanto, claramente, do ponto de vista do cético nada

⁴¹ Aceitar que não sabemos que o animal não é uma mula pintada, mas ainda assim sabemos que o animal é uma zebra, representa para alguns filósofos uma “conjunção abominável”, inaceitável, portanto. Uma análise dessa acusação é apresentada na próxima sessão.

foi demonstrado contra o princípio. Ao invés de concluir, através desse caso, que o princípio epistêmico em questão falha, ele apenas reforçaria que você não sabe que o animal é uma zebra justamente por não ter nenhuma razão para defender que o animal não é uma mula disfarçada. O gênio maligno – um cenário de alcance global – se transforma em um cenário local, o terrível zelador maligno, que engana espectadores inocentes de zoológicos pintando mulas para parecerem zebras! Você não sabe que o zelador maligno está atuando nesse momento, ele afirmaria, como pode saber que o animal é uma zebra? O argumento até aqui, no entanto, não se dirige contra o cético, mas sim contra um epistemista⁴² que queira salvar o princípio de fechamento epistêmico. Para Dretske, o projeto de defender o fechamento e o projeto de refutar o ceticismo são incompatíveis entre si, de modo que qualquer um que não aceite a conclusão cética (a quase totalidade dos seres pensantes), deverá acompanhá-lo em seu raciocínio. Defender decisivamente a negação de PFE exige, no entanto, que mais seja dito.

Há ao menos duas razões para se exigir, por parte de quem queira defender essa saída para o problema do ceticismo, que este apresente razões suplementares para esse ponto de vista. A primeira é que, mesmo para quem não leve a sério os céticos, é importante que este seja capaz de defender seu ponto de vista contra ele. Como já mencionamos, afirmar que PFE é falso é algo que o cético jamais concederia no “contraexemplo” da zebra, de modo que há algo mais para ser explicado. Uma análise do caso do tipo “PFE é falso, pois apesar de não sabermos que o animal é uma mula, sabemos que o animal é uma zebra” é ultrajante contra o cético, pois uma vez que se está envolvido em um debate com este, por mais ridículo e por mais desprezo que possamos ter de nosso opositor, temos a obrigação de apresentar uma resposta que não se comprometa, já por princípio, com a tese de que a posição adversária é falsa. O contraexemplo de Dretske, ainda que concedamos que de fato nele não poderíamos saber que o animal não é uma mula, ~K~h, tudo que temos até então é: ou PFE é falso, ou o ceticismo é verdadeiro. E uma vez que a tese a favor de PFE possui a vantagem inicial de ser mais intuitiva (como normalmente se admite)⁴³, uma explicação de porque PFE falha precisa ser apresentada.

⁴² Usa-se a palavra epistemista no sentido sugerido por Klein (2002): aquele que defende que nós podemos saber e realizar asserções justificadas sobre o mundo exterior.

⁴³ Quanto a isso, Cláudio de Almeida representa uma rara exceção: “Eu não consigo ver nada nem remotamente intuitivo nas alegações sobre fechamento epistêmico” (DeAlmeida, 2007, p. 308), embora conceda que “Há fortes razões filosóficas para se pensar que princípios de fechamento pareçam intuitivos, e cabe àquele que nega o fechamento identificar e tratar essas razões” (idem).

A segunda razão, e não menos importante, se refere ao fato de que há bons motivos para aceitar que alguma versão do PFE, como a defendida no primeiro capítulo (PFj), deve ser verdadeira. Isto é, uma análise cuidadosa mostra que PFE não é apenas intuitivo, mas sim um importante princípio para a epistemologia. Ainda, rejeitá-lo parece nos levar a uma série de dificuldades que precisam ser resolvidas. Fred Dretske, no entanto, consciente disso, tanto em seu “Epistemic Operators”, quanto em vários artigos posteriores, apresenta uma série de razões e explicações sobre como e porque PFE deve ser rejeitado. Antes de avançarmos sobre os argumentos de Dretske a favor de sua interpretação no “*Zebra case*”, é pertinente observar quais são, afinal, os motivos pela qual muitos epistemólogos não aceitam tomar o caminho de Dretske, e preferem, apesar das dificuldades, encontrar uma resposta contra o cético que não envolva rejeitar esse princípio. Afinal, por que PFE?

2.1 Por que fechamento epistêmico?

Como foi apontado, independente dos ganhos que rejeitar a validade de PFE nos traria para o debate do ceticismo, essa alternativa não foi bem vista por muitos epistemólogos. Para entender isso, é preciso compreender corretamente o que esses filósofos, que rejeitam a validade de qualquer versão do PFE estão dizendo. Diferente dos contraexemplos apresentados para algumas versões de princípios epistêmicos que foram discutidos no primeiro capítulo, a rejeição proposta por Dretske possui uma força mais radical. Por exemplo, demonstramos que PFC 1 e PFC 2 eram falsos apresentando casos onde o antecedente destes princípios foram atendidos, e ainda assim o conseqüente não. A dificuldade maior apontada e discutida anteriormente, tanto para princípios de fechamento para o conhecimento, quanto para a justificação doxástica, refere-se ao fato da crença, elemento necessário para a existência de conhecimento, não ser fechada. Nessa outra forma de rejeitar PFE, não importa o quanto nos empenhemos em sofisticar e buscar qual versão do princípio captura nossas intuições, pois:

A visão deles é a de que mesmo quando eu ligo os pontos, meu conhecimento das questões de fato permanecem intactas. Mesmo que eu esteja plenamente consciente de que eu não sei e não posso saber que eu não sou um cérebro em uma cuba, eu ainda sei todos os tipos de fatos particulares sobre o mundo (...) De acordo com eles, o que o cético afirma não é apenas plausível, mas em grande medida correto. Eu

nunca sei que as hipóteses céticas são falsas; i nunca sei que eu não estou sempre sonhando ou que não sou um cérebro em uma cuba; entretanto, eu sei que eu estou sentado em minha mesa agora (WILLIAMS, 1996, p. 323).

A última frase da citação de Williams representa o descontentamento imediato que negar PFE nos causa. Se eu sei que p , e se eu sei que p implica q , como pode ser o caso de que eu não saiba e sequer possa saber que q ? O que me impede, afinal de contas, deduzir q de p , se, afinal, eu sei que p e estou plenamente consciente do que a verdade de p acarreta? Essas questões são meramente retóricas, e são geralmente levantadas para justamente evidenciar o quão contraintuitivo é rejeitar esse princípio epistêmico. Williamson (2000, p. 117) aponta inclusive que se alguma teoria sobre o conhecimento dependa da rejeição do PFE, então isso não é um motivo para rejeitar o princípio em questão, mas sim a própria teoria⁴⁴. Essa é, no entanto, uma postura exagerada. Dizer que X parece (intuitivamente) ser o caso, não é o mesmo que afirmar que X é de fato o caso; deste modo, se uma análise apropriada de como funciona nosso conhecimento nos leva de fato a conclusão de que PFE é falso, não conseguiremos simplesmente negar seus argumentos via redução ao absurdo simplesmente por essa conclusão ser contraintuitiva. Quem queira tornar PFE imune a ataques deve se esforçar mais, isto é, razões precisam ser apresentadas em seu favor. Por isso, duas razões clássicas para se aceitar esse princípio são avaliadas abaixo:

1) Raciocínio dedutivo: Uma razão inicial para aceitar a validade do PFE é que ele oferece uma explicação plausível sobre como nós podemos ampliar nosso conhecimento através da dedução. Nós apreendemos a verdade de proposições não apenas através do que nós diretamente percebemos com nossos sentidos, mas também através do raciocínio, a partir de proposições que nós já sabemos. Se eu descobro que Dona Anésia possui um gato, então eu adquire não apenas o conhecimento de que ela tem um gato, mas também, que ela possui um animal de estimação, na medida em que eu sei que um gato é um animal de estimação; trata-se de uma forma tida como segura de obter conhecimento sobre o mundo exterior. O fato de a justificação ser fechada, como foi defendido até aqui, parece ser o motivo pela qual nós podemos expandir nosso conhecimento através dessa prática epistêmica.

Essa é uma motivação inicial importante em favor desse princípio, segundo muitos filósofos:

⁴⁴ BonJour (1987) e Fumerton (1987) defendem essa mesma linha de raciocínio.

Sharon e Spectre: “É a ideia de que conhecimento pode ser expandido a partir de inferências básicas como o *modus ponens* expressado nessa fórmula que tem sido proposto como a razão central para aceitar o princípio de fechamento epistêmico” (2012, p. 3).

Klein: “Todo estudante de geometria euclidiana utiliza implicitamente o fechamento quando reivindica conhecimento de um teorema avançado porque o derivou a partir de teoremas menos avançados” (2004a, p. 165).

Kvanvig: “É um fato bem conhecido sobre dedução que esta é uma maneira de ampliar nosso conhecimento. Sherlock Holmes estende seu conhecimento dessa maneira ao resolver crimes, assim como fazem o resto de nós quando pensamos nas consequências dos vários planos que pretendemos adotar” (2006, p. 257).

Williamson: “Devemos, em todo caso, ser muito relutante em rejeitar o fechamento intuitivo, porque é intuitivo. Se nós o rejeitarmos, em quais circunstâncias nós podemos adquirir conhecimento via dedução?” (2000, p. 117).

Mas não podemos ir longe demais aqui, pois tudo o que podemos afirmar a partir disso, é que a validade de PFE constitui uma boa explicação para a possibilidade de saber através da dedução, isso porém, não prova que esse princípio seja mesmo válido. Uma objeção falaciosa que alguém pode se sentir seduzido a fazer contra Dretske – ou qualquer outro que rejeite PFE – é afirmar que se PFj, por exemplo, não é verdadeiro, então eu poderia estar justificado ao crer que x é um gato sem possuir justificção para crer que x é um mamífero, ainda que eu esteja consciente de que isto é uma consequência necessária de x ser um gato, o que pareceria absurdo. Argumentar desse modo, porém, é incorrer na falácia da ladeira escorregadia: negar a verdade de PFE não é afirmar que nunca podemos realizar deduções a partir de proposições previamente conhecidas, tampouco implica um compromisso com a tese de que a justificção nunca é preservada nas proposições implicadas por p. Cabe lembrar aqui que um princípio epistêmico só é considerado válido se ele é necessário, isto é, se ele se aplica para todo p e para todo S. Portanto, o que é proposto ao rejeitar o princípio é apenas que a relação epistêmica de fechamento entre proposições não ocorre necessariamente, ou mais precisamente, que ela não ocorre quando hipóteses céticas estão em jogo. Não há necessidade, portanto, de “descermos toda a ladeira” e afirmar que essa relação nunca ocorre ou que ela não ocorre quando falamos de implicações que não envolvem tais hipóteses, como no exemplo do gato. Nenhum filósofo sério ousaria dizer que não podemos deduzir que x é um mamífero se sabemos que x é um gato, e a tese proposta por Dretske claramente não se

compromete com isso, uma vez que apenas afirma que os operadores epistêmicos são semi-penetrantes, isto é, não penetram em todas as proposições, mas o fazem em algumas.

Entretanto, o argumento da dedução, embora não seja suficiente para reduzir ao absurdo uma teoria que tente negar a validade de PFE, apresenta um desafio para os seguidores de Dretske: explicar porque em alguns casos a justificação é transmitida e em outros casos ela não é. É preciso apresentar uma explicação sobre porque os estudantes de geometria podem deduzir novos teoremas a partir de teoremas conhecidos, que podemos saber ao olhar um gato, que ele é um mamífero, mas ainda, que não podemos saber que os cenários céticos sejam falsos, ainda que saibamos que uma proposição que implique a sua falsidade seja verdadeira. Um argumento eficiente contra PFE precisará, portanto, distinguir os casos onde a relação epistêmica é fechada e onde não é, justificando a diferença existente entre esses casos.

2) Conjunções abomináveis: Outra razão clássica para aceitar a validade desse princípio epistêmico, e ainda, considerada por alguns filósofos como motivo suficiente para rejeitar qualquer tese que implique a negação de PFE é que isso levaria a aceitação de conjunções abomináveis como “você não sabe que não é um cérebro sem mãos em uma cuba, mas sabe que possui mãos”. DeRose (1995) considera que esse é um “resultado intuitivamente bizarro” (p. 28), constituindo um revés importante para qualquer análise do conhecimento que resulte abraçar tais conjunções.

Um argumento contra a posição de DeRose é apresentado por Fred Adams (2005), segundo o qual, embora muitos filósofos considerem a tolerância com as conjunções abomináveis um resultado bizarro e suficiente para não trilhar esse caminho de resposta ao cético, esses mesmos filósofos não reagiriam, e de fato estariam dispostos a aceitar, outras conjunções semelhantes quando o sujeito epistêmico em questão é uma criança ou um animal. Adams (2005, p. 27) apresenta dois exemplos:

- a) Uma criança sabe que a mãe a está segurando, mas não sabe que não é um cérebro em uma cuba.
- b) Um cachorro sabe quando seu dono está em casa, mas não sabe que não é um cérebro em uma cuba.

Os exemplos de Adams são interessantes pois permitem ver melhor o que realmente existe de contraintuitivo, ou “abominável”, nas conjunções resultantes da negação de PFE e

casos que afinal, ainda que semelhantes às conjunções abomináveis de DeRose, não se mostram nada contraintuitivos, ao contrário, parece bastante inadequado afirmar que um cachorro ou qualquer outro animal não-humano do planeta saiba que não é um cérebro em uma cuba. Mas uma vez ilustrada a diferença entre os dois casos, revela-se que os exemplos de Adams falham em mitigar o incômodo causado em qualquer um que acompanhe DeRose na análise de PFE.

O problema é que uma criança ou um cachorro não são o tipo de sujeito epistêmico que um cético teria em mente ao propor seu argumento. Como um externista e defensor das teorias de rastreamento⁴⁵, Adams considera o conhecimento em termos de sensibilidade, onde, grosso modo, S sabe que p se sua crença é capaz de “rastrear” a verdade de p. Enquanto dotado dessa possibilidade de detecção, o ser humano não se distingue de um cachorro ou um sensor eletrônico de movimento. Mas o tipo de sujeito epistêmico que se está considerando aqui não é apenas aquele que é capaz de detectar a verdade de p. O argumento cético dificilmente se dirigiria contra uma porta automática ou contra um cachorro. Seria, de fato, ridículo propor que “esse cachorro não sabe que estou aqui porque ele não sabe que não é um cérebro em uma cuba”. Mas aqui se torna mais uma vez pertinente destacar qual versão de PFE que consideramos adequada para ilustrar o argumento cético, que não vincula diretamente uma relação entre o conhecimento de uma proposição p e outra por ela implicada q (como PFC 1), mas sim a justificação proposicional, as razões disponíveis para se crer em p e para se crer em q (PFj). Portanto, o sujeito epistêmico para qual se aplica esse princípio, é aquele capaz de estar consciente de que p implica q, e portanto, não apenas capaz de ter esse conhecimento que até um animal é capaz de ter. Trata-se de uma forma mais sofisticada de conhecimento, que Sosa (1997) chama de “conhecimento reflexivo” e Klein (1983, 2007) de “conhecimento real”: o conhecimento resultante de uma análise das razões para se crer em algo, que Klein define como característico de um ser humano adulto.

Desse modo, é preciso verificar se é abominável que S, uma pessoa plenamente capaz de entender que possuir mãos implica que ele não é um cérebro (sem mãos) em uma cuba, possa saber o antecedente sem saber o conseqüente dessa implicação. Talvez ainda possamos pensar alguns casos onde mesmo um adulto saiba (no sentido reflexivo de conhecimento) que possui mãos, e não saiba que não é um cérebro sem mãos em uma cuba, sem que isso constitua uma conjunção abominável, como no caso de um adulto que tenha lido Dretske e

⁴⁵ Falaremos sobre elas adiante no texto.

creia que ele não sabe que não é um cérebro em uma cuba. Ou ainda, que ele nunca tenha percebido a relação lógica entre possuir mãos e não estar em um cenário cético qualquer onde mãos não existem e são apenas ilusões projetadas por um mecanismo malevolente. Vale lembrar que o cético não pode exigir plausivelmente que S *creia* que não é um cérebro em uma cuba para saber que p, afinal, isso seria equivaleria a exigência descabida de que S creia que não se encontra em um número virtualmente infinito de hipóteses céticas onde p seria falso – ninguém teria tanta imaginação. Por isso, a própria ideia do que seria uma conjunção abominável deve ser modificada. Ao invés de afirmarmos que é abominável falar que S sabe que possui mãos e não sabe que não é um cérebro (sem mãos) em uma cuba, é o caso de se dizer que é abominável que S possui razões que suportem uma crença de que ele possui mãos, mas não possui razões que suportem uma crença de que ele não é um cérebro em uma cuba. Isso é importante, pois, alguém que rejeite a segunda premissa de ACG* poderá argumentar que ainda que S não saiba que não é um cérebro em uma cuba (por crer que não sabe), ainda assim ele teria justificção (proposicional) para crer no que ele não crê⁴⁶.

Assim sendo, embora Adams esteja certo ao afirmar que em seus exemplos nem a criança e nem o cão sabem que não são um cérebro em uma cuba, mas que ainda assim sabem (em um certo sentido) coisas sobre o mundo externo, seus exemplos em nada se parecem com o que o cético considera ao construir suas hipóteses, ou o que DeRose tem em mente ao falar de conjunções abomináveis.

Esse resultado, no entanto, embora considerado inadmissível para muitos, não é algo que surpreende verdadeiramente um proponente dessa estratégia anticética. Como Dretske (2005a, p. 17-18) argumenta, embora seja de fato ridículo que alguém diga frases como essas, o que está em questão não é se alguém diria isso ou se frases como essas nos parecem estranhas. O que está em questão é se, quando alguém pronunciar “eu sei que p, mas não sei que ~h”, ele estará falando algo que possa ser verdade. Dretske faz uso aqui de uma distinção apresentada por Grice entre “abominações lógicas” e “abominações conversacionais”, e defende que as “conjunções abomináveis” só nos parecem ridículas porque violam convenções conversacionais, mas não são incoerentes de fato. Em um sentido semelhante, é pertinente lembrar que, como nos lembra Avnur (2012), ainda que “p” e “p e ~h” sejam logicamente equivalentes – é impossível que um seja verdadeiro e o outro seja falso ao mesmo tempo – disso não se segue que ambos sejam epistemicamente equivalentes. Assim,

⁴⁶ Tal como no exemplo do vizinho e os tomates de Hales, discutido no primeiro capítulo.

embora seja absurda (logicamente e conversacionalmente) uma afirmação do tipo “S é um cérebro em uma cuba sem mãos, mas possui mãos”, o mesmo não ocorre com “S não sabe que não é um cérebro em uma cuba, mas sabe que possui mãos”. Não há nenhuma violação de regras lógicas nesta última frase, de modo que o que determinará sua plausibilidade é justamente o que se está em disputa: a validade de PFE.

Ainda, uma vez que não há nenhuma contradição aparente nas referidas conjunções abomináveis, elas não constituem um argumento decisivo a favor da tese de que alguma versão de PFE seja verdadeira. Se concede aqui que o resultado descrito como “intuitivamente bizarro” possa ser uma razão inicial para aceitar que ele é verdadeiro, e ainda, para demonstrar que existem claros desconfortos em negar a primeira premissa do argumento cético, porém, não é o caso de assegurarmos que PFE não pode ser negado, desde que se apresente uma explicação que demonstre a diferença entre conjunções do tipo “S está justificado ao crer que possui mãos, mas não está justificado ao crer que não é um cérebro em uma cuba” e “S está justificado ao crer que possui mãos, mas não está justificado ao crer que teve suas mãos amputadas”, explicando porque a primeira conjunção é aceitável, e a segunda, claramente não é. Trata-se, portanto, como no caso do argumento da dedução, de um desafio que o proponente dessa estratégia anticética precisa se confrontar, porém, também aqui nada foi dito que mostre que esse desafio seja impossível de ser cumprido. Tudo que temos a favor de PFj até aqui, portanto, é o fato dele ser razoável e de acordo com nossas intuições sobre o conhecimento e justificação, tal que, seria talvez, extravagante negar esse princípio sem uma boa razão para isso.

2.2 A resposta de Dretske

Em seu artigo “The Case against Closure” (2005a), Dretkse apresenta os seus argumentos mais atualizados a favor da tese de que nenhum princípio de fechamento epistêmico é verdadeiro. As ideias contidas nesse artigo recapitulam seu argumento das “razões conclusivas”, apresentada inicialmente em *Epistemic Operators* (1970) e desenvolvidas principalmente em *Conclusive Reasons* (1971) e em *Knowledge and the Flow of Information* (1981), e é considerado por ele como a forma mais promissora de responder ao cético e demonstrar a inverdade de PFE.

A estratégia de Dretske contra PFE consiste em alegar que o modo que utilizamos para descobrir p não necessariamente nos permite descobrir aquilo que é consequência de p , isso porque as evidências não são transmitidas através das proposições acarretadas. A presente observação é evidenciada no caso da zebra no zoológico, pois embora você esteja vendo que há ali presente um animal que possui a aparência de uma zebra, que está escrito no cercado a palavra “zebra”, você não é capaz, conforme alega Drestke, sem se certificar mais cuidadosamente que o animal não é uma mula disfarçada de zebra. Isso se dá porque o conhecimento adquirido – isto é uma zebra – foi obtido através de um processo que não te permite afirmar que o animal não é uma mula disfarçada, pois afinal, o animal iria se parecer como uma zebra ainda que ela fosse uma mula muito bem disfarçada. A ideia, portanto, que Dretske parte para construir sua tese de que podemos saber que p ainda que não saibamos que $\sim h$ é a de que o modo pela qual aprendemos que p não é o mesmo modo pela qual aprendemos as consequências lógicas de que p , ainda que saber uma consequência lógica de p seja um requerimento para saber que p . Dretske (2005a) apresenta vários exemplos para ilustrar seu ponto:

- a) Através da visão S pode saber que há bolachas no pote. Mas esse mesmo método não te permite saber que as bolachas não são uma alucinação criada por sua mente.
- b) Também através da visão, S pode descobrir que ainda resta vinho na garrafa. Porém, através da visão, S não é capaz de identificar que é mesmo vinho e não apenas uma água colorida.

Esses dois exemplos podem ser comparados com outro bastante criticado apresentado por Dretske (1970) quatro décadas atrás:

- c) Através de uma inspeção no interior da igreja, S não enxerga nenhuma pessoa e adquire razões para crer que ela está vazia. Porém, observar a igreja e não encontrar ninguém não é uma razão para crer que o prédio em questão é uma igreja.

É preciso destacar que essa tese apresentada por Dretske não depende necessariamente de ser o caso que S não possa saber que as bolachas não são alucinações, ou que o vinho não é uma água colorida, ou ainda, que S não possa ter razões para crer que é de fato uma igreja que está vazia. S pode, considerando o segundo exemplo, provar o vinho e concluir através disso que o líquido não é apenas uma água colorida. Porém, ainda que agora S possa saber que há vinho na garrafa, e que o líquido em questão não é apenas água colorida, o procedimento

utilizado para adquirir o primeiro conhecimento não é o modo pela qual ele adquire o segundo. Em outras palavras as razões que S possui para crer que há vinho na garrafa (a percepção visual) não é transmitida para uma implicação lógica desse fato, como dito, que o vinho não é na verdade apenas água colorida.

Portanto, para Dretske o seguinte argumento é falso (2005a, p. 16):

- (i) R é uma razão para S acreditar que p
- (ii) S sabe que p implica q.
- (iii) R é uma razão pra S crer que q.

Argumentar que uma razão para crer que p não é transmitida necessariamente para uma proposição implicada q, não demonstra por si só que PFE é falso. Como destaca Luper (2006), PFE somente é falso se R não me coloca em condição de saber que q, independente de minha razão para crer que q seja de fato R. Ainda assim, demonstrar que os modos de produzir conhecimento não são fechados é um ponto crucial para a estratégia de Dretske chegar a essa conclusão final, pois tudo o que ele precisa fazer é argumentar a favor do cético, demonstrar que proposições que podemos saber com base em R implicam a verdade de outras proposições que não estão em nosso alcance conhecer. Dretske as chama de proposições limitantes (2003) ou peso-pesado (2005a), sendo essas justamente as proposições que normalmente compõem as hipóteses céticas:

Para a percepção, no entanto, sempre há implicações peso-pesadas, implicações conhecidas para o que se percebe (P) cujas razões perceptuais para P são incapazes de alcançar. Se há alguma dúvida sobre isso, apenas imagine Q como uma condição que S sabe ser incompatível com P, mas devido a uma (talvez extraordinária) circunstância, exerce sobre S o mesmo efeito sensorial que P. Embora incompatível com P, Q (como especificado) irá parecer exatamente igual a P para S. Q é por isso um gêmeo perceptual de P. Nesse caso, S não é capaz de perceber $\sim Q$ ainda que perceba P e saiba que P implica $\sim Q$ (DRETSKE, 2005a, p. 16).

Dretske argumenta, exatamente como faz o cético, que nenhuma evidência sensorial possibilita saber que você não é um cérebro em uma cuba, que você não está sendo enganado por um gênio maligno e assim por diante. Do fato de você ser capaz de tocar, cheirar, olhar e

degustar uma taça de vinho, embora te forneça razões para crer que é uma taça de vinho em sua mão, não se segue que essas razões te coloquem em posição de saber que o mundo externo existe. Dretske admite ainda que, assim como ocorre com as sensações, outros modos de obter conhecimento demonstram-se não fechados:

Testemunho: Eu posso saber que o pneu do meu carro está furado porque alguém me avisou sobre isso (como um guarda de trânsito), no entanto, embora a existência de um pneu furado só é realizável se existir um mundo externo material, isso não me confere o conhecimento de que o mundo externo exista. Isso nos leva a uma conclusão no mínimo curiosa: Um guarda pode transmitir⁴⁷ seu conhecimento para mim via testemunho ainda que eu não saiba que esse guarda não é algo que existe apenas na minha mente. Dretske estaria disposto a aceitar que ver e escutar o guarda são formas de saber que o guarda existe, entretanto, isso não permite a ninguém saber que o solipsismo é falso, que ele próprio, além do pneu furado, não possui existência exterior a minha mente.

Memória: Embora a memória seja normalmente considerada apenas uma forma de preservar o conhecimento já adquirido, também ela possui implicações peso-pesadas (*heavyweights implications*). Sobre isto Dretske defende algo que muitas pessoas esperariam ser facilmente reconhecido pela memória: não podemos saber que o passado, dias e anos anteriores existiram e que é falso que o mundo foi criado há cinco minutos atrás. Eu posso lembrar tudo que eu fiz ontem, o que almocei, onde eu fui e que eu estava trabalhando nessa dissertação. Mas a existência mesmo do passado é para Dretske uma proposição limitante que a memória não é capaz de atestar.

Talvez isso cause estranheza para alguém não muito familiarizado com cenários céticos, afinal, se eu me lembro de todos os detalhes do dia em que eu conheci minha namorada, vários anos atrás, como pode ser o caso de que o mundo tenha sido criado há apenas alguns minutos? Por mais surpreendente que isso seja, há várias formas de possuir essas lembranças e ainda ser o caso que o passado não tenha existido. Imagine que um mecanismo malevolente (escolha o seu preferido, gênio maligno, cientista perverso etc.) tenha-o trazido a existência há apenas alguns minutos, mas disposto a enganá-lo, altere a estrutura de seu cérebro de modo que você tenha essas recordações, ainda que sejam falsas. Nesse caso, suas memórias sobre o passado existiriam tais como existem agora. Não

⁴⁷ Não existe um consenso sobre se o testemunho é uma fonte geradora de conhecimento ou se é apenas um meio de preservar conhecimento. Resolver essa disputa é desnecessário para o argumento discutido, no entanto. Sobre essa querela, ver Graham (2006).

precisamos ir muito longe para perceber como nossa memória eventualmente nos trai: desde pequenas confusões no cotidiano, onde temos a lembrança de que deixamos a chave em cima da mesa, mas que no final das contas a guardamos na geladeira, até casos intrigantes como os relacionados às falsas memórias em pessoas saudáveis⁴⁸, ou mesmo a experiência de *déjà vu*⁴⁹. Portanto, parece plausível o argumento de Dretske: lembrar que p não é um modo de saber que p não é uma falsa lembrança.

Em todo caso, ainda que possamos estar enganados sobre nossas memórias, alguém poderia objetar que podemos saber que o passado existiu através de evidências empíricas, como a existência de livros atestando isso, fósseis etc., mas como destaca Dretske (2005a), o problema persiste: se o passado de fato existiu, então nossa memória e os relatos dos livros, bem como os fósseis, constituem uma fonte de conhecimento sobre esse passado, porém, não da própria existência do passado. Afinal de contas, um gênio maligno poderia ter o cuidado de plantar no mundo – ainda que exista o mundo agora – evidências para fazer você crer que o mundo já existe há muito tempo. Se você fosse um cérebro em uma cuba, não seria algo fora do alcance dos cientistas que operam as ilusões projetadas em sua mente criarem tais representações do passado.

Tudo isso dito por Dretske corresponde a uma análise interessante sobre o funcionamento da percepção e da cognição humana. Como sugere o título de seu artigo de 2003 (“Skepticism: what perception teaches”) o estudo da percepção parece nos ensinar que as intuições céticas estão corretas ao afirmar que somos incapazes de saber qualquer coisa sobre as proposições limitantes, envolvidas nos cenários céticos. Isso motiva Dretske a argumentar, como foi mostrado, que isso não significa que o cético esteja correto, mas sim, que não há verdade alguma na primeira premissa de seu argumento, pois ela estaria apoiada em um falso princípio. Outra consequência importante, é que toda teoria que busca refutar o ceticismo enquanto preserva PFE estaria condenada ao fracasso, e do mesmo modo, o mesmo

⁴⁸ Loftus e Pickrell (1995), por exemplo, demonstram que pessoas podem ser sugestionadas a lembrar de eventos inteiros que nunca ocorreram. Curiosamente, a conclusão a que os pesquisadores chegaram após experimentação científica é uma que divertiria qualquer cético: “quando esses tipos de distorções ocorrem, as pessoas eventualmente estão seguras de suas memórias distorcidas ou falsas, e muitas vezes descrevem as pseudomemórias em detalhes substanciais (...) As conclusões, no entanto, não nos dão a capacidade de distinguir confiavelmente entre uma memória real e uma falsa memória, de modo que, sem uma corroboração independente, tais distinções não são possíveis” (p. 725). Essa corroboração *independente* do valor da memória não pode ser obtida pela própria memória do sujeito que a detém, uma boa demonstração do ponto que os céticos e Dretske defendem.

⁴⁹ A sensação de já ter tido uma experiência que na verdade está ocorrendo pela primeira vez, como por exemplo, alguém que se encontra pela primeira vez em uma cidade desconhecida e, ao entrar em uma loja, tem a sensação nítida de já ter estado lá antes. Alan Brown apresenta um resumo das explicações científicas possíveis para esse evento em (2003).

é válido para qualquer análise epistemológica que dependa da verdade do fechamento epistêmico. Portanto, as conclusões de Dretske, ao apontar que o conhecimento só pode ser entendido através da admissão que saber que p não te coloca (necessariamente) em uma posição favorável de saber as consequências lógicas conhecidas de p , impõem consequências que se estendem para além do estudo do ceticismo.

Se nossas fontes de conhecimento não são capazes, portanto, de excluir as hipóteses céticas, resta apenas a dúvida sobre o que nossas evidências precisam distinguir para que elas possam nos colocar em posição de saber algo. Ou ainda, é necessário uma explicação suplementar e independente que demonstre porque nós podemos saber que p apesar de não sabermos que $\sim h$, afinal, a existência de proposições limitantes que nossa percepção não alcança não é nenhuma novidade para o cético, ao contrário, isso caracteriza a própria força de seu argumento. Contra o cético, Dretske defende uma teoria externista de rastreamento, segundo a qual S sabe que p se sua crença estiver sustentada por razões conclusivas de que p é o caso. Uma razão é conclusiva para Dretske se ela satisfazer o seguinte requerimento de sensibilidade:

“ R não seria o caso a menos que P fosse o caso” (DRETSKE, 1971, p. 1).

Desse modo, é possível que S tenha razões conclusivas para crer que p sem possuir razões conclusivas para crer em uma proposição q implicada por p . Para Dretske, portanto, a seguinte sentença é verdadeira:

C : Não pareceria para mim que há biscoitos no pote se não houvesse biscoitos no pote (DRETSKE, 2005a, p. 19).

Por outro lado, essa outra sentença é falsa:

C^* : Não pareceria para mim que há biscoitos no pote se houvesse biscoitos habilmente feitos de papel machê (DRETSKE, 2005a, p. 20).

A razão dessa dissonância entre C e C^* é notada quando se considera que os mundos possíveis mais próximos de $\sim p$ (representado em C) e $\sim q$ (representado em C^*) não são os mesmos, isto é, não me pareceria que há bolachas no pote se ao invés de bolachas no pote houvessem balas ou se não houvesse objeto nenhum. O mesmo não é verdade, por outro lado, se no pote existissem imitações (bem construídas) de bolachas feitas com papel machê. Trata-

se, portanto, como Dretske descreve, de uma relação causal entre informação e crença – S sabe que p se sua crença de que p foi causada pela informação de que p.

As virtudes da definição de conhecimento em termos de razões conclusivas é melhor entendida quando comparada com a amplamente discutida teoria de rastreamento epistêmico elaborada por Nozick (1981) em *Philosophical Explanations*. Para Nozick, essas quatro condições devem ser satisfeitas para haver conhecimento:

- (1) P é verdadeiro
- (2) S acredita que p
- (3) Se p não fosse verdade, S não acreditaria que p.
- (4) Se p fosse verdadeiro, S acreditaria que p.

A sentença (3) corresponde ao requerimento de sensibilidade entre a verdade de p e a crença de S, e guarda algumas semelhanças com o explorado em C e C*, ou seja, S sabe (ao olhar) que há bolachas no pote, mas não sabe que as bolachas não são apenas imitações de bolachas. No entanto, uma objeção não publicada de Saul Kripke⁵⁰ demonstra que a definição de Nozick parece levar a resultados inaceitáveis. Imagine que S esteja em um cenário onde existem celeiros falsos de todas as cores, exceto vermelhos. Agora considere que S esteja em uma posição adequada – distância, iluminação etc. – olhando para um celeiro vermelho. De acordo com Kripke, a consequência da teoria de Nozick é que nesse cenário S sabe que há diante de si um celeiro vermelho – pois a crença de S rastreou corretamente essa verdade – mas ao mesmo tempo S não sabe que há um celeiro diante de si, pois conforme (3), S falha a condição de que se não houvesse nenhum celeiro, ele não acreditaria que haveria celeiros – dado a existência de celeiros falsos nesse cenário. Keith Lehrer (2000, p. 222-223) considera que essa objeção se estende para qualquer teoria externista, que assim como a de Nozick, implique a falsidade de PFE. Entretanto, parece que Dretske consegue evadir essa consequência vexatória.

Dretske (2005a, nota 4) defende que diferente do que pode ser atribuído a Nozick, o caso dos celeiros falsos não leva a nenhuma conclusão embaraçosa quando se tem em conta a sua teoria de rastreamento. Considerando a teoria das razões conclusivas, S só sabe que há um celeiro se a evidência que causa a crença de S não possuir determinada característica caso não existisse nenhum celeiro, ou em outras palavras, não pareceria para S que há um celeiro se não houvesse um celeiro. Para Dretske, é errado interpretar nesse exemplo que é a

⁵⁰ Conforme informado por Adams (2005) e Lehrer (2000).

informação de que há um celeiro – independente de sua cor – que causa em S a crença de que há um celeiro, quando na verdade é a aparência de que há um *celeiro vermelho* a responsável pela crença de S de que há um celeiro. Em suma, não pareceria para S que há um celeiro vermelho se não houvesse um celeiro, portanto, S possui razões conclusivas para crer que há um celeiro tanto como para crer que há um celeiro vermelho. Dretske compara esse caso com um exemplo apresentado por Goldman (1975) em “Discrimination and Perceptual Knowledge” (p. 779). S está em uma área onde a presença de lobos é comum, animal esse que ele frequentemente confunde com cachorros. S então enxerga um cão da raça *daschund* e forma a crença de que ali há um cachorro. Agora, considerando que “isso é um lobo” é uma alternativa relevante concorrente a “isso é um cachorro”, embora S normalmente falhe em reconhecer um lobo – confundindo-o com um cão – isso não significa que S não sabe que o *daschund* é um cachorro. Pois como comenta Dretske, o que permite S saber que o animal presente é um cachorro da raça *daschund* é o fato dele possuir uma característica que apenas cães *daschunds* possuem. Se for essa informação que causa a crença “aqui há um cão”, então S sabe que isso é um cão. Do mesmo modo, como argumenta Goldman, do fato de alguém acreditar falsamente que uma pequena planta é uma árvore, não desqualifica o agente epistêmico de, ao ver uma grande árvore, saber que se trata de uma árvore.

O que é crucial na resposta de Dretske contra o cético, portanto, é a compreensão de que saber que p envolve possuir uma informação que indique que p é o caso. É possível adquirir essa informação, como aponta Dretske (2005a), diretamente (como quando vemos um objeto) ou indiretamente (por testemunho, ou sinais que indiquem ser p o caso, como pegadas, expressões faciais etc.). Porém, nenhum tipo de informação nos deixa em posição de saber qualquer proposição implicado por p. Um exemplo apresentado por Dretske em (2006) representa bem o ponto discutido até agora. Um instrumento só é capaz de medir a voltagem de um equipamento se seus componentes internos estiverem funcionando corretamente, portanto, se a voltagem de um equipamento é cinco, essa informação só será transmitida para o agente epistêmico se o instrumento não possuir nenhum defeito, isto é, não estiver representando falsamente que é cinco a voltagem por alguma falha em sua estrutura. No entanto, em uma circunstância onde o instrumento de medição indique corretamente que a voltagem é cinco, ele não estará indicando que o instrumento está funcionando corretamente. Para Dretske, ainda que o agente epistêmico saiba que o instrumento provavelmente esteja funcionando corretamente, a informação de que a voltagem é cinco não é uma informação sobre a própria confiabilidade do instrumento. Esse exemplo ilustra como para Dretske

indicação e informação não são fechadas, e assim como o caso do medidor de voltagem, ainda que nossa percepção informe que há uma zebra no cercado do zoológico, ela não nos informa que não é o caso que estejamos em um cenário de engano, onde o animal é apenas uma mula disfarçada de zebra.

Dretske admite, no entanto, que do fato de a informação não ser fechada não se obtém necessariamente que PFE é falso. Porém, para o autor, esse é um resultado natural: “por que o conhecimento deveria ser fechado quando tudo que nós dependemos para obter conhecimento não é fechado?” (DRETSKE, 2003, p. 115).

2. 3 Objeções

Embora à primeira vista Dretske tenha oferecido através de sua teoria das razões conclusivas uma boa explicação sobre como sabemos o que julgamos saber, conseguindo evadir inclusive problemas relacionados a casos como o descrito no exemplo do celeiro de Kripke, sua teoria não é completamente satisfatória, deixando espaço ainda para sérios desconfortos. Esta seção trata brevemente das críticas conduzidas principalmente por Hawthorne (2004 e 2005) contra a análise de Dretske do problema, bem como dos problemas remanescentes resultantes ao rejeitar PFE.

Como vimos na sessão anterior, a pretensão de Dretske é mostrar que e como podemos saber proposições ordinárias ainda que não saibamos que as hipóteses céticas sejam falsas. Sua análise do conhecimento tem a intenção de preservar o conhecimento de proposições como “eu possuo mãos”, “há bolachas no pote” e rejeitar que saibamos proposições como as descritas nas hipóteses céticas: “eu não sou um cérebro sem mãos em uma cuba”. Porém, como Hawthorne demonstra, essa demarcação não funciona tão bem, pois em certas circunstâncias parece que teríamos razões conclusivas para proposições manifestamente limitantes, enquanto em outras circunstâncias, nos faltaria razões conclusivas para proposições que não são manifestamente limitantes.

Como exemplo do primeiro caso, Hawthorne (2005, p. 36) nos convida a imaginar o seguinte cenário: eu vejo uma bolacha e formo a crença de que, alguns metros distante de mim, existe um objeto cuja existência independe de minha mente. Embora esse seja o tipo de

proposição que Dretske consideraria como limitante (ou peso-pesado), ela não passaria no teste das razões conclusivas. O motivo disso é que os mundos possíveis próximos onde não seria o caso que houvesse um objeto independente de minha mente não correspondem àqueles imaginados nos cenários céticos, onde eu estaria enganado por um mecanismo malevolente, mas sim um mundo como o atual onde não há objeto físico algum perto de mim, devido ao simples fato dessa região do espaço estar desocupada. Mas de acordo com o critério defendido por Dretske, não pareceria para mim que há uma bolacha a alguns metros de distância se não houvesse nada no espaço em questão, tal como um agente epistêmico não teria a experiência de que há uma zebra no cercado de zebras no zoológico se esse cercado estivesse vazio.

Hawthorne também apresenta alguns casos onde inexistem proposições (manifestamente) limitantes, mas que de acordo com o defendido por Dretske, implicaria falta de razões conclusivas para sustentá-las. Um exemplo adaptado⁵¹: durante um jantar eu tomei uma pequena prova de vinho e formo a crença de que eu tomei menos que uma taça dessa bebida. Se eu tomei menos que uma taça, então por implicação lógica, eu tomei menos que dez garrafas de vinho, e parece razoável crer nisso. Porém, de acordo com o argumentado por Dretske, eu teria razões conclusivas para crer que tomei menos que uma taça, mas não que tomei menos que dez garrafas! Em mundos possíveis próximos, onde eu tenha tomado mais que uma taça (digamos duas taças de vinho), não iria parecer para mim que eu apenas tomei uma pequena prova dessa bebida. No entanto, é plausível que em uma circunstância onde eu tenha tomado uma dezena de garrafas de vinho, eu passe a alucinar que eu quase não tenha bebido. Isso significa que não seria verdade que eu não teria minha razão R para crer que eu tomei menos que dez garrafas de vinho se eu não tivesse tomado menos que dez garrafas de vinho, enquanto é o caso que eu não teria minha razão R para crer que tomei menos que uma garrafa se eu não tivesse tomado menos que uma garrafa. O que torna esse resultado inconveniente para Dretske, é que ainda que eu tenha razões conclusivas para crer que eu tomei menos que uma garrafa, que eu nunca beba grandes quantidades de bebida, e que minha memória é confiável, ainda assim eu não posso deduzir e reivindicar conhecimento sobre não ter bebido dez garrafas de vinho no jantar.

Similar aos casos descritos por Hawthorne, também Kvanvig demonstra que em certos contextos conversacionais, dizemos sem hesitação coisas que seriam barradas pela solução proposta por Dretske, ou seja, embora em algumas circunstâncias nós nos sentiríamos

⁵¹ Hawthorne descreve esse mesmo exemplo se referindo a salmões ao invés de bebidas alcoólicas, embora em nota, admita que a hipótese fica mais intuitiva se incluirmos as bebidas.

inseguros para afirmar que o animal no cercado do zoológico não é uma mula disfarçada, parece que tal postura não subsiste em outros momentos:

Suponha que alguém esteja descrevendo sua experiência após uma visita ao zoológico. Este poderia, em uma conversa, refletir despreocupadamente sobre a tarde: “Nós vimos leões; tigres; ursos; cabras da montanha; jacarés; bisões; o que mais?” “Ah, muitas coisas – pássaros, peixes e cobras”. “Zoológicos são como – como eu posso expressar? – uma experiência natural! Bem, exceto pelas jaulas e tudo mais. Mas o que eu quero dizer é que o que presenciamos hoje não foi uma invenção humana, não foi um artefato. Nós os vimos na realidade. Não estávamos olhando para fotos de animais na TV; não estávamos observando robôs imitando animais de verdade; não estávamos vendo pessoas vestidas em fantasias para que se parecessem com animais. A natureza é linda e observá-la é tão revigorante!” (KVANVIG, 2006, p. 264).

Dretske (2005b) por sua vez, em sua réplica à Hawthorne, se limita a afirmar que apesar das dificuldades e custos arcados ao rejeitar o fechamento epistêmico, sua teoria é ainda a que possui os menores custos. Talvez o argumento mais convincente de Dretske contra PFE resulte justamente de sua defesa do ponto de vista cético, pois ao nos conscientizarmos do fato de que os modos possíveis de produzir conhecimento não são fechados, nossas escolhas ficariam limitadas em ou (a) aceitar o ceticismo ou (b) rejeitar PFE. Nesse ponto nota-se a virada de mesa que Dretske realiza contra quem aponta os desconfortos de sua teoria: aceitar PFE é mais custoso, pois o custo é a vitória do cético.

Existem, no entanto, filósofos que sustentam a validade de algumas versões do fechamento epistêmico e combatem o cético rejeitando a segunda premissa de seu argumento, isto é, defendem que nós podemos saber que não estamos em um cenário cético, ou ao menos, que o cético não consegue mostrar que não podemos saber tal fato. Dretske, no entanto, considera que essas propostas falham em alcançar seu objetivo. Em suas próprias palavras, a grama do vizinho é menos verde:

Eu não estaria disposto a pagar esse preço se eu pensasse que houvesse alternativas menos dispendiosas. Filosofia é um negócio onde se aprende a viver com uma grama amarronzada em seu próprio jardim porque os quintais vizinhos estão em um estado ainda pior. De onde eu me sento, a grama do outro lado da cerca parece pior que a minha (DRETSKE, 2005b, p. 43).

Esse é um modo no mínimo curioso de defender uma teoria. Geralmente, quando apontam problemas em nossas opiniões, a melhor forma de defesa não é afirmar que a tese do seu opositor é ainda pior⁵², pois afinal, podem ambos estar errados, ou ainda, o opositor pode não ter uma defesa definida. Uma opção válida é a admissão que nem você e nem seus vizinhos possuem um gramado verde o suficiente, e se esforçar para encontrar uma nova forma de cultivo, obtendo assim uma grama melhor. No entanto, Dretske parece estar confiante de que não há grama melhor a ser adquirida, o tom marrom do gramado é o pedágio que o cético nos cobra.

Não iremos nos contentar, no entanto, com essa resposta, não ao menos sem antes procurar na “vizinhança” por uma resposta melhor. Desse modo, no próximo capítulo é analisada a viabilidade de uma resposta ao cético que combata a segunda premissa de ACG*, enquanto preserve aquele que foi eleito, no primeiro capítulo dessa dissertação, o melhor candidato para representar o princípio de fechamento epistêmico: PFj. Se preservar o fechamento evitar os problemas verificados até aqui, e conseguirmos evadir a conclusão cética, então esse será um caminho promissor.

⁵² Dretske se dedica a brevemente demonstrar como a solução para o problema do ceticismo defendida por Hawthorne – uma versão do contextualismo epistêmico – é mais problemática e custosa que a sua.

3 RESTAURANDO PFE

No capítulo anterior analisamos a estratégia que toma por base a rejeição do princípio de fechamento epistêmico com o intuito de desqualificar o argumento cético, uma vez que este depende da validade de alguma forma deste princípio para ser cogente. Contudo, vimos como o mais notável defensor dessa estratégia, Fred Dretske, embora tenha construído um caso importante contra a validade do fechamento, bem como uma defesa contundente da segunda premissa do argumento cético, não foi capaz de apresentar uma resposta completa e satisfatória para nossa investigação. O presente capítulo, por sua vez, discorre sobre a análise do argumento cético realizada por Peter Klein. Opondo-se a Dretske, Klein, a partir de um exame mais sofisticado do princípio de fechamento epistêmico, argumenta que ele não serve ao cético como este esperaria, não havendo razão, portanto, para se desfazer desse princípio. Defende-se aqui que esta proposta (a) oferece uma resposta satisfatória para o problema do ceticismo, (b) consegue instituir uma defesa adequada do fechamento para a justificação, evitando assim os desconfortos envolvidos em rejeitar um importante e intuitivo princípio, e (c) as críticas apresentadas contra Klein não se sustentam (algumas destas são apresentadas e discutidas na última sessão deste capítulo).

Como mencionado no primeiro capítulo desta dissertação, Peter Klein está entre os autores que defendem a validade de um princípio de fechamento para a justificação proposicional, entendendo que é ele o alicerce que sustenta a primeira premissa do argumento cético. Princípios como esses são considerados pelo autor:

- (I) – Se x está proposicionalmente justificada para S , e x implica y , então y está proposicionalmente justificada para S (KLEIN, 2004a, p. 167)
- (II) – Se S possui uma fonte adequada de justificação para crer que x , e x implica y , então S possui uma fonte adequada de justificação para crer que y (KLEIN, 1995, p. 215).
- (III) – Se x é sabido por S e x implica y , então S está em posição de saber que y (KLEIN, 2004a, p. 167).

(IV) - Se S possui razões (não-anuladas) que tornam p suficientemente verossímil, então S possui razões (não-anuladas) que tornam q suficientemente verossímil (KLEIN, 2011)⁵³.

Os princípios listados acima são equivalentes ao PFj ou são extensões do mesmo. O princípio apresentado em (II) captura o significado do que seja possuir justificção proposicional para x e para y, pois, como foi destacado, para uma proposição estar justificada para S, não é necessário que S creia nessa proposição, e sim somente que ele possua uma fonte de justificção que pode ser utilizada para defendê-la. Já (III), por sua vez, é uma consequência de PFj aliada a suposição cética de que para saber uma proposição, é necessário estar justificado para crer nela. E por último, (IV) nos lembra que estar justificado é possuir uma razão que torne p suficientemente provável, desde que, porém, nenhum anulador esteja presente. Esse requerimento é importante porque, ainda que S tenha uma evidência forte o suficiente para sustentar a verdade de p, pode ser o caso que S também possua uma contraevidência, por exemplo: alguém abre uma geladeira e vê uma garrafa de água mineral cheia guardada dentro dela, seria razoável nesse caso supor que a evidência disponível é suficiente para sustentar a crença de que há água na garrafa. Adicione agora um anulador: a pessoa em questão é alertada por sua namorada para o fato de que ela trouxe vodka da casa de seu avô, e como não havia outro recipiente, guardou dentro de uma garrafa de água mineral. Nesse caso, a evidência que se tinha para crer que havia água na garrafa foi anulada pelo testemunho da namorada⁵⁴.

Operando no argumento cético, esses princípios exigem, portanto, que se S está justificado ao crer em uma proposição p tal como “eu tenho mãos”, então S está justificado ao crer que ele não se encontra em um cenário cético onde mãos são apenas representações de objetos inexistentes. É importante reiterar que não se exige que S creia que p ou que S creia que não esteja em tal cenário – mas apenas que essas proposições estejam justificadas para S. Destacamos mais uma vez então qual é o argumento que devemos enfrentar:

ACG*:

- (1) Se S está justificado ao crer que p, então S está justificado ao crer que não se encontra em um cenário cético.

⁵³ Quando p implica q.

⁵⁴ Entretanto, pode ser o caso que uma nova evidência se apresente e anule o anulador, restaurando a justificção inicial.

(2) S não está justificado ao crer que não se encontra um cenário cético onde p apenas aparente ser verdadeiro.

(3) Portanto, S não está justificado ao crer que p.

Klein argumenta que a primeira premissa deste argumento, ainda que verdadeira, não é capaz de motivar a conclusão cética. Segundo o autor, há uma série de enganos envolvidos no modo usual de entender esse princípio, e uma vez desfeitos, revela-se que não só esse princípio é inútil para o cético, como também é importante e pode ser benéfico para o epistemista contra o primeiro:

Nós devemos esclarecer o que realmente está em jogo e o que realmente informam as intuições. Eu penso que se nós fizermos isso, tornar-se-á claro o que fechamento não confere qualquer credencial para qualquer forma de ceticismo acadêmico (...). Fechamento, entendido corretamente, ajuda a remover o poder do argumento geral para o ceticismo acadêmico, e fornece as razões para reconhecermos que o conhecimento que nós possuímos está muito longe de ser um ganho mal-adquirido (KLEIN, 2004a, p. 166)

3.1 Contraexemplos ao PFE?

Um ponto de partida adequado para a análise de Klein do princípio de fechamento é o famoso contraexemplo de Dretske, discutido no capítulo anterior: o caso das zebras no zoológico. Você está em um zoológico, diante de um cercado com uma placa escrito “zebras”, você enxerga os animais lá dentro, e embora estejamos fortemente tentados a aceitar que as evidências disponíveis são adequadas e justificam a crença de que os animais são zebras, paradoxalmente, relutamos em admitir que essas evidências sejam adequadas contra a possibilidade de os animais serem mulas disfarçadas. Dretske aponta que nossas evidências não atingem todas as consequências lógicas do que elas suportam, como foi tratado, uma percepção visual pode ser uma evidência para a existência de biscoitos, mas não para a existência do mundo externo. O caso da zebra ilustraria assim uma motivação – ao menos para o epistemista – rejeitar a validade do fechamento epistêmico. Embora tenhamos concluído ao término do capítulo anterior, que a resposta oferecida por Drestke não é

satisfatória tanto pelo desconforto causado por rejeitar um princípio como PFj, como pelas falhas relacionadas a sua análise do conhecimento, os contraexemplos permanecem um desafio relevante para quem queira defender a validade do fechamento epistêmico. O que ocorre no caso das zebras, afinal?

Klein (1981, 1995) concede que Dretske esteja correto ao afirmar que as evidências consideradas nesse caso dão suporte para a crença de que há zebras no cercado, e, no entanto, falham em justificar que os animais não são mulas disfarçadas. Todavia, Dretske teria pecado ao assumir que o princípio de fechamento epistêmico exija que a proposição implicada (os animais não são mulas disfarçadas de zebras) seja justificada pela mesma evidência que justifica a proposição que a implica, como se segue:

PFEV: Se E é uma fonte de justificação para p, e p implica q, então E é uma fonte de justificação para q.

Claramente, esse princípio não é equivalente a nenhum princípio que discutimos até agora, no entanto, alguém poderia esperar que a anuência a este seja o resultado natural após aceitar que o conhecimento ou a justificação seja fechado por implicação lógica. Assim sendo, se um princípio relacionado a uma fonte de justificação para uma proposição é falso, o que se assume é que a mesma resposta seja adequada para tudo que acarrete necessariamente a verdade de PFEV, como Dretske parece defender. Mas PFj estaria mesmo comprometido com a verdade PFEV? Não parece ser esse o caso.

Uma análise mais atenta sobre o fechamento epistêmico revela que ele não estabelece a existência de alguma forma exclusiva de relação entre as proposições envolvidas. Isso fica evidente quando atentamos para o fato de que em certas circunstâncias, nós utilizamos uma proposição já contida em nosso sistema de crenças para assentir novas proposições, utilizando a primeira como razão para segunda, expandindo assim nosso campo de conhecimento. Trata-se do que Klein (1995) denomina razões internamente situadas:

Considere uma crença, digamos b_i , em que b_i está justificada para S e implica obviamente outra crença inteligível, b_k . Por hipótese, se S está justificado ao crer que b_i , então essa crença é suficientemente verossímil. Uma vez que a crença em b_i

satisfaz essa exigência, a crença em b_k também a satisfaz, pois a verossimilhança de b_k é ao menos tão boa quanto a de b_i . Assim, se a crença de que b_i é justificada para S, o mesmo se aplica para a crença de que b_k . Brevemente, b_k está justificada para S porque b_i constitui, para S, uma fonte adequada de justificação para b_k (KLEIN, 1995, p. 219).

Considerando que o conteúdo de uma crença justificada pode ser utilizada como uma razão para sustentar crenças que são implicadas por ela, Klein concebe que um epistemista que queira salvaguardar o fechamento epistêmico pode defender, contra Dretske em seu caso contra PFE, que a razão que S possui para justificar a crença de que os animais no cercado não são mulas habilmente pintadas é a própria proposição “os animais no cercado são zebras”. Ocorre que, ao menos em alguns casos onde p implica q, q não precisa ser justificada por uma evidência externamente situada, e sim simplesmente por p, e uma vez que a crítica de Dretske se dirige a um princípio mais forte e menos plausível (PFEV) que o defendido aqui, ela simplesmente não possui força contra a primeira premissa do argumento cético.

Uma análise semelhante pode ser feita para outro conhecido contraexemplo ao PFE apresentado por Robert Audi⁵⁵:

Eu somo uma série de números, confiro duas vezes o meu resultado, e então venho a saber, e a crer justificadamente, que o resultado dessa conta é 10,952. Acontece que algumas vezes eu cometo erros, e minha esposa (a qual eu creio justificadamente ser mais competente que eu em aritmética) eventualmente me corrige. Suponha que, me sentindo extraordinariamente confiante, eu infira que se minha esposa disser que esse não é o resultado do meu cálculo, ela estará errada. Da verdade de que a soma é 10,952, certamente se segue que se ela disser que não é esse o caso, ela estará errada. Se é essa a soma, e se ela nega isso, então ela está errada. Mas, ainda que eu saiba e creia justificadamente que essa é a soma, eu poderia, com base nisso, automaticamente saber ou estar justificado ao crer que, se minha esposa disser que essa não é a soma, ela estará errada? (AUDI, 1988, p. 77).

Klein (1995) argumenta que, tal como Dretske, Audi só demonstrou que é possível haver uma fonte de justificação para p que não é transmitida para o que é acarretado por p. O que ocorre nesse caso fica mais claro quando exploramos a ambiguidade presente em “com base nisso” na passagem supracitada, pois essa frase pode estar se referindo tanto às razões que sustentam a crença de que a soma é 10,952 (eu chequei os meus resultados duas vezes...),

⁵⁵ Ver também Feldman (1995) e Audi (1995) para uma discussão sobre esse contraexemplo.

quanto à proposição “a soma é 10,952”. Se for o primeiro caso, então a conclusão apresentada por Audi está correta: essas razões não justificam minha crença de que se minha esposa disser que o resultado é outro senão 10,952, então ela está errada. Porém, se for o segundo caso, onde o que se está perguntando é se a proposição “a soma é 10,952” justifica a proposição implicada, então nesse caso, não há porque conceder o resultado esperado no contraexemplo. Novamente, um defensor do fechamento epistêmico poderá apontar que esse contraexemplo só atinge um princípio tal como PFEV.

Agora, é claro que o cético não precisa conceder à posição de Klein sobre os contraexemplos, ou mais especificamente, ele não precisa aceitar que ao enxergar as zebras, S possui justificção para crer que os animais são exemplares legítimos, e que com base nessa proposição, ele possui justificção para crer que os animais no cercado não são mulas pintadas de zebras. Ele tem a opção, principalmente se for simpático a cenários céticos locais, de insistir que S não está justificado para crer que o animal não é uma zebra justamente porque ele não possui razões para crer que o animal não é uma mula disfarçada⁵⁶, fato esse defendido por Dretske. O importante a ser notado, no entanto, é que o cético não precisa entrar em um confronto direto sobre como interpretar esse caso. Ele pode apenas apontar que como Dretske não considerou todas as relações possíveis de justificção entre p e q, não há caso algum contra o fechamento epistêmico para ser defendido.

Em um texto mais recente, Klein (2004a, p. 168-170) demonstrou ainda que a exigência de um padrão único de relação epistêmica para todo par de proposição p e q, onde p implica q, é logicamente insustentável. Primeiro, embora tenhamos visto que nos casos tratados, seja lícito alegar que o agente epistêmico pode utilizar o conteúdo de uma crença justificada para justificar outra proposição que ela implica, isso não pode ser generalizado para todas as circunstâncias. Por exemplo, considere o seguinte raciocínio trivial: “se S está justificado ao crer que p, então S está justificado ao crer que p”. Nesse exemplo, obviamente p não pode servir de fonte de justificção para p, pois “p então p” constitui uma clara petição de princípio. Klein recomenda, no entanto, atenção para não ser tentado a crer que todo argumento que parta de (A&B) para asserir A represente um raciocínio inválido. Embora o seguinte argumento seja uma petição de princípio: “p & q, portanto p”, o seguinte é válido (Klein, 2004a, p. 168):

(1) Sally diz que ‘p & q’

⁵⁶ Como discutido no capítulo anterior.

(2) Tudo que Sally diz é verdadeiro.

(3) Portanto, $p \ \& \ q$.

(4) Portanto q .

A razão pela qual o presente argumento não incorre em petição de princípio, se deve ao fato de que embora “ p ” esteja contido em (3), é possível chegar em (4) partindo diretamente de (1) e (2).

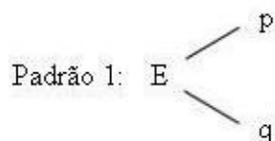
Também não é possível exigir que a evidência para a proposição implicada seja a mesma evidência que justifica a proposição implicadora. Klein (2004a, p. 169) exemplifica: Imagine que S apresente o seguinte argumento em defesa de uma hipótese A : ou A é verdadeiro ou B (contrário de A) é verdadeiro, porém, B não é verdadeiro. Nesse caso, $\sim B$ é uma das razões que S dispõe para justificar A . Assim sendo, a mesma razão que S tem para A ($\sim B$) não pode ser uma razão adequada para a proposição $\sim B$ implicada por A . Se apresentarmos $\sim B$ como uma razão para $\sim B$, então teríamos uma petição de princípio.

Do mesmo modo, também não se pode exigir que a proposição implicada sempre faça parte das razões para a proposição que a implica. Klein prova esse ponto mencionando que em uma circunstância onde x e y impliquem uma a outra mutuamente, exigir isso acarretaria a necessidade de um raciocínio circular, pois, x precisaria ser uma razão para y (pois é implicada por y), e y precisaria ser uma razão para x (pois é implicada por x). O que esses exemplos demonstram, portanto, é que um princípio de fechamento não pode ditar uma prioridade epistêmica entre a proposição que acarreta e a proposição acarretada, pois a pertinência dessa relação varia conforme as circunstâncias e o que se está em disputa.

Este diagnóstico realizado sobre o fechamento epistêmico não nos ajuda apenas avaliar a eficácia dos contraexemplos de Dretske e Audi, ele também nos possibilita verificar mais profundamente quais são as exigências epistêmicas possíveis que o cético pode nos desafiar a cumprir, como será observado na próxima sessão.

3.2 Caminhos evidenciais e ceticismo

Fizemos algumas considerações na sessão anterior sobre como quando temos $p \rightarrow q$, PFj não estabelece que a prioridade epistêmica entre as proposições seja a mesma para todo p e para todo q . Deste modo, cabe ao cético explicar qual caminho de evidência ele considera mais apropriado para representar a relação entre “ p ” e “ S não se encontra em um cenário cético”, escolhendo entre três opções possíveis, que podem ser representadas assim⁵⁷:



Padrão 2: $E \dots p \dots q$

Padrão 3: $E \dots q \dots p$

O Padrão I estabelece que existe uma evidência, E , que é adequada tanto para justificar p , como para justificar q . Embora ele não pareça ser um modelo adequado para capturar a relação epistêmica exigida no caso da zebra descrita por Dretske, há circunstâncias onde ele é o padrão apropriado para estabelecer a relação de fechamento, por exemplo, se Santa Maria é menor que Porto Alegre, então Santa Maria é menor que São Paulo. Eu tenho boas razões para crer que Santa Maria é menor que Porto Alegre, e essas mesmas razões justificam minha crença de que Santa Maria é menor que São Paulo.

No Padrão II, é definido que existe uma evidência, E , adequada para p , bem como p constitui ela própria uma evidência adequada para q . Por exemplo, eu posso ter uma evidência adequada para crer que o Vitinho nasceu em Viena (o testemunho dele, por exemplo), e a própria proposição “O Vitinho nasceu em Viena” servir como evidência adequada para crer que o Vitinho nasceu na Áustria.

⁵⁷ Conforme Klein (2000, 2002, 2003, 2004b, 2004c, 2011).

No Padrão III, afirma-se que existe uma evidência adequada para p , e q é parte integrante dessa evidência, ao mesmo tempo em que sua verdade é implicada por p . Inferências à melhor explicação (raciocínios abduativos) utilizam tipicamente esse modelo de justificação, pois se toma como evidência para asserir p aquilo que seria verdade se p fosse o caso. Por exemplo: você observa fumaça saindo pela porta e janelas de uma casa e conclui que um incêndio está ocorrendo lá dentro. Nesse exemplo, a existência de um incêndio na casa (p) acarretaria a produção de fumaça (q), mas (q) é a evidência para (p). Naturalmente, a simples existência de fumaça não implica a existência de um incêndio, pois a casa em questão pode estar apenas passando por uma dedetização.

Expostos os três caminhos de evidência possíveis para expressar a relação entre p e q , Klein argumenta que nenhum dos três consegue motivar um argumento convincente para o cético. Se este asseverar que o Padrão 1 ou o Padrão 2 é o mais adequado, então ao defender a segunda premissa de ACG*, o cético incorrerá em petição de princípio. A única opção formalmente válida para o cético é defender o Padrão 3, porém, nesse caso, a concebibilidade do argumento é proscribita. Como isso ocorre é demonstrado nos parágrafos seguintes.

Suponhamos que o cético acadêmico defenda que o padrão que captura corretamente a relação entre as proposições seja o Padrão 2. Com isso, o cético estará afirmando que PFj é correto porque a relação entre “ p ” e “ S não está em um cenário cético...” é tal que p constitui ela própria a razão a ser dada para a proposição implicada por p . Nesse modelo, se for possível apresentar uma evidência para aceitar que p , a proposição “ S não está em um cenário cético...” estará justificada (dado que p). Em suma, caso o cético considere o Padrão 2 como apropriado, ao defender a segunda premissa do seu argumento, ele precisará mostrar que não há nenhuma razão que torne p suficientemente justificada. É fácil notar que isso levará o cético a incorrer em petição de princípio, pois para ascender à conclusão de que S nunca está justificado ao crer que p , o cético precisará contar com a premissa de que S não está justificado ao crer que p , o que torna seu argumento circular. Nesse caso, é instrutivo comparar ACG* com o seguinte argumento para existência de Deus (KLEIN, 2003, p. 90):

(1) Segundo a Bíblia, Deus existe.

(2) A Bíblia apenas contém verdades.

Portanto, é verdade que Deus existe.

Embora este argumento seja válido⁵⁸, alguém que queira defendê-lo precisará defender essas premissas apresentando novas razões para apoiá-las. Digamos que o teísta diga que a premissa (2) é verdadeira porque a Bíblia foi escrita por Deus, e tudo que Deus escreve é verdadeiro. Nesse caso, como o interlocutor está afirmando a existência de Deus, questão em disputa, para sustentar uma de suas premissas, tem-se uma petição de princípio⁵⁹. Entretanto, apesar de se ter demonstrado que ACG* se torna um argumento inválido ao defender o Padrão 2, isso não significa que não é possível apresentar um argumento com vistas a afirmar que p não está justificado para S, isso pode ser feito, mas uma vez apresentado esse argumento, ele próprio já terá estabelecido a conclusão que se quer almejar, tornando o princípio de fechamento epistêmico e o apelo aos cenários céticos inúteis.

Consideremos agora que o cético acadêmico defenda que o Padrão 1 é o que descreve a relação evidencial presente entre “p” e “S não está em um cenário cético...”. Nesse caso, as duas proposições não possuem prioridade epistêmica uma sobre a outra, de modo que uma razão só será adequada para a primeira se e somente se ela também for uma razão adequada para a segunda. O cético deverá apontar então, para defender a segunda premissa de ACG*, que não existe nenhuma razão comprobatória comum disponível para as duas proposições, mas essa necessidade – demonstrar que não existe nenhuma razão comprobatória comum para “p” e “S não está em um cenário cético...” – também força o cético a incorrer em petição de princípio, pois para cumprir essa exigência ele precisará instituir que não há nenhuma evidência disponível que possa justificar p. Não seria possível, por uma questão de coerência, defender que há uma evidência boa o suficiente para p mas não para ~h, tal como não se poderia defender que não há uma evidência adequada para ~h, mas sim para p.

Resta ao cético defender seu argumento a partir do Padrão 3, onde este afirmaria que a relação epistêmica presente entre “p” e “S não se encontra em um cenário cético onde p é falso e apenas aparenta ser verdadeiro” é tal que o último constitui uma razão ou precisa estar incluída entre as razões para o primeiro, ou seja, S precisa primeiro estar justificado ao crer que não se encontra em um cenário cético para poder estar justificado ao crer que p. Nessa circunstância, o argumento cético não se torna circular, pois ele não precisará em suas premissas apontar a inexistência de uma evidência para p para estabelecer sua conclusão. Se o Padrão 3 é o que descreve a relação apontada entre as proposições ordinárias que julgamos

⁵⁸ Quando dito que o argumento é válido, não se quer dizer que ele é verdadeiro. A validade lógica de um argumento independe de sua verdade.

⁵⁹ Klein (1995) aponta que nesse caso, ACG* estaria cometendo *virtualmente* uma petição de princípio, pois a falácia estaria escondida em um subargumento para uma de suas premissas.

saber, e as hipóteses céticas, então o epistemista se torna obrigado a apresentar razões contra a hipótese cética, demonstrando que ele pode assentir justificadamente que não estamos em um cenário de engano. Note que se esse é o caminho evidencial apropriado, o epistemista não poderá dizer que “p” é a razão para ele crer que não está em um cenário cético, similar ao defendido por Klein no caso das zebras, porque p precisará contar com a negação da hipótese cética como uma evidência//razão para poder justificar p.

Após constatar que o Padrão 3 é capaz de sustentar validamente ACG*, a questão que se segue é, seria esse Padrão adequado? Ou ainda, por qual motivo deveríamos esperar que para estar justificado ao crer em uma proposição p nós devemos estar primeiro justificados ao crer que não somos um cérebro em uma cuba, que não há um gênio maligno nos enganando, ou qualquer outro cenário cético? Em suma, o que torna “S não está em um cenário cético” prioritário epistemicamente em relação à “p”? Podemos começar destacando que a ideia de que o cético estabelece esse tipo de prioridade epistêmica entre as proposições p e ~h coaduna com o modo pela qual muitos filósofos têm interpretado o ceticismo, bem como seu caráter aparentemente invencível. Ernest Sosa, por exemplo, esquematiza o argumento do sonho de Descartes da seguinte forma:

1 Todas suas experiências sensoriais e informações em t são compatíveis com estar sonhando em t.

2 Assim, você precisa de algum teste “indicando” que você não esteja sonhando, onde você saiba ambos que (a) este teste foi satisfeito e (b) se ele foi satisfeito, então você não está dormindo.

3 Mas como tal teste poderia estar disponível para você, se é uma condição para se saber (perceptualmente) qualquer coisa além da sua experiência, que você saiba que você não está sonhando? Se é esse o caso, você não poderia saber perceptualmente que esse teste foi satisfeito, a menos que em alguma ocasião já tivesse obtido o conhecimento que você não estava sonhando. E como você poderia saber que satisfizesse esse teste sem contar, ao menos parcialmente, com a percepção? Além disso, como você poderia saber que se este teste foi satisfeito então você está acordado, exceto por confiar que está acordado (e não sonhando) nesse momento ou que se esteve em um momento anterior (quando você adquiriu os dados, presumivelmente observacionais, permitindo sua conclusão de que, em geral, alguém só pode satisfazer o teste se estiver acordado)?

(SOSA, 2003, p. 142)

E Sosa conclui:

Nosso argumento é projetado para mostrar que, quando comparado com a possibilidade de que estamos apenas sonhando, o nosso pensamento de que realmente vemos é baseado em nenhuma boa razão. Uma razão suficiente deve nos permitir descartar as alternativas que claramente impediria nosso conhecimento, como descrito acima (SOSA, 2003, p. 142-143).

Sosa descreve na passagem supracitada o beco sem saída que o cético quer nos colocar. Para saber qualquer proposição (perceptualmente) sobre o mundo exterior, eu preciso antes verificar, realizar um teste e descobrir que não estou sonhando, mas uma vez que o instrumento que eu poderia fazer uso para verificar esse caso é minha percepção, que está em litígio, essa demanda se torna impossível de ser cumprida. Barry Stroud, que também defende ser esse o requerimento imposto por Descartes em seu argumento do sonho, compartilha desse mesmo pessimismo: “Como poderia um teste, ou uma circunstância, ou um estado de coisas, indicar-lhe que não está sonhando se uma condição para saber algo sobre o mundo é que ele saiba que não está sonhando? Isso não seria possível. Ele nunca poderia satisfazer esta condição” (STROUD, 1984a, p. 20).

Não há boas razões, no entanto, para aceitar essa exigência cética. O requerido pelo cético que segue o Padrão 3 parece estar apoiado, à primeira vista, na tese de que todas as hipóteses rivais de p precisam ser eliminadas para p estar justificada para S , ou seja, uma evidência E para p deve incluir a negação de todas os contrários de p , o que incluiria então $\sim p$. Esse requerimento, no entanto, é equivalente, em última instância, a exigir que uma evidência para p necessite implicar p , o que se demonstra através do seguinte raciocínio (Klein, 1995, p. 230): considere que “ $\sim p \ \& \ q$ ”, e “ $\sim p \ \& \ \sim q$ ” sejam contrários de p . Agora, se queremos justificar p , precisaremos ter como evidência a negação de ambos os contrários listados, de modo que nossa evidência deve incluir [$\sim(\sim p \ \& \ q) \ \& \ \sim(\sim p \ \& \ \sim q)$], conjunto esse que implica p .

Exigir que uma evidência só seja adequada para p quando ela implica p é, nas palavras de Klein (2004c, p. 307) “um afastamento ultrajante de nossas práticas epistêmicas ordinárias”, e ele parece ter razão nisso. Considere por exemplo o caso abaixo:

Você avista de longe, em um supermercado, alguém que aparenta ser seu colega de faculdade. Decide então se aproximar para cumprimentá-lo, mas antes você busca se certificar que o sujeito em questão realmente é quem você está pensando ser. Para se certificar disso, consideraríamos prudente aproximar-se a uma distância adequada para reconhecê-lo, que o ambiente esteja bem iluminado etc.. Ao se aproximar de seu colega, você terá uma evidência E que, embora adequada, não implicará que p (o sujeito é o seu colega), pois sua evidência perceptual não terá eliminado as seguintes hipóteses:

- (a) A pessoa que você pensa ser seu colega de faculdade é na verdade um irmão gêmeo idêntico a ele.

- (b) Ele não é seu colega, mas sim um alienígena que, com sua tecnologia avançada conseguiu replicar o corpo dele, com a intenção maligna de abduzir você.
- (c) O seu colega morreu em um acidente de carro horas atrás, e seu espírito resolveu aparecer para se despedir.

Teria o cético o direito de exigir plausivelmente que nosso conjunto de razões [R1, R2, R3.... Rn] inclua $\sim(a)$, $\sim(b)$, $\sim(c)$? Se pensarmos que talvez você possa ter evidências contra as três hipóteses mencionadas, isso fica ainda mais claro. Digamos que você já tenha investigado o histórico familiar de seu colega e saiba que ele não possui irmãos, e que você tenha ainda um conhecimento privilegiado em astronomia e tenha descoberto que é impossível que exista outra espécie inteligente no universo, e ainda, que você tenha provas contundentes de que não existe vida após a morte, nesse caso, $\sim(a)$, $\sim(b)$, e $\sim(c)$ estaria justificado para você. Parece que mesmo assim, ao menos $\sim(b)$, $\sim(c)$ não terão participação relevante nenhuma para você estar justificado ao crer que encontrou seu colega de faculdade no supermercado. Essas razões sequer compõem o chamado *background* que sempre contamos em nossas práticas epistêmicas. Portanto, a exigência de que E implique p não precisa ser considerada seriamente por um opositor do cético.

Ernest Sosa, no entanto, sugere que a prioridade epistêmica de “S não se encontra em um cenário cético...” sobre “p” estaria fundamentado pelo Princípio de Exclusão, onde eu precisaria desqualificar apenas as hipóteses que eu sei serem concorrentes de p:

“PE: Considere qualquer hipótese X. Para saber X (ou que X é verdadeiro), é necessário desqualificar cada possibilidade contrária de P que se saiba ser incompatível com saber X (que X é verdadeiro)” (SOSA, 2003, p. 141).

Como aponta Klein (2004b, p. 119), esse princípio é na prática semelhante ao “Elimine todos os concorrentes”, pois ele acabaria por nos exigir justificação contra (a), (b) e (c) do mesmo modo, na medida em que sabemos que essas são hipóteses incompatíveis com “saber que X”.

Alguém poderia objetar afirmando que apesar de aparentemente implausível, e bizarro, nossa estratégia não provou que de fato não precisamos eliminar todos os contrários de p para

saber que p, e que nessa circunstância, não refutamos o cético. Entretanto, há duas réplicas possíveis aqui. Primeiro, se o argumento cético depende mesmo do Padrão 3 para ser cogente, e ele não consegue defendê-lo, então seu argumento já fracassou. Forçar um empate não nos levaria à conclusão de que “nunca estamos justificados ao crer que p”, no máximo, quem poderia se beneficiar com isso é o pirrônico. Segundo, é fundamental para que o argumento cético seja interessante que este seja apoiado por premissas plausíveis e intuitivas, e não em exigências que estão completamente afastadas de nossas práticas epistêmicas comuns. É por essa aparente plausibilidade inicial das premissas céticas que geralmente se considera a estratégia de Moore⁶⁰ e seu apelo ao fato óbvio de que temos conhecimento insatisfatório, pois ao se dirigir diretamente contra a conclusão cética, permanece um mistério como nossas intuições ordinárias são capazes de, paradoxalmente, corroborá-la. Michael Williams ilustra esse ponto lembrando a oposição de Moore a princípios epistêmicos que motivem a conclusão cética, onde este alega que por mais que eles possam parecer corretos, o fato de que possuímos conhecimento parece mais certo que a verdade desses princípios⁶¹:

Mas ele [Moore] responde afirmando que o fato de que ele sabe que há um lápis em sua mão demonstra que esses princípios são falsos. Ou ao menos, ainda que esses princípios não sejam definitivamente falsos, é muito mais certo que ele sabe que seu lápis existe que qualquer princípio geral de epistemologia seja verdadeiro, de modo que nunca seria racional negar seu conhecimento com base nesses princípios. Eu sugiro que esse argumento não funciona se, como o cético intuitivo acredita, os “princípios” que levam ao ceticismo estão implícitos em nosso modo ordinário de pensar sobre o conhecimento (WILLIAMS, 1996, p. 81-82).

É justamente por estar de acordo com nossas práticas epistêmicas ordinárias que consideramos correta a primeira premissa apresentada em ACG*, já que esta é um corolário do princípio de fechamento epistêmico. Ainda, como discutido no segundo capítulo, a verdade desse princípio não foi provada verdadeira⁶², nós somente o aceitamos porque ele é altamente intuitivo, e não achamos boas razões para abandoná-lo. Entretanto, se para defender a segunda premissa do seu argumento, o cético precisa estar apoiado em exigências tais como as

⁶⁰ Em sua defesa do senso comum contra as dúvidas céticas, G. E. Moore (1939) é conhecido principalmente por sua prova da existência do mundo externo. Apontando a mão esquerda com a mão direita dizendo: “Essa é uma mão” e repetindo o mesmo processo invertendo as mãos, obtém-se *ipso facto* uma prova. Com essa demonstração Moore defende ter satisfeito todas as condições necessárias para se provar a existência de suas mãos, e portanto, do mundo externo.

⁶¹ Moore apresenta esse argumento em *Some Main Problems of Philosophy*.

⁶² Ou seja, não é o caso que um epistemólogo, ao propor que esse princípio seja falso, esteja defendendo uma tese irracional, cuja falsidade poderia ser logicamente demonstrada, como seria, por exemplo, negar a validade do *modus ponens* (se é verdade que p, e p implica q, então é verdade que q).

discutidas acima, então o ceticismo não teria nada para oferecer contra Moore, por exemplo, pois ambos estariam partindo de pontos de absoluto desacordo.

É válido destacar ainda que, com raríssimas exceções, não há nenhum cético real para debatermos, tal que, um dos mais importantes adversários da epistemologia é a personificação de nossas próprias preocupações filosóficas. Se as premissas do argumento cético não fossem premissas as quais estamos dispostos a aceitar, ou sequer partissem de nossas intuições compartilhadas, não haveria razão para sua existência. O que é bem ilustrado na *Meditações Metafísicas* de Descartes: escrito em primeira pessoa, trata-se do relato do pensador confrontando-se com seu próprio cético pessoal. Sentado, diante do fogo com um papel na mão, o confronto com o ceticismo em Descartes é um exercício solitário de pensamento. A plausibilidade inicial das exigências céticas é, portanto, não apenas importante para seu argumento – como é para qualquer outro argumento – mas ela é a própria condição de existência da preocupação cética.

Entretanto, isso não implica afirmar que nunca é necessário eliminar hipóteses concorrentes de p , para p estar justificado para o agente epistêmico. De fato, há casos onde isso é necessário, e o Padrão 3 adequado. A questão que deve ser feita então é para quais proposições a relação epistêmica deve ser tal que $\sim q$ (onde q concorre com p) serve de razão para p ? A sugestão dada por Klein é bastante simples e intuitiva, nossas evidências só precisam desqualificar contrários de p que nós tenhamos alguma razão, ainda que mínima, para acreditar ser o caso. Há uma série de circunstâncias cotidianas que parecem reforçar essa ideia, retomemos nosso cenário do colega de faculdade no supermercado, nele vimos que a evidência para crer que ele era o seu colega não eliminava todas as hipóteses concorrentes possíveis, uma delas, a possibilidade deste ser um irmão gêmeo. Agora, consideremos uma pequena modificação nesse cenário: você foi ao supermercado, mas não sozinho, e sim na companhia de um amigo. Ao avistar alguém que aparenta ser seu colega de faculdade você diz: - Ei, veja, aquele é o Tenório, ele é meu colega na universidade. Nisso, seu amigo responde: - Sim, eu o conheço, e também conheço a família dele. Aliás, você sabia que ele tem um irmão gêmeo? E o irmão dele é realmente idêntico, inclusive ambos utilizam o mesmo estilo de roupas⁶³. É possível que ele não seja o Tenório, e sim o Lorival, seu irmão gêmeo.

⁶³ Esse exemplo é uma adaptação de outro apresentado por Klein (2004b , p. 174).

Na circunstância descrita acima, você possui uma razão para acreditar que o seu colega possa ser na verdade um irmão gêmeo, de modo que apenas a evidência disponível – parece o seu colega de faculdade – não será suficiente para justificar essa crença. Nesse caso, será útil uma evidência adicional que conte contra esta possibilidade de erro, por exemplo, a informação de que o irmão do Tenório, o Lorival, está a trabalho no Chipre e, portanto, não poderia estar ali na sua frente. Por outro lado, não parece ser o caso que eu necessite de alguma evidência contra a possibilidade de a pessoa em questão não ser o meu colega, mas sim o Wilson, o Leandro e o Lázaro, irmãos gêmeos imaginados e logicamente possíveis de Tenório.

Se estiver correta a tese de que nós somente precisamos incluir a negativa de alternativas contrárias a p em nosso campo de evidências quando temos alguma razão para crer em sua verdade, então uma consequência disso é que em nenhuma circunstância precisaríamos incluir que não nos encontramos em um cenário cético em nosso campo de evidências para p . A razão disso é que, como já foi explicitado anteriormente, os cenários céticos são projetados de um modo a inutilizar qualquer evidências empírica que o agente epistêmico possa ter sobre eles. Assim sendo, também não é possível que exista alguma razão para crer que esse cenário seja verdadeiro, pois dada sua natureza, além dele não poder ser negado empiricamente, também não poderíamos encontrar nenhuma evidência a seu favor. Mas se a hipótese cética já é algo que, por definição, não permite a disponibilidade de nenhuma razão a favor de sua verdade, então, não há justiça em pedir que seja um pré-requisito para o assentimento de p que antes a rejeitemos – a impossibilidade de ser detectado se converte aqui em um claro demérito para os cenários céticos. Mas se, por outro lado, temos alguma razão para acreditar que a hipótese cética é verdadeira, então não é mais o caso que estejamos diante de um cenário cético genuíno, não havendo motivo para preocupações (KLEIN, 2004a. 175).

Ao término de nossa análise do argumento de Peter Klein contra o ceticismo acadêmico, fomos conduzidos a constatação de que este não é um adversário invencível como alguém poderia supor. A partir de uma análise mais apurada do fechamento epistêmico, revela-se que a única maneira pela qual o cético pode afirmar, como faz na segunda premissa do seu argumento, que nós não estamos justificados ao crer que estamos em um cenário cético, é através da exigência de que a eliminação dessa hipótese seja uma condição que deve anteceder a própria justificação de p . Não há, no entanto, boas razões para crer que essa seja uma exigência justa, ao contrário, como vimos, este requerimento estaria baseado em

princípios que podem ser facilmente rejeitados, uma vez que estes se afastam do que é razoável quando comparadas com nossas reais práticas epistêmicas.

3.3 Objeções e defesa

Rechaçada a ofensiva cética, percebe-se que o fechamento epistêmico é um princípio neutro, que não pode plausivelmente ser utilizado pelo cético para ascender a sua conclusão desejada, ao contrário, parece este representar o meio pela qual podemos estar justificados ao crer que não estamos em cenários céticos uma vez que se estabeleçam quais são as condições necessárias para p ser uma crença justificada, e que as mesmas foram cumpridas. Isso é possível porque é aceitável que desde que a proposição “eu tenho mãos” estiver justificada, negar essa hipótese cética é também uma asserção justificada para mim, uma vez que é um fato conhecido que eu não teria mãos se eu fosse um cérebro sem mãos em uma cuba. De fato, defender o Padrão 2 nesse caso, onde p possui prioridade epistêmica sobre o que é implicado por p , parece ser o mais adequado, compatibilizando assim justificação e fechamento epistêmico.

Alguns epistemólogos, no entanto, consideram que a aplicação desse tipo de manobra para se chegar a justificação de $\sim h$ é viciosa. A razão disso, alegam os opositores, é que se em circunstâncias como as discutidas nos contraexemplos ao PFE, se a evidência E não for adequada para justificar q , a própria proposição p não poderia ser utilizada licitamente para justificá-la, pois afinal, nenhuma nova evidência que aumente a probabilidade de $\sim h$ foi adquirida. Isso fica mais claro retomando a análise do caso das zebras no zoológico, nele vimos que, para Klein, a evidência que torna justificada a crença de que há zebras no cercado não é transitiva, isto é, não torna a proposição “os animais no cercado não são mulas disfarçadas” justificada. Brueckner apresenta esse problema do seguinte modo:

Um vício da visão de Klein é que ela parece abraçar um tipo misterioso de geração de evidências. Em t , a evidência total de S inclui uma parte E que é relevante para crer que ϕ . Essa evidência E , vamos supor, não fornece justificação adequada para crer que ψ , uma consequência implicada por ϕ . Em t , vamos supor, S ainda não veio a crer que ϕ com base em E . Assim, em t , ϕ ainda não se encontra disponível como uma fonte de justificação adequada para proposições devidamente relacionadas, e portanto, em t , S não possui uma fonte adequada de justificação para

crer que ψ (uma vez que E se encontra, por hipótese, incapaz de realizar essa tarefa). Em t' , S passa a crer que ϕ com base em E, e agora S possui uma fonte de justificação adequada para ψ , que inexistia em t. Uma nova fonte de justificação para S – a proposição ϕ – foi gerada em t' simplesmente em virtude de S ter vindo a crer que q em t' – isso é tudo que muda para S de t para t' (BRUECKNER, 2011, p. 78).

Cohen (2002) tece críticas semelhantes a partir do seguinte exemplo: você vê uma mesa aparentemente vermelha, dado a validade do fechamento epistêmico, se você sabe que a mesa é vermelha, então você sabe que não sou um cérebro em uma cuba induzido a acreditar que a mesa é vermelha. Para Cohen, não é plausível chegar ao conhecimento de que não sou um cérebro em uma cuba através do raciocínio de que “a mesa parece vermelha” justifica que “a mesa é vermelha”, que por sua vez, justifica “eu não sou um cérebro em uma cuba...”, pois proposições como a negação das hipóteses céticas são “difíceis” demais para serem apreendidas de modo tão banal. Cohen tenta ilustrar o seu ponto de vista através de um contexto conversacional:

Suponha que meu filho queira comprar uma mesa vermelha para seu quarto. Nós vamos à loja e eu digo: “Essa mesa é vermelha. Eu a comprei para você”. Tendo herdado a personalidade obsessiva de seu pai, ele questiona: “Papai, e se essa mesa for branca com luzes vermelhas iluminando-a?”. Eu respondo, “Não se preocupe – você está vendo, ela parece vermelha, logo ela é vermelha, portanto não é uma mesa branca iluminada por luzes vermelhas”. Certamente ele não ficará satisfeito com essa resposta (COHEN, 2002, p. 314).

Na passagem supracitada de Brueckner, percebe-se a ideia de que nosso campo de proposições justificadas foi ilegitimamente ampliado⁶⁴, e o desconforto que isso gera se mostra explícito na citação do Cohen. Essas críticas, no entanto, erram o alvo desejado, como aponta Klein (2004a, p. 178), sua análise não se compromete com a ideia de que a partir da proposição “a mesa é vermelha” se possa inferir algo a respeito das condições de iluminação da mesa, o que o fechamento epistêmico licencia é apenas inferir que não é o caso que “a mesa seja branca e iluminada de vermelho”: nenhuma nova informação sobre particularidades do ambiente foi adquirida aqui. O mesmo se aplica ao famoso exemplo de Dretske, partindo de “os animais no cercado são zebras” não se segue que se adquiriu alguma informação sobre se os animais estão disfarçados ou não, mas apenas o conjunto “os animais não são mulas

⁶⁴ Críticas contra Klein como essas são encontradas em Bruckner (2000, 2008, 2011), Cohen (1999, 2002), Dodd (2007) e Huemer (2000).

disfarçadas de zebras” se torna justificado. Deste modo, não ocorreu nenhuma ampliação real para além do que já fora licenciado com “a mesa é vermelha” ou “os animais no cercado são zebras”⁶⁵. Isso fica mais claro quando se considera as circunstâncias onde, para Klein (2007, p. 12), uma proposição (p) justifica outra proposição (q):

1 – Se p é provável, então q é provável e se p não é provável, então q não é provável.

2 – p seria aceita como razão para q por uma comunidade epistêmica apropriada.

3 – p seria apresentada como uma razão para q por um indivíduo epistemicamente virtuoso.

4 – Crer que p com base em p está de acordo com nossos mais básicos compromissos epistêmicos.

5 – Se p fosse verdadeiro, então q seria verdadeiro, e se p não fosse verdadeiro, então q não seria verdadeiro.

Nota-se que tanto 1 quanto 5 explicam o motivo pela qual “a mesa é vermelha” e “os animais são zebras” justificam a negação de suas contrapartes céticas (branca e iluminada de vermelho; mulas disfarçadas de zebras), uma vez que, dada a relação de implicação entre elas, ambas possuem o mesmo grau de probabilidade, e ainda, ou ambas são verdadeiras, ou ambas são falsas. Portanto, em cenários como os discutidos acima, se é aceitável afirmar que p é o caso a partir de E, então nada parece impedir que se afirme que q é o caso dado que p.

Isso também nos ajuda a entender melhor o que está de errado no exemplo apresentado por Cohen. Naturalmente, quando a criança pergunta a seu pai “e se a mesa for branca, mas iluminada de vermelho?” não se poderia responder para a criança que a mesa não é branca iluminada por luzes vermelhas argumentando que ela parece vermelha e, portanto, é vermelha⁶⁶ – como o próprio Klein (2004a, p. 178) admite – pois o que se está em disputa é se a mesa é vermelha, ou seja, o que foi questionado não é se “p” pode justificar “q”, mas sim se

⁶⁵ Contra Brueckner, podemos acrescentar ainda que sua representação do argumento de Klein é inconsistente com a própria defesa do fechamento epistêmico que o próprio Klein está comprometido. Pois ao dizer que “em t, S não possui nenhuma fonte adequada de justificação para ψ ”, acarreta que em t, ϕ estaria justificada para S (proposicionalmente), mas não ψ , dada a ausência de fontes de justificação.

⁶⁶ Isso seria equivalente a responder, contra o cético e com uma inspiração Mooreana, que eu tenho mãos e, portanto, não estou em um cenário cético. Trata-se de um movimento inapropriado, uma vez que o que se está em disputa é justamente se eu sei que tenho mãos.

a evidência disponível é capaz de justificar p. Desse modo, podemos utilizar o que foi aprendido na sessão anterior, e nos perguntar se nessa circunstância existe alguma razão para acreditar na hipótese apresentada pela criança; duas respostas são possíveis: ou existe alguma razão para acreditar nisso, e nesse caso, seria necessário encontrar uma evidência adicional que permita rejeitar essa possibilidade de erro, ou então, não há nenhuma razão para acreditar nisso, e precisamente esse fato – a ausência de evidências para o que foi indagado – pode ser utilizado como uma resposta satisfatória para a criança. Esse é o caminho que Klein utiliza em sua resposta para Cohen:

Nesse caso, me parece que Cohen poderia adequadamente responder: “Você não possui nenhuma razão para duvidar das aparências nesse caso. Você está apenas sendo obsessivo como o seu velho pai. E a menos que você apresente uma razão para pensar que as aparências possam estar te enganando nessa ocasião, a mesa parecer vermelha constitui uma razão boa o suficiente para crer que a mesa é vermelha (KLEIN, 2004a, p. 181).

Existe ainda outra objeção que merece atenção. Trata-se do argumento que Brueckner⁶⁷ dirige contra a tese, defendida por Klein, de que o cético acadêmico não poderia utilizar o fechamento epistêmico para concluir que S nunca está justificado ao crer que p, pois ao defender que S não está justificado ao crer que não se encontra em um cenário cético, o seu argumento incorreria em petição de princípio. Brueckner argumenta que se Klein está correto nesse ponto, então, o mesmo valeria para qualquer argumento *Modus Tollens*. Por exemplo, o argumento:

(1) $A \rightarrow B$

(2) $\sim B$

(3) $\sim A$

também incorreria em petição de princípio. Brueckner apresenta aqui um argumento *reductio* contra Klein, pois ninguém estaria disposto a negar que o *Modus Tollens* é um raciocínio

⁶⁷ Brueckner (2000, 2008, 2011).

válido. Mas por que Brueckner acredita que a tese de Klein tem essa consequência? Abaixo segue a sua explicação:

Este argumento [apresentado acima] incorre virtualmente em petição de princípio, de acordo com o raciocínio de Klein. Qualquer subargumento que racionaliza (2) necessitará ser forte o suficiente para racionalizar a conclusão (3). Isso porque se assumirmos (1), então se o antecedente A for verdadeiro, o mesmo se aplica para seu conseqüente, contrário ao que (2) diz. Desse modo, um subargumento que racionaliza (2) precisará ser forte o suficiente para racionalizar a conclusão $\sim A$ (BRUECKNER, 2011, p. 79).

Em defesa de Klein, podemos apontar que este só afirma que o cético não tem outra opção senão “racionalizar” a conclusão em seu subargumento para a premissa 2 de ACG*, se este defender que a relação epistêmica presente entre “p” e “S não se encontra em um cenário cético onde p é falso e apenas aparente que p” for capturada pelo Padrão 1 ou então pelo Padrão 2, elucidadas nesse capítulo. Posto de outro modo, a menos que o cético defenda que seja um pré-requisito justificar $\sim h$ para que S possa estar justificado ao crer que p, o princípio de fechamento epistêmico não teria o potencial almejado pelo cético, pelas razões já apontadas. Entretanto, isso não significa que o cético não possa defender esse pré-requisito e então construir um argumento válido; para ilustrar isso, consideremos a seguinte versão do argumento cético:

- (1) Se S está justificado ao crer que p, então S está justificado ao crer que $\sim h$
- (2) S não está justificado ao crer que $\sim h$
- (3) Portanto, S não está justificado ao crer que p.

Agora, consideremos que o cético apresente o seguinte subargumento para (2):

- (2.1) $\sim h$ possui prioridade epistêmica sobre p
- (2.2) S não possui nenhuma evidência *a priori* ou *a posteriori* que torne $\sim h$ justificada.

Nesse caso, temos um argumento que seria considerado válido⁶⁸ de acordo com o defendido por Klein. E como esse é um argumento *Modus Tollens*, e a sugestão de Brueckner é que a consequência da tese de Klein é que todo argumento *Modus Tollens* se tornaria inválido, temos que a tentativa de redução ao absurdo investida por Brueckner falha completamente.

Cumpra-se assim, o terceiro objetivo proposto para esse capítulo: demonstrar que a tese apresentada por Klein não sucumbe frente às objeções de seus principais críticos.

⁶⁸ Com isso se quer dizer que o argumento não comete nenhum tipo de falácia, como a petição de princípio.

CONCLUSÃO

Dois importantes resultados foram obtidos nesta dissertação; o primeiro refere-se ao status do princípio de fechamento epistêmico, mostrando-se profícua a defesa da sua validade frente às recentes objeções; já o segundo concerne ao truísmo do ceticismo, onde se cumpriu o objetivo de demonstrar que o argumento cético falha em validar sua conclusão, ainda que concedida a verdade do princípio de fechamento.

Inicialmente, superou-se a dificuldade apontada por diversos filósofos, como Hales (1995) e David e Warfield (2008), relacionada à construção de um princípio geral que sirva de apoio pra a primeira premissa do argumento cético. Essa primeira gama de críticas é pré-teórica, isto é, não se refere a uma tese geral sobre conhecimento ou justificação serem fechados, limitando-se a apontar que as versões recorrentes de fechamento epistêmico, embora amplamente aceitas por diversos filósofos, ou não são plausíveis, ou não permitem ao cético generalizar sua conclusão. Como solução para essa questão, foi demonstrado que o ceticismo e os argumentos céticos são mais bem entendidos como um problema de justificação, apoiados, por sua vez, em princípios para a justificação epistêmica. Ao término do primeiro capítulo, evidenciou-se que uma versão simples do fechamento para a justificação é plausível e resiste às críticas apontadas para as versões concorrentes. Para recapitular, o princípio defendido foi: “Se S está justificado ao crer que p, e p implica q, então S está justificado ao crer que q”, princípio esse cogente e capaz de viabilizar a generalização pretendida pelo cético.

Outrossim, o princípio de fechamento epistêmico foi defendido frente às objeções apresentadas por Fred Dretske. Em seus contraexemplos, ainda que uma evidência para p falhe em justificar q, não se segue que tenha havido qualquer falha no princípio de fechamento epistêmico, isso porque este não exige que a mesma evidência justifique tanto a proposição implicadora quanto a proposição por ela implicada. Adicionalmente, como tratado no capítulo 2, foi visto que a estratégia utilizada por Dretske para refutar o cético se mostra infrutífera e desconfortável, não sendo adequado, portanto, afastar o ceticismo negando um importante e intuitivo princípio, isto é, o fechamento epistêmico.

Em um segundo momento, o percurso no estudo da relação entre fechamento epistêmico e ceticismo demonstrou que a defesa deste princípio não vincula-se à aceitação da

conclusão cética, diversamente do que Dretske argumenta⁶⁹. Quando uma proposição p implica outra proposição q , a relação epistêmica entre elas deve ser descrita por uma de três formas possíveis, a saber: ou p possui prioridade epistêmica sobre q , ou q possui prioridade epistêmica sobre p , ou nenhuma possui prioridade epistêmica sobre a outra, devendo estar ambas justificadas pela mesma evidência. A única forma pela qual o cético pode apontar, sem incorrer em petição de princípio, não haver justificação na crença de que não se está em um cenário cético⁷⁰ é defender que a negação da hipótese cética seja um pré-requisito para se estar justificado ao crer que p , ou seja, como parte da própria evidência para p . Esta constitui, no entanto, tão somente uma exigência arbitrária que não precisa, portanto, ser aceita, como foi argumentado.

Na introdução ressaltou-se um dos aspectos mais intrigantes do ceticismo, qual seja, que o ceticismo parece emergir de intuições plausíveis sobre o conhecimento, de modo que, mesmo para quem considerasse por princípio a conclusão cética inaceitável, restaria ainda um enigma de suma importância a ser resolvido: explicar em qual premissa o argumento cético falha, para que se possa, portanto, corrigir nossas próprias compreensões que parecem, paradoxalmente, outorgar o cético. Nesse sentido, denota-se um mérito da resposta aqui defendida: não há razão para pessimismo quanto a uma resolução que não seja custosa para nossas intuições, pois como vimos através de Klein, não é o caso de que o fechamento epistêmico seja falso, mas apenas que ele tem sido mal compreendido. Ao sofisticar a compreensão deste princípio, e sem a necessidade de grandes despojos, as preocupações céticas são afastadas sem maiores prejuízos.

⁶⁹ Como visto no capítulo 2, quando apontado os custos de sua estratégia anticética, Dretske admite serem relevantes, porém considera ser muito mais oneroso resistir e preservar a validade do fechamento epistêmico, pois nesse caso o custo seria o próprio ceticismo.

⁷⁰ Conforme a segunda premissa do argumento cético.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, Fred. Tracking Theories of Knowledge. **Veritas**, v. 50, n. 4, 2005, p. 11-35.
- ARMSTRONG, D. M. Does Knowledge Entail Belief? **Proceedings of the Aristotelian Society**, v. 70, p. 21-36 (New Series), 1969.
- AUDI, Robert. **Belief, Justification and Knowledge**. Belmont: Wadsworth, 1988.
- _____. Deductive closure, defeasibility, and skepticism: a reply to Feldman. **Philosophical Quarterly**, v. 47, p. 494-499, 1995.
- AUSTIN, J. L. Other Minds. In: URMSON, J. O.; WARNOCK, G. J. (Ed.) **Philosophical Papers**. Oxford: Oxford University Press, 1961.
- _____. **Sense and Sensibilia**. Oxford: Oxford University Press, 1962.
- AVNUR, Yuval. Closure reconsidered. **Philosophers' Imprint**, v. 12, n. 9, p. 1-16, 2012.
- AYER, A. J. **Language, Truth and Logic**. New York: Dover, 1946.
- BONJOUR, Laurence. **The Structure of Empirical Knowledge**. Cambridge: Harvard University Press, 1985.
- _____. Nozick, externalism, and skepticism. In.: LUPER-FOY, L. (ed.), **The possibility of Knowledge**. Lanham: Rowman and Littlefield, 1987.
- BOUWSMA, O. K. Descartes' Evil Genius. **The Philosophical Review**, v. 58, p. 141-151, 1949.
- BRIESEN, Jochen. Reconsidering Closure, Underdetermination and Infallibilism. **Grazer Philosophische Studien**, v. 80, p. 221-234, 2010.
- BROCHARD, Victor. **Os cétricos gregos**. Trad. Jaimir Conte. São Paulo: Odysseus, 2009.
- BROWN, Alan. A Review of the Déjà Vu Experience. **Psychological Bulletin**, v. 129, n. 3, p. 394-413, 2003.
- BRUECKNER, Anthony. Skepticism and Epistemic Closure. **Philosophical Topics**, v. 13, p. 89-117, 1985.
- _____. The Structure of the skeptical argument. **Philosophy and Phenomenological Research**, v. 54, p. 827-835, 1994.
- _____. Klein on closure and skepticism. **Philosophical Studies**, v. 98, p. 139-151, 2000.
- _____. Strategies for refuting closure for knowledge. **Analysis**, v. 64.4, p. 333-335, 2004.

_____. Falibilism, Underdetermination and Skepticism. **Philosophy and Phenomenological Research**, v. 71, p. 384-391, 2005a.

_____. Knowledge, Evidence, and Skepticism According to Williamson. **Philosophy and Phenomenological Research**, v. 70, p. 436-443, 2005b.

_____. Reply to Coffman on closure and skepticism. **Synthese**, v. 162, n. 2, p. 167-171, 2008.

_____. ~K~SK. **Philosophical Issues**, v. 21, p. 74-89, 2011.

BURNYEAT, Myles. The Sceptic in His Place and Time. In: BURNYEAT, Myles; FREDE, Michael (Ed.). **The Original Sceptics: a Controversy**. Cambridge: Hackett Publishing Company, 1998.

CAVELL, Stanley. **The Claims of Reason**. Oxford: Oxford University Press, 1979.

CHALMERS, David J. The Matrix as Metaphysics. In: GRAU, C. **Philosophers Explore the Matrix**. Oxford: Oxford University Press, p. 132-176, 2005.

COHEN, Stewart. Two Kinds of Skeptical Argument. **Philosophy and Phenomenological Research**. v. 58, p. 143-159, 1998.

_____. Contextualism, skepticism, and the structure of reasons. **Philosophical Perspectives**, v. 13, p. 57-89, 1999.

_____. Basic Knowledge and the Problem of Easy Knowledge. **Philosophy and Phenomenological Research**, v. 65, n. 2, p. 309-329, 2002.

DAVID, Marian; WARFIELD, Ted A. Knowledge-Closure and Skepticism. In: SMITH, Quentin (Ed.). **Epistemology : New Essays**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

DE ALMEIDA, Claudio. Closure, Defeasibility, and Conclusive Reasons. **Acta Analytica**, v. 22, n. 4, p. 301-319, 2007.

DE ROSE, K. Solving the skeptical problem. **Philosophical Review**, v. 104 n. 1 p. 1-52, 1995.

DESCARTES, René. **Meditações Metafísicas**. Trad. Maria Ermantina Galvão, 2ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DODD, Dylan. Why Williamson should be a sceptic. **Philosophical Quarterly**, v. 57, n. 229, p. 635-649, 2007.

DRETSKE, Fred. Epistemic Operators. **The Journal of Philosophy**, v. 67, n. 24, 1007-1023, 1970.

_____. Conclusive Reasons. **Australasian Journal of Philosophy**. , v. 49, n. 1, p. 1-22, 1971.

- _____. **Knowledge and the Flow of Information**. Cambridge: MIT Press, 1981.
- _____. Skepticism: What Perception Teaches. In: LUPER, S. (ed.). **The Sceptics**, Hampshire: Ashgate Publishing, 2003.
- _____. The Case against Closure. In: STEUP, Matthias; SOSA, Ernest. (Ed.). **Contemporary Debates in Epistemology**. Oxford: Blackwell, 2005a, p. 13-26.
- _____. Reply to Hawthorne. In: STEUP, Matthias; SOSA, Ernest. (Ed.). **Contemporary Debates in Epistemology**. Oxford: Blackwell, 2005b, p. 43-46.
- _____. Information and Closure. **Erkenntnis**, v. 64, n. 3, 2006, p. 409-413.
- FELDMAN, Richard. In defence of Closure. **The Philosophical Quarterly**, 1995, 487-494.
- FIRTH, Roderick. Are Epistemic Concepts Reducible to Ethical Concepts? In: GOLDMAN, Alvin; KIM, Jaegwon (Eds.). **Value and Morals**. Dordrecht: D. Reidel Publishing Co., 1974.
- FOGELIN, Robert J. **Pyrrhonian Reflections on Knowledge and Justification**. New York: Oxford University Press, 1994.
- FUMERTON, R. Nozick's epistemology. In: LUPER-FOY, L. (ed.), **The possibility of Knowledge**. Lanham: Rowman and Littlefield, 1987.
- GOLDMAN, Alvin I. Discrimination and Perceptual Knowledge. **The Journal of Philosophy**, v. 73, n. 20, p. 771-791, 1975.
- GRAHAM, Peter J. Can Testimony Generate Knowledge?. **Philosophica**, v. 78, p. 105-127, 2006.
- GRECO, John. **Putting Sceptics in their Place: The Nature of Skeptical Arguments and Their Role in Philosophical Inquiry**. New York: Cambridge University Press, 2000.
- HALES, Steven D.. Epistemic Closure Principles. **The Southern Journal of Philosophy**, v. 33, p. 185-2001, 1995.
- HAWTHORNE, John. **Knowledge and Lotteries**. Oxford: oxford University press, 2004.
- _____. The Case for Closure. In: STEUP, Matthias; SOSA, Ernest. (Ed.). **Contemporary Debates in Epistemology**. Oxford: Blackwell, p. 26-42, 2005.
- HELLER, Mark. Relevant Alternatives and Closure. **Australasian Journal of Philosophy**, v. 77, n. 2, p. 196-208, 2006.
- HEMPEL, Carl G. **Filosofia da Ciência Natural**. 2 ed. Trad. Plínio Sussekind Rocha. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1974.

HILL, James. Descartes' Dreaming Argument And Why We Might Be Sceptical Of It. **Richmond Journal of Philosophy**, v. 8, p. 1-9, 2004.

HINTIKKA, J.. **Knowledge and Belief**. Ithaca: Cornell University Press, 1962.

HUEMER, Michael. Direct Realism and the Brain-in-a-Vat Argument. **Philosophy and Phenomenological Research**, v. 61, n. 2, p. 397-413, 2000.

HUME, David. **Tratado da Natureza Humana**. Trad. Serafim da Silva Fontes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

_____. **Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral**. Trad.: José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Unesp, 2003.

LEITE, Skepticism, Sensitivity, and Closure, or Why the Closure Principle is Irrelevant to External World Skepticism. **Croatian Journal of Philosophy**, v. 4, n. 12, p. 335-350, 2004.

LEHRER, Keith. **Theory of Knowledge**. Boulder: Westview Press, 2000.

KLEIN, Peter D. **Certainty: a refutation of skepticism**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1981.

_____. Real Knowledge. **Synthese**, v. 55, n. 2, p. 143-164, 1983.

_____. Skepticism and closure: Why the Evil Genius Argument Fails. **Philosophical Topics**, p. 213-236, 1995.

_____. Contextualism and the Real Nature of Academic Skepticism. **Philosophical Issues**, v. 10, p. 108-116, 2000.

_____. Skepticism. In: MOSER, Paul (ed.). **The Oxford Handbook of Epistemology**. Oxford: Oxford University Press, p. 336-361, 2002.

_____. How a Pyrrhonian Skeptic Might Respond to Academic Skepticism. In: LUPER, Steven (Ed.). **The Sceptics: Contemporary Essays**. London: Ashgate Press, p. 75-94, 2003.

_____. Closure Matters: Academic Skepticism and Easy Knowledge. **Philosophical Issues**, v. 14, p. 165-184, 2004a.

_____. Skepticism: Ascent and Assent? In: GRECO, John (Ed.). **Sosa and His Critics**. Oxford: Blackwell Publishing, 2004b.

_____. There is No Good Reason to be an Academic Skeptic. In: LUPER, Steven (Ed.). **Essential Knowledge**. London: Longman Publishers, p. 299-309, 2004c.

_____. Human Knowledge and Infinite Progress of Reasoning. **Philosophical Studies**, v. 134, n. 1, p. 1-17, 2007.

_____. Skepticism. In: ZALTA, Edward N. (Ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2011. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/sum2011/entries/skepticism/>>

- KOONS, R. C. **Paradoxes of Belief and Strategic Rationality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- KVANVIG, Jonathan L. Closure Principles. **Philosophy Compass**, v. 1, p. 256-267, 2006.
- _____. Closure and Alternative Possibilities. In: GRECO, John. **Oxford Handbook of Skepticism**. Oxford: Oxford University Press, p. 456-483, 2008.
- KYBURG, Henry E. **Probability and the Logic of Rational Belief**. Dordrecht: Kluwer, 1961.
- LEHRER, Keith. Belief and Knowledge. **The Philosophical Review**, v. 77, p. 491-499, 1968.
- LOFTUS, E. F., PICKRELL, J. The Formation of False Memories. **Psychiatric Annals**, v. 25, n. 12, 1995, p. 720-725.
- LUPER, S. Dretske on Knowledge Closure. **Australasian Journal of Philosophy**, v. 84, n. 3, 2006, p. 379-394.
- _____. The Epistemic Closure Principle. In: ZALTA, Edward N. (Ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2011. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/win2011/entries/closure-epistemic/>>. Acesso em 12 abril 2012.
- LUZ, Alexandre M. Desafios céticos e o debate internalismo *versus* externalismo em epistemologia. **Veritas** Porto Alegre v. 54 n. 2, p. 74-95, 2009.
- MIZUMOTO, Masaharu. Does Knowledge Entail Belief? **Kagaku Tetsugaku**, v. 41, p. 59-78, 2008.
- MOORE, G. E. Proof of an External. **World Proceedings of the British Academy** 25, 273-300, 1939.
- _____. **Some Main Problems Of Philosophy**. London: George Allen & Unwin, 1953.
- _____. Certainty. In: SOSA, Ernest; KIM, Jaegwon (Ed.). **Epistemology: An Anthology**. Malden: Blackwell, 2000.
- NOZICK, Robert. **Philosophical Explanations**. Mass.: Harvard University Press, 1981.
- PIRIE, Madsen. **Como vencer todas as argumentações**. Trad. Luciana Pudenzi. São Paulo: Loyola, 2008.
- PUTNAM, H. **Reason, Truth and History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- SHARON, Assaf e SPECTRE, Levi. Epistemic closure under deductive inference: what is it and can we afford it? **Synthese**, 2012.
- SOSA, Ernest. Reflective Knowledge in the Best Circles. **The Journal of Philosophy**, v. 94, n. 8, p. 410-430, 1997.

_____. How to defeat opposition to Moore. **Philosophical Perspectives**. v. 13, p. 141-153, 1999.

_____. Beyond Internal Foundations to External Virtues. In: BONJOUR, Laurence; SOSA, Ernest. **Epistemic Justification: Internalism vs. Externalism, Foundations vs. Virtues**. Malden: Blackwell Publishing, 2003.

STEUP, Mathias. The Analysis of Knowledge. In: ZALTA, Edward N. (Ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, 2012. Disponível em (vindouro): <<http://plato.stanford.edu/archives/sum2012/entries/knowledge-analysis/>>.

STROUD, Barry. The Problem of the External World. In: _____. **The Significance of Philosophical Scepticism**. Oxford: Oxford University Press, p. 1-38, 1984a.

_____. Internal and External: Meaningful and Meaningless. In: _____. **The Significance of Philosophical Scepticism**. Oxford: Oxford University Press, p. 170-208, 1984b.

UNGER, Peter. A Defense of Scepticism. **Philosophical Review**, v. 80, p. 198-211, 1971.

_____. **Ignorance: A Case for Scepticism**. Oxford: Oxford University Press, 1975.

WARFIELD, Ted. A. When epistemic closure does and does not fail: a lesson from the history of epistemology. **Analysis**, 64.1, p. 35-41, 2004.

WILLIAMS, Michael. **Unnatural Doubts: epistemological realism and the basis of scepticism**. Oxford: Blackwell, 1996.

_____. **Groundless Belief: An Essay on the Possibility of Epistemology**. 2 ed. Princeton: Princeton University Press, 1999.

WILLIAMSON, T. **Knowledge and its Limits**. Oxford: Oxford University press, 2000.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **On Certainty**. Oxford: Blackwell, 1969.